

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Felipe Leão Mianes

MARCAS DE IDENTIFICAÇÃO EM NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS
DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Porto Alegre
2015

Felipe Leão Mianes

MARCAS DE IDENTIFICAÇÃO EM NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS
DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof Dra Lodenir Becker Karnopp

Banca Examinadora: Prof Dra Lívia Maria Vilella de Mello Motta (UFJF)

Prof Dra Maura Corcini Lopes (UNISINOS)

Prof Dra Rosa Maria Hessel Silveira (UFRGS)

Linha de Pesquisa: Estudos Culturais em Educação

Porto Alegre
2015

CIP - Catalogação na Publicação

Leão Mianes, Felipe
Marcas de identificação em narrativas
autobiográficas de pessoas com deficiência visual /
Felipe Leão Mianes. -- 2015.
181 f.

Orientadora: Lodenir Becker Karnopp.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-
Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Deficiência visual. 2. Marcas de identificação.
3. Narrativas autobiográficas. 4. Identidade e
diferença. I. Becker Karnopp, Lodenir , orient. II.
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

À todos que mesmo sem enxergar, sempre ensinam a ver.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a mim mesmo pelo tempo, dedicação e perseverança que aprendi a ter durante essa caminhada, além de tantas outras coisas que conquistei nesse período. Em seguida e não menos importantes, à todas as pessoas cegas e com baixa visão do mundo, pois foram elas que me inspiraram a realizar essa tese e que me mantém forte para continuar na luta pelos nossos direitos.

À meus pais Nivaldo e Rosane Mianes, que são meus exemplos de conduta pessoal e, mais do que isso, desde sempre me ensinando a ter autonomia e responsabilidade, não vendo na deficiência um problema e sim um mundo de possibilidades. Muito grato aos demais familiares que de algum modo contribuíram para essa trajetória percorrida.

Meu agradecimento mais do que afetuoso para minha orientadora Lodenir Karnopp, uma pessoa sensacional com quem aprendi tantas coisas sobre a vida. Além das orientações, indicações de leituras, sugestões de escrita, “puxões de orelha” e elogios, contigo aprendi que pode haver afeto e poética na academia. Como diz o cancionero: *“se alguém/ já te deu a mão e não pediu mais nada em troca/ pense bem/ Hoje é um dia especial..”*, pois fizeste de cada dia desses últimos seis anos - entre mestrado e doutorado - um dia especial. Muito, muito obrigado!

Com muito respeito e afeto, sou grato a todos os colegas que tive no PPGEDU, sobretudo, aos que estiveram comigo em nosso grupo de pesquisas por todas as contribuições diretas e indiretas ao meu trabalho. Obrigado também a todos os professores que tive a chance de ser aluno e daqueles que mesmo não sendo, ainda assim me ensinaram tanto.

Especialmente à Janete Muller e Graciele Kraemer, que desde sempre estiveram ao meu lado estabelecendo uma sólida e bela parceria acadêmica, na leitura e pareceres sempre qualificados sobre minhas pesquisas. Obrigado pelo tempo e dedicação despendida, além da qualidade das observações de vocês, me fez crescer muito como pesquisador e como sujeito. Espero poder continuar privado de suas amizades e parcerias profissionais.

Muito obrigado aos profissionais do Programa Incluir, que durante tanto tempo me acolheram e me disponibilizaram todos os materiais e estrutura de acessibilidade que precisei durante todo o período. À Adriana Thoma pela amizade, carinho e parcerias de sempre – inclusive as de além mar -, às amigas bolsistas Thayse Benedet, Bianca Peixoto e demais que sempre foram atenciosos comigo. Também agradeço à Liliane Birnfeld, que fez a pergunta que mudou a minha vida, no dia em que entrei pela primeira vez no incluir sendo recebido com a pergunta: “do que você precisa?”, e também por todo carinho e dedicação de sempre. Obrigado Fabiana Guedes, por teu trabalho, por teus conselhos e pela amizade.

À Patrícia, que esteve comigo durante grande parte dessa trajetória me apoiando tanto quanto possível, meus sinceros agradecimentos. Aos amigos Carlos Ely, Juliano Dobertein e Fernando Becker, pelas conversas edificantes e inspiradoras de novas possibilidades de reflexão. Ao saudoso MAQ e a todos aqueles que nos deixaram, mas que continuam me inspirando a ser e a fazer.

Agradeço à Lisandra Correa, amiga muito especial que sempre me faz pensar em nossas conversas, e que é um exemplo de conduta e conhecimento para todas as pessoas cegas e com baixa visão. Grato pelos conselhos, e saiba que a tese ficou mais rica com tua ajuda.

Muito obrigado Mariana Baierle, minha 'maninha' mais nova, com quem tenho o privilegio de conviver e aprender cotidianamente. Tua amizade é muito importante para mim em todos os sentidos, e que seja *ad eternum*. Queridos Rafael Giger e Ariane Kravczyk obrigado pelos conselhos pessoais e profissionais tão pertinentes e, claro, pelos debates sobre nossa condição de baixa visão.

Tenho certeza de que não escrevi a tese sozinho, e sim com a ajuda de todos que foram aqui mencionados. Fica minha gratidão e felicidade por ter um pouco de cada um de vocês em meu trabalho. Sinto-me lisonjeado por terem cruzado meu caminho. Continuemos lutando juntos pelo direito a ser diferente, e por um mundo onde mais importante do que enxergar, seja aprendermos a ver.

RESUMO

Esta Tese, vinculada aos Estudos Culturais em Educação, tem como propósito analisar marcas de identificação das pessoas com deficiência visual. O problema de pesquisa que proponho é: *Como a reivindicação da identidade, através da cultura, proporciona a construção de marcas de identificação das pessoas com deficiência visual?* Para essa investigação, primeiramente, apresento os caminhos metodológicos que trilhei para construir a pesquisa, desde minha trajetória pessoal e acadêmica até os critérios estabelecidos para delimitar o enfoque de análise e os materiais empíricos utilizados. No total analiso nove livros de narrativas autobiográficas e um blog, escritos por pessoas cegas e com baixa visão. Os conceitos que debato são: cultura, marcas de identificação, narrativas, identidades e diferenças. Discuto as condições que tornam possível a emergência de produções culturais de pessoas cegas e com baixa visão, dentre elas, as atuais políticas de inclusão e acessibilidade. Como resultado da análise das narrativas autobiográficas, identifiquei as seguintes marcas: (a) reivindicação de autonomia; (b) diferentes formas de ver o mundo e (c) experiências escolares. Analisei como se constituem essas marcas, além de suas implicações nos processos identitários de pessoas com deficiência visual. Assim, foi possível concluir que essas marcas fomentam e articulam as reivindicações de identidade através da cultura, bem como o incremento de possibilidades de aglutinação grupal e de diferentes modos de percepção sobre as pessoas com deficiência visual.

Palavras-chave

Deficiência Visual; Marcas de identificação; Identidade e diferença; Cultura; Narrativas autobiográficas.

ABSTRACT

Esa Tesis, vinculada a los Estudios Culturales en Educación, tiene como propósito analizar marcas de identificación de las personas con discapacidad visual. El problema de investigación que propongo es: *Como la reivindicación de la identidad través de la cultura permite la construcción de marcas de identificación de las personas con discapacidad visual?* Para esa investigación, primeramente, presento los caminos metodológicos que pasé hasta construir la pesquisa, desde mi trayectoria personal y académica hasta los criterios determinados para delimitar el enfoque de análisis y los materiales a ser utilizados como *corpus* analítico. Al todo analizo nueve libros de narrativas autobiográficas y un blog, escritos por personas ciegas y con baja visión. Los conceptos que debato son: cultura, marcas de identificación, narrativas, identidades y diferencias. Objetivo discutir las condiciones que tornan posibles la emergencia de producciones culturales de personas ciegas y con baja visión, dentro de las actuales políticas de inclusión y accesibilidad. Como resultado de la análisis de las narrativas autobiográficas, percibi las siguientes marcas: (a) reivindicación de autonomía; (b) diferentes modos de ver el mundo e (c) experiencias escolares. Analizé como se constituyen esas marcas, allá de sus implicaciones en los procesos identitarios de personas con discapacidad visual. Así, fue posible concluir que esas marcas fomentan y articulan las reivindicaciones de identidad través de la cultura, bien como el incremento de posibilidades de aglutinación grupal y de diferentes modos de percepción sobre las personas con discapacidad visual.

Palavras-chave

Discapacidad Visual; Marcas de identificación; Identidad y diferencia; Cultura; Narrativas autobiográficas.

Sumário

INTRODUÇÃO	10
1. COMO CHEGUEI ATÉ AQUI... DOS MODOS COMO ME (RE)CONSTITUÍ PARA CONSTRUIR A PESQUISA	16
1.1 COMO CHEGUEI ATÉ AQUI? PESQUISA E VIDA ENTRELAÇADAS	17
1.2 TATEANDO POSSIBILIDADES E A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA: UMA RECEITA SEM FÓRMULAS	23
2. BENGALAS QUE ME GUIAM: CULTURA COMO RECURSO, IDENTIDADES E NARRATIVAS	41
2.1 CULTURA, A BENGALA QUE NOS GUIA	42
2.2 CULTURA E SEU USO COMO RECURSO DE REIVINDICAÇÃO	49
2.3 IDENTIDADE E DIFERENÇA: BENGALANDO POR TERRENOS PANTANOSOS	61
2.4 BENGALANDO ENTRE IDENTIDADES E DIFERENÇAS	65
2.5 NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS: PARA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DE FLORES, VOU BENGALANDO E CANTANDO	68
3. CONDIÇÕES QUE POSSIBILITARAM A EMERGÊNCIA DAS MARCAS DE IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	73
3.1 O NEOLIBERALISMO E A AMPLIAÇÃO DOS MERCADOS: CONSUMINDO E PRODUZINDO IDENTIDADES	74
3.2 CONSUMO E ACESSIBILIDADE: CONDIÇÕES QUE POSSIBILITAM A CONSTRUÇÃO DAS MARCAS DE IDENTIFICAÇÃO	83
3.3 DISABILITY STUDIES E O MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA	87
3.4 AUDIODESCRIÇÃO: RECURSO DE ACESSIBILIDADE E POSSIBILIDADE DE IDENTIFICAÇÃO	96
4. MARCAS DE IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	107
4.1 CALEIDOSCÓPIOS IDENTITÁRIOS E AS MARCAS DE IDENTIFICAÇÃO	107
4.2 TRAÇANDO CAMINHOS, RASTREADO ALGUMAS MARCAS	112
4.3 HISTÓRIAS DE VIDA E NARRATIVAS DE SI: CONSTRUINDO MARCAS DE IDENTIFICAÇÃO	118
4.4 REIVINDICANDO AUTONOMIA	121
4.5 PARA ALÉM DO VISÍVEL, OUTROS MODOS DE VER O MUNDO SEM ENXERGAR	132
4.6 EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS	149
CONSIDERAÇÕES (QUASE) FINAIS	170
BIBLIOGRAFIA	176

INTRODUÇÃO

“Se amor é dar ao outro aquilo que não se tem, dou-lhes o meu eu.”

Felipe Leão Mianes

Quando se começa a escrever uma tese, há certas limitações em como começar uma escrita, em que é necessário ter cautela e, ao mesmo tempo, cativar o leitor nestas primeiras linhas, quase como um processo instantâneo de sedução. Avançar pelo terreno da escrita pode ser perigoso e glorioso, e isso requer que se reconheça o “terreno”.

No meu caso isso tudo é ainda mais complexo e encantador. Preciso ir literalmente tateando meus problemas, objetos e objetivos de análise, ao mesmo tempo em que me encanto com as nuances e imprecisões das formas que só o contato direto pode me proporcionar. A vantagem de não se enxergar o caminho é o fato de não preconceber trajetórias, e sim, ir construindo o próprio caminho com zelo e critério.

Os obstáculos também são proeminentes e difíceis de ultrapassar em uma pesquisa. Um dos mais complexos é a escrita, principalmente em relação ao que dizer e ao que calar, como problematizar sem prescrever, entre outros tantos dilemas que vão surgindo. Ao mesmo tempo, escrever é doloroso, pois é como arrancar um pedaço de mim e doar aos outros, deixando as palavras livres para alçarem voo rumo ao entendimento de cada leitor.

Se amor é dar aos outros aquilo que não se tem, dou lhes o meu eu, pois agora ele já pertence a cada leitor desta pesquisa, afinal, cada pessoa tem em si peças de tantas outras pessoas. Nesse sentido, em minha tese almejo identificar e problematizar as marcas culturais dos sujeitos com deficiência visual como reivindicação da identidade através da diferença, a cultura e as produções culturais como cenário e objetos de análise. Como dizer quem sou nesse processo?

Doutorando? Objeto? Sujeito da e à pesquisa? Não sei as respostas, mas espero tomar o distanciamento necessário para encontrá-las.

Cada peça que imprimimos nesses outros e as que eles nos deixam podem ser tidas como marcas, impressões ou traços que compõem nossa identificação ou diferença para os demais sujeitos ou grupos. Talvez por isso possa ser mais prudente falarmos em marcas culturais e não em características de uma cultura específica quando nos referimos aos traços culturais que constituem a identidade de grupos como os sujeitos com deficiência visual, por exemplo.

Ao tomar a cultura como recurso para a reivindicação identitária através da diferença, é preciso tomar uma série de cuidados para não cair nas armadilhas existentes no caminho. As formas de identificação de certos grupos podem ser fugidias e deslizantes. Podem até ser relacionadas com o manto de Penélope, que tecia durante o dia e o desfazia à noite, de modo que os fios jamais eram entrelaçados da mesma forma, além de que aquilo que é tramado pode ser desfeito com facilidade.

É sabido que cada vez mais as formas de reivindicar as identidades tornam-se sofisticadas e complexas diante do contexto contemporâneo. A reivindicação identitária através da cultura é uma dessas possibilidades em que apresenta uma série de caminhos.

Não quero aqui parecer pessimista, ainda mais nesse momento de capturar o leitor, porém, é preciso dizer que na esteira de pensamento na qual me situo, não estamos à procura de soluções, nem de verdades absolutas que construam sentenças tidas como definitivas. Não seria pretensioso a ponto de dizer que tenho uma resolução ou que há uma verdade que esta pesquisa objetive apresentar.

Quando utilizamos o termo cultura, a muitos pode remeter a uma série de verdades e de discursos que a classificam como aquilo que de melhor a sociedade pôde produzir, ou como um bem pertencente apenas a uma esfera social específica. Pois, nesta pesquisa faço uso da noção de cultura como sendo um modo de vida de uma sociedade, comunidade ou grupo de sujeitos. Portanto, a cultura é uma arena de embates em torno dos processos de representação e de identificação dos sujeitos.

Diante disso, a cultura vem sendo utilizada, nas últimas décadas, como um campo onde os sujeitos reivindicam suas identidades. Essa reivindicação acontece principalmente por parte dos grupos considerados minoritários que utilizam os processos e os produtos culturais como modo de reivindicar seu direito à diferença. Nesse caso, tenho como segundo objetivo apresentar e analisar como essas novas

formas de pensar a cultura podem possibilitar a reivindicação das marcas de identificação das pessoas com deficiência visual através de seus direitos à diferença.

Existem articulações cada vez mais proeminentes no sentido de construir uma aliança entre a luta pelo direito à diferença relacionada aos Direitos Humanos. Muitos debates vêm sendo empreendidos nesse sentido, e o vértice que interessa a essa pesquisa é problematizar os modos como essa luta pela consolidação dos Direitos Humanos prolifera a reivindicação dos sujeitos com deficiência visual a direitos básicos como cultura e educação.

Nesse mesmo sentido, considera-se como fundamental a inserção cultural dos sujeitos com deficiência na sociedade, não somente pela educação ou pelo mundo do trabalho, mas também, por meio de um maior acesso às produções artístico-culturais, através das quais existe uma série de outras possibilidades com as quais podem se relacionar com o mundo, seja através dos recursos de acessibilidade ou das possíveis modificações que isso provoca nos processos de representação por/sobre as pessoas com deficiência visual.

Como não há linearidade, hierarquia ou um sistema causa/consequência no que tange aos processos de identificação das pessoas com deficiência, outras linhas se cruzam para constituírem as formas desse “manto”. A acessibilidade tem sido colocada em questão, desde a década de 1960, quando das primeiras ações afirmativas, passando pelo final do século XX, em que as políticas assistenciais e a abrangência do mercado se acentuaram.

Voltar as atenções para as pessoas com deficiência pode representar uma série de condições de possibilidade para a emergência de marcas culturais dos sujeitos com deficiência visual, as quais farei referência no terceiro capítulo. Dentre eles, a minimização dos riscos e das despesas causadas por esses sujeitos à sociedade e, a consolidação de um promissor mercado consumidor que vai surgindo com as novas políticas que vão conferindo à inclusão um caráter de imperativo.

Seja como for, a acessibilidade tem cada vez mais espaço nas discussões sobre direitos sociais e ao mesmo tempo, constitui uma possibilidade interessante para que o mercado e até o Estado incentivem a participação social das pessoas com deficiência. Ousaria até dizer que a acessibilidade é um dos temas da “moda” no cenário educacional, social e mercadológico.

A emergência do neoliberalismo¹ – usando-se aqui este termo conforme a perspectiva foucaultiana – tem como uma de suas implicações a inclusão de um maior número de sujeitos. A fim de que eles participem da vida econômica e social, para que não representem risco social e, aliado a isso, estejam como partícipes do jogo socioeconômico.

Prover as condições para que as pessoas com deficiência participem ativamente na sociedade é uma questão de minimizar riscos e de inserir esses sujeitos como consumidores (tanto no sentido de uso como no sentido de aquisição de produtos). Ao consumirem produções artísticas e outras formas de inserção cultural, esses sujeitos podem vir a aumentar seu campo de possibilidades de construção de representação e de reivindicação da identidade através do direito à diferença, tendo a cultura como um recurso importante nesse processo.

Entendo marcas de identificação como traços atribuídas ou autorrepresentadas por um determinado grupo, através das quais os sujeitos identificam-se e que entendem como sendo algo que permite sentirem-se acolhidos e, ao mesmo tempo, exporem suas especificidades para os demais. Marcas que não podem ser consideradas como puras ou que detêm a verdade absoluta sobre um grupo.

Assim, ao identificar tais marcas dos sujeitos com deficiência visual, não estou dizendo que todos os indivíduos cegos ou com baixa visão irão se enquadrar nas marcas analisadas aqui, nem que serão as mesmas independentemente do espaço/tempo. Isso confere uma considerável riqueza e uma série de perigos quando nos aventuramos a investigar estes temas.

Diante de tudo que foi dito até aqui, desde já anuncio meu problema de pesquisa, que recordarei ao leitor algumas vezes, até que eu consiga redigir as palavras finais desta investigação. Assim, o problema de pesquisa que proponho é: *Como a reivindicação da identidade através da cultura proporciona a construção de marcas de identificação das pessoas com deficiência visual?*

Para tanto, tenho como objetivos analisar de que modo a cultura vem tornando-se um recurso para a reivindicação da identidade através da diferença, bem como, investigar como o neoliberalismo proporciona acessibilidade aos produtos culturais e

¹ No terceiro capítulo farei uma análise mais aprofundada sobre a questão do neoliberalismo, mas cabe adiantar que essa foi uma racionalidade que emergiu no final dos anos 1970, ocasionado por uma série de crises econômicas que levaram ao esgotamento do modelo econômico vigente. Tais condições permitiram que além de um sistema econômico, o neoliberalismo passasse a atuar como uma forma diferente de controle da vida e da condução das condutas dos indivíduos.

com isso podendo constituir-se um mercado dos sujeitos com deficiência. Além disso, pretendo investigar as formas como algumas produções culturais (eminentemente voltadas à literatura) possibilitam outras formas de representação e identificação dos sujeitos com deficiência visual. E, por fim, diante dessas formas de reivindicações identitárias, tendo a cultura como recurso, procurarei apresentar e problematizar alguns dos marcadores culturais do grupo das pessoas com deficiência visual.

A tese está dividida em quatro capítulos. No primeiro, *Como cheguei até aqui... dos modos como me (re)constitui para construir a pesquisa*, apresento minha trajetória de vida e de pesquisa – que se confundem – e que me levaram à esta investigação, contemplando aspectos de minhas vivências que me constituíram, desconstituíram e reconstituíram.

Além disso, procuro fazer uma análise de como venho construindo metodologicamente o embasamento teórico de meu trabalho, suas conexões e deslocamentos de e com diferentes campos de conhecimento, Pretendo pois, não fazer desse capítulo uma bússola ou uma receita inquestionável, mas demonstrar de que modo pensei e estruturei a pesquisa, para (des)orientar o leitor com relação aos demais capítulos que se seguem.

Já em *Bengalas que me guiam: cultura como recurso, identidades e diferenças*, segundo capítulo da tese, analiso as transformações históricas da noção de cultura, que deixa de significar tudo que de melhor fora pensado, dito e produzido em uma sociedade, para ser pensada como diferentes modos de vida de uma sociedade ou grupo social. Ainda que não haja uma hegemonia no que tange aos entendimentos ocidentais sobre cultura, atualmente, ela serve também como um recurso conveniente a ser usado na reivindicação de identidades e marcas culturais. Levo a cabo a discussão sobre a constituição dos direitos culturais, e como eles permitem aos grupos tidos como minoritários fazerem da cultura mais que um benefício, isto é, uma forma de lutar pela construção de suas diferenças.

Também empreendo análises sobre conceitos de narrativas, identidades e diferenças, fundamentais para a construção de minha pesquisa. No que tange às narrativas de si, debato sobre as diferentes formas que tem assumido no sentido de proporcionar cada vez mais espaços para que os sujeitos narrem suas histórias de vida, sobretudo, de grupos considerados minoritários que outrora não tinham possibilidades de fazê-lo.

Empreendo discussões sobre os processos de identidades e diferenças, em tempos onde fomentamos identidades e reivindicamos o direito a sermos diferentes. Entendo que ambos os conceitos não sejam feitos 'da mesma matéria', mas são complementares e se cruzam a todo tempo. Logo, são importantes para analisar os processos de constituições de marcas de identificação, mais ainda se forem de grupos minoritários, nesse caso, as pessoas com deficiência visual.

No terceiro capítulo, *Condições que possibilitaram a emergência das marcas de identificação de pessoas com deficiência visual*, tracei como objetivo investigar algumas das condições que possibilitaram aos sujeitos com deficiência maior inserção sociocultural, provendo os meios para que reivindiquem suas identidades através do direito à diferença. Debato sobre o neoliberalismo e o imperativo da inclusão como fomento à constituição de políticas públicas para a participação social das pessoas com deficiência, bem como sua constituição como mercado consumidor. Além disso, analiso como a acessibilidade atua como condição de possibilidade para a produção, circulação e consumo de artefatos artístico-culturais para/de pessoas com deficiência visual.

No quarto e último capítulo: *Marcas de identificação de pessoas com deficiência visual*, tenho como objetivo analisar as marcas culturais encontradas nos materiais. Para a escolha do corpus analítico e das marcas de identificação, empreendi diversas pesquisas em diferentes materiais para verificar quais as marcas apareceriam como mais recorrentes nas narrativas autobiográficas de pessoas com deficiência visual. Também é preciso dizer que essas marcas não são exclusivas desse grupo, já que fazem parte também das diversas representações que circulam sobre esse grupo.

As marcas de identificação podem ser entendidas como traços específicos que caracterizam determinados grupos, fomentando identificações dos sujeitos para com os grupos que pertencem ou que desejam pertencer. Sendo assim, quanto às pessoas com deficiência visual, as marcas que escolhi para análise na tese, são: a) reivindicação autonomia, b) diferentes modos de ver o mundo e, por fim, c) experiências educacionais de pessoas com deficiência visual.

Então, convido o leitor a vir comigo, deixando que eu o guie com minhas bengalas conceituais pelas veredas da pesquisa. E espero poder contribuir no campo da educação, seja com as análises, ou também com proposições para fomentar outras pesquisas que possam advir desses debates.

1. COMO CHEGUEI ATÉ AQUI... DOS MODOS COMO ME (RE)CONSTITUÍ PARA CONSTRUIR A PESQUISA

“Procura pelo prazer de procurar, não pelo de encontrar...”
Jorge Luis Borges

Apresentar minha trajetória de vida e de pesquisador, demonstrando de que modo minhas orientações e lentes teóricas com as quais passei a trabalhar, como cheguei à construção desta tese, é meu objetivo principal neste capítulo. Da mesma forma, pretendo debater e expor ao leitor como estou constituindo mi por exemplo, a intersecção entre os Estudos Culturais em Educação e Disability Studies² - algo que ainda creio que seja um desafio e tanto -, parte importante para a edificação da pesquisa. Além disso, discuto aspectos de minha escrita e dos procedimentos que passei a adotar desde meu ingresso no mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Traçar caminhos metodológicos para mim é um tanto complexo e desafiador; ao mesmo tempo, me faz refletir sobre as práticas discursivas de pesquisador e de sujeito da pesquisa. Não desejo fazer deste capítulo a exibição de minhas reminiscências ou uma escrita meramente autobiográfica – talvez porque eu tivesse pouco a contar. Pretendo sim, trazer ao debate minha contribuição em um ponto, em geral ainda carente nas teses e dissertações na área da Educação, que é a discussão metodológica sobre as trajetórias das investigações, trazendo as dificuldades e as escolhas – muitas vezes dolorosas – tão necessárias aos pesquisadores.

Minha baixa visão, às vezes dificulta as opções de caminhos que devo tomar diante dos destinos que tenho a percorrer, pois acabo tropeçando em obstáculos que não enxerguei, me deparando com barreiras inesperadas e que poderiam parecer simples aos olhos de outrem. Foram muitas as ocasiões em que me vi perdido, sem saber por onde seguir ou em que lugar estava, se era perto ou longe de onde eu

² Ainda não há uma tradução do termo, por isso faço referência ao mesmo em Inglês, ao menos nesse primeiro momento.

pretendia ir. Foram incontáveis as situações em que escolhi as distâncias mais longas por não ver as mais curtas.

Contudo, posso me dizer até satisfeito vivendo nesta condição diante dos benefícios que experimentei nesses (des)caminhos. Isso porque, para tentar não tropeçar nos obstáculos preciso planejar os detalhes de meu trajeto e executá-lo com total atenção, esmero e com a estratégia mais adequada. Outro fato importante é que aprendi a lidar com as nuances dos terrenos e das dificuldades que se apresentam inesperadamente, me permitindo, além de um rigor, aliar certos improvisos e desvios de rotas que se fazem necessários, conforme os problemas que se apresentam.

Trago para minha trilha como pesquisador a lição de não escolher os caminhos mais curtos, e sim os que me oferecem mais segurança e embasamentos. Ainda que seja necessária uma dose de intuição e de percepção aguçada daquilo que me rodeia, para me adaptar aos diferentes tipos de terrenos e de condições do ambiente. Nem mesmo me deixo levar pelas aparências das coisas – afinal, isso não seria produtivo no meu caso - preciso tocá-las e senti-las sem imagens preconcebidas ou que eu não possa comprovar sem uma detida e detalhada análise de suas formas e conteúdos. Enfim, sou um pesquisador às cegas, que procura ver, mais do que enxergar.

1.1 COMO CHEGUEI ATÉ AQUI? PESQUISA E VIDA ENTRELAÇADAS

Muitas vezes costumo ser um crítico um tanto ácido da proliferação exagerada dos livros de autoajuda e das “soluções mágicas” que eles apresentam, principalmente porque, como veremos nos próximos capítulos, essas práticas estão se estendendo também para as narrativas de si das pessoas com deficiência, tomadas como lições de vida e de “superação apesar de tudo”. Por isso quis fazer essa provocação inicial de: *‘como cheguei até aqui?’*, pois a imensa maioria desses livros tem como seu principal objetivo prescrever fórmulas de sucesso.

Porém, no meu caso, deu-se o inverso, a receita foi justamente o fato de não ter uma fórmula de sucesso a seguir, mas sim, deixar-me guiar pelas veredas da pesquisa e da vida – e ambos sempre se cruzaram. Contar toda minha história de vida talvez se torne um tanto monótono ao leitor, algo que prometo tentar evitar. Mas, necessito contextualizar de onde falo, afinal, como diz o ditado: um ponto de vista é só a vista de um ponto, e eu lhes ofereço a minha percepção sem invalidar as demais.

Arrisco-me a dizer que minha deficiência tem mais tempo de vida do que eu mesmo, dado que as intercorrências oftalmológicas com as quais fui “premiado” são

genéticas e, por isso mesmo, eu já era um embrião deficiente visual. Nasci com aniridia (ausência de íris nos dois olhos), algo considerado raríssimo – isso já faz de mim um sujeito singular – e que também me trouxeram associadas outras enfermidades oculares: catarata, glaucoma, astigmatismo e alguma outra que eu devo ter "esquecido" no meio dessas tantas. Assim, nunca soube exatamente o que significa enxergar "bem", o que por outro lado me parece bom, pois eu não sinto falta de algo que jamais tive.

Em minha vida escolar, a baixa visão não teve grande influência no processo educacional, dado que com o uso de óculos e de pequenas adaptações, eu conseguia acompanhar as aulas de maneira adequada. Sentia alguma dificuldade na leitura causada pelo alto grau dos óculos, apesar disso – ou devo dizer, por causa disso – eu sempre gostei de literatura, tornei-me um ávido leitor, seja nos intervalos das aulas, nas atividades escolares ou até mesmo fora dela.

Sempre tive uma relação de afeto com a literatura e com as diferentes sensações que provocavam e provocam em mim. Também gostava de escrever bastante e criar pequenas histórias que me davam uma profunda satisfação e o entendimento que, de alguma forma, a escrita fazia parte de mim para todo sempre. E foi por volta dos meus 12 anos que decidi ser professor, e de História, afinal, eu poderia juntar as minhas histórias inventadas com aquelas que se inventa e são outorgadas como verdades científicas.

Porém, foi na transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio que as coisas começaram a se tornar mais complexas e um tanto difíceis inicialmente. Nesse período, realizei uma intervenção cirúrgica que tinha como objetivo corrigir a catarata de meu olho esquerdo, considerada pelos médicos como em estado avançado e que necessitaria de tal procedimento. Feita a cirurgia, durante dois ou três dias após a retirada dos curativos, eu soube como era ter uma visão perto daquilo que os médicos consideravam como normal.

Contudo, tive uma série de problemas pós-operatórios que ocasionaram glaucoma. Como isso, a minha visão foi considerada uma situação de "grande risco", e por isso, decidiu-se realizar outra intervenção cirúrgica. Até hoje não ficou muito bem explicado o que aconteceu, mas sei que quando acordei da anestesia já percebi que não enxergava mais do olho esquerdo. Assim, aos 14 anos de idade, eu era cego do olho esquerdo e tinha baixa visão no direito. No momento, eu não tive a exata

dimensão do que aquilo representava – eu acho que nem atualmente a tenho - como uma mudança em minha vida e nos rumos que ela iria tomar.

Isso porque, talvez, contavam-me a história de Poliana, para me mostrar que eu poderia ser feliz “apesar de tudo...” na época eu pensava: tudo bem, perdi um, mas ainda tenho o outro... No entanto, não foi um período muito fácil de adaptação, pois as questões escolares deixaram de ser simples, já que eu não enxergava mais a lousa nem mesmo a uma pequena distância. Tampouco fazia leituras com a mesma rapidez de antes e, as dificuldades cotidianas de locomoção e autonomia se tornaram evidentes.

Creio que foi nesse período que passei a viver a experiência da deficiência em sua forma mais clara e direta. Se anteriormente eu não percebia preconceitos ou discriminações mais recorrentes, comecei a sentir todas essas coisas de uma só vez como se uma represa tivesse se rompido e me inundado de percepções, dificuldades e barreiras que antes estavam comprimidas em algum lugar que não sabia onde era. Porém, tive uma adaptação muito mais rápida do que eu imaginava, e logo já elaborava sistemas que me permitiam realizar as mais diversas tarefas, de um modo diferente de antes, mas com o mesmo êxito. Aliás, criar estratégias e técnicas para suplantar dificuldades e barreiras são coisas cotidianas para mim.

Após concluir o Ensino Médio, no início do ano 2000, fui aprovado no vestibular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, para o curso de graduação em História. Mantinha latente o desejo de aliar escrita e leitura, sendo professor, e tentando fazer a minha parte para “mudar o mundo”. E, embora eu não tivesse acesso a qualquer material ou recurso de acessibilidade – por desconhecimento meu e da universidade – consegui realizar o curso sem maiores sobressaltos ou dificuldades intransponíveis. É evidente que os problemas existiram, ainda que fossem inferiores ao meu desejo e prazer de aprender e compartilhar os conhecimentos que pude obter.

Aproximadamente na metade do curso tomei contato com a pesquisa acadêmica, sendo monitor e bolsista de iniciação científica da professora Elisabete Torresini, que desenvolvia um projeto sobre a história na obra do escritor Érico Veríssimo. Posso afirmar que no instante em que tive contato com os processos de pesquisa, elaboração de tema, construção metodológica e analítica, foi “amor à primeira vista”. Há poucas coisas que me satisfazem tanto quanto a imersão na pesquisa. Desde então, sabia que queria trabalhar fazendo pesquisas, mesmo que ainda não tivesse noção e nem expectativas de que isso realmente aconteceria.

Ao concluir o curso, comecei a trabalhar como auxiliar de biblioteca que, se não era exatamente aquilo que eu havia escolhido profissionalmente, permitiu-me ter contato cotidiano com a literatura. Nessa função, pude criar projetos que envolviam pesquisa e, ao mesmo tempo, exigiam criação artística. Comecei a ter acesso às vivências escolares, que não eram na sala de aula, mas que me proporcionaram contatos “dentro dos muros” da escola. Por outro lado, é preciso ressaltar que fui contratado dentro do regime de cotas, que a grande maioria das vezes as empresas preenchem com cargos em posições inferiores ao potencial dos sujeitos empregados. Pior do que isso foi a remuneração paga, que era menor do que a de colegas que exerciam as mesmas funções.

Concomitantemente a isso, aconteceu um fato que mudou os rumos de minha vida. Como tinha o objetivo de lecionar e de ter um salário melhor, em 2005, fiz um concurso estadual para professor na área de História (séries finais do Ensino Fundamental). Como existe um sistema de reserva de 10% das vagas para pessoas com deficiência nos concursos públicos, optei por inscrever-me nessa modalidade, dado que além de um direito adquirido, eu teria a chance de fazer a prova com recursos de acessibilidade, como fazê-la com fonte ampliada, por exemplo.

Por conta de problemas burocráticos no envio da documentação exigida, para que eu garantisse minha inscrição na reserva de vagas, acabei sendo inscrito nas vagas comuns, sem qualquer recurso acessível ou percentual específico de vagas. Mesmo assim, decidi fazer o concurso, já que não sabia quando teria outra oportunidade de fazer outro, além de ter estudado bastante para esse processo seletivo.

No dia marcado para a prova, percebi que as dificuldades poderiam ser bem piores do que eu pensava. A cor do papel era rosa e das letras era verde, ou seja, um contraste quase inexistente, causando problemas para enxergar os textos a serem lidos. E, para piorar, o tamanho da fonte era inferior a 10, e os textos eram bastante extensos, o que prejudicava ainda mais minha situação, pois eu usava apenas uma lupa comum como recurso de leitura. Diante disso, concluí a prova com grande dificuldade.

Mesmo com todas essas intercorrências, acreditava que tinha sido bem sucedido no processo de seleção. Quando foi divulgado o resultado, qual não foi minha surpresa quando descobri que havia passado em 1º lugar. Logo fui chamado para assumir minha vaga, entreguei minha documentação completa e fui muito

confiante para o exame biométrico, que para mim seria mera formalidade, já que sempre tive as mais absolutas condições de lecionar. Mas, infelizmente, não foi o que acabou acontecendo na prática.

Quando fui realizar a perícia médica, o perito efetuou exames muito superficiais. Muito rapidamente, disse-me que eu não era apto para o cargo nas “condições em que eu me encontrava”, e que por isso eu seria desclassificado, tendo minha nomeação negada.

Não poder exercer a profissão que eu escolhi simplesmente por ter baixa visão é estarrecedor, mas foi ainda mais grave e preocupante, que segundo alegação do Estado, eu só poderia concorrer na reserva de vagas. Ou seja, significava algo semelhante ao apartheid³, em que eu só poderia estar nos lugares e nas posições que me fossem designadas. Obviamente, me senti inferiorizado, gravemente ferido emocional e moralmente pelo modo e tamanho dos preconceitos e discriminações que foram a mim direcionados.

Jamais toleraria em silêncio uma situação como essa. Por isso mesmo, ingressei com processo judicial cível para reaver meu cargo e ter as reparações cabíveis quanto ao ato discriminatório a que fui submetido. Em 2011, depois de um longo e cansativo processo – psicológica e moralmente estafante –, tive êxito sobre o mérito da ação movida.

Depois disso, refleti durante algum tempo sobre o que eu poderia fazer para que essas coisas não acontecessem mais com outras pessoas com deficiências, pensar de que modo os paradigmas de medicalização poderiam ser problematizados, para que não causassem tantas situações embaraçosas como nessas em que fui colocado. Foi a partir deste episódio que passei a me ver plenamente como alguém com deficiência visual, pensando sobre minha condição e suas implicações em minhas vivências. Se anteriormente isso passava ao largo, começou a fazer parte do meu cotidiano a luta por recursos de acessibilidade, a reivindicação da diferença e da identificação como sujeito com baixa visão.

Nesse espaço de tempo, em 2007, retomei o curso de Pedagogia na UFRGS iniciado em 2005. Aconteceu que, no primeiro dia de aula do semestre cursando a

³ Este termo foi usado para definir o processo de segregação racial levado a cabo na África do Sul nos anos 1940, que institucionalizava a separação entre brancos e negros. Mesmo extinto em 1994, este termo ainda é usado simbolicamente para denominar os processos de segregação institucionalizada de grupos minoritários.

disciplina de *Problemas educacionais contemporâneos*, conheci a professora Lodenir Becker Karnopp – ministrante da disciplina -, e que apresentou uma série de leituras e debates sobre cultura, identidade e diferença, relativos às questões dos Estudos Surdos, mas que era exatamente aquilo que eu procurava. Então, comecei a fazer muitas leituras sobre o tema da identidade e da diferença, além de recorrer constantemente aos conhecimentos da professora que posteriormente tornou-se minha orientadora no mestrado e no doutorado.

Todos esses fatos me levaram a estudar e construir uma proposta de dissertação para participar do processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, no ano de 2008, com ingresso em 2009. Após uma seleção muito difícil e qualificada para o mestrado, fui aprovado para ser orientado pela professora Lodenir B. Karnopp. Meu tema de pesquisa foi se modificando aos poucos conforme eu estudava e tinha contato com diversos artefatos culturais que desejava analisar. Por fim, optei por analisar os processos de representação e identidade das pessoas com deficiência visual no site de relacionamentos Orkut – que naquele momento fazia muito sucesso no Brasil.

Nesse processo de construção de minha dissertação tive que lidar com diversos perigos comuns à pesquisa. No princípio, tinha uma alta carga de militância em minha escrita, que, aos poucos, com uma atenta orientação, tive a oportunidade de ir apagando-a, ir reconstituindo de maneira mais reflexiva e sem apontar soluções definitivas. Sei que não se pode confundir ativismo e utilização da pesquisa como ato político para fazer afirmações categóricas e que não estejam de acordo com a esfera científica. Esse é um exercício muito difícil e de controle diário, pois do modo como me lanço a escrever, há uma linha tênue separando a reivindicação política e a militância. Assim, cada dia mais, tento desviar dos obstáculos da pesquisa, e confesso ter tropeçado muitas vezes, embora aconteça menos a cada dia.

Por outro lado, prescrever soluções de modo definitivo talvez não seja tão apropriado de acordo com as lentes teóricas com que vejo minha pesquisa. Contudo, sei também que muitas vezes qualquer pesquisador pode cometer esse equívoco eventualmente. Comigo não foi diferente, e, diante disso, cada dia mais tenho exercitado a hipercrítica de meus próprios métodos de pesquisa e de escrita. Isso me permite ter mais qualidade como pesquisador, e cada vez mais fazendo investigações com proposições do que com soluções definitivas.

Contudo, não faço questão alguma de negar o lugar de onde falo, de pessoa com deficiência visual, sujeito da/e à pesquisa. Acredito que, se os sujeitos considerados diferentes tiverem a oportunidade de refletir sobre suas diferenças em pesquisas acadêmicas, possamos ter outras perspectivas sobre essas temáticas.

Aos poucos, me (re)construo como sujeito e como pesquisador, escapando dos perigos que a militância e a prescrição podem oferecer a uma pesquisa qualificada. Não pretendo estar imerso em demasia ou muito distante daquilo que pesquiso. Afinal, sei que a pesquisa está entremeada em minhas vivências e vice-versa, de tal modo que dissociar ambas seria para mim um tanto improdutivo. Foi partindo desses preceitos que concebi minha pesquisa de doutorado. Ela se reconfigura diariamente com as leituras, reflexões e materiais que passam a fazer parte de minhas problematizações. Assim, sigo demonstrando na próxima seção, como construí a tese sob o ponto de vista teórico, da estruturação temática e de seus capítulos.

1.2 TATEANDO POSSIBILIDADES E A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA: UMA RECEITA SEM FÓRMULAS

Confesso que não escolhi o tema de minha pesquisa, pois me sinto escolhido por ele, um privilégio para poucos pesquisadores. Conforme parte de minha história de vida contada aqui, o tema desta pesquisa está efervescente em mim desde que nasci, e agora estou sistematizando-o academicamente. Também faço questão de repetir que esse é o meu olhar sobre esses objetos de pesquisa que aqui proponho, mas não o único ou o melhor.

Além disso, acredito que todo trabalho científico necessita de uma grande parcela de autoria na escrita, pois não basta citar outros pesquisadores, mas saber como e por que fazê-lo. Assim, busco escrever com autoria, entendendo-a como apropriação de autores nos momentos mais convenientes mas, principalmente, “criar” para além deles. Talvez o leitor possa encontrar um punhado disso em minha pesquisa, mas não pretendo garantir que essa é uma receita que eu sempre consiga seguir. Afinal, esse é um trabalho nem um pouco fácil, requer muito esforço, suor e dedicação, traz muitas tentativas, erros, acertos e que também provoca insônia e até angústia em quem escreve o trabalho.

Não me inquieta que esta pesquisa não será – mesmo por não ter tal pretensão – a mais completa ou que irá pôr um ponto final na questão daquilo que denomino como marcas de identificação de pessoas com deficiência visual. Isso porque, não

almejo chegar ao lugar inexistente da certeza, mas, sim, ao terreno infindável da dúvida, da proposição e das diferentes formas de pensar nosso mundo instável e cambiante. Ainda quando estava participando como concorrente ao processo seletivo para o doutorado (o que ocorreu em 2010, já que meu ingresso foi em 2011), tinha outra ideia dos caminhos pelos quais a tese poderia me levar. Tive como argumento inicial, a emergência das produções culturais de pessoas com deficiência visual, e como essa situação permitia, através da cultura, o estabelecimento de laços identitários entre os sujeitos cegos e com baixa visão.

Pelo que havia lido e coletado de material até então, imaginei que os produtos culturais poderiam ter força de identificação suficiente para unificar, promover identidade e propor a luta pela diferença, como algo a ser levado a cabo por esse grupo de sujeitos. Propositamente, escolhi um número grande de artefatos a analisar quando da escrita do anteprojeto⁴: Apresentei como possíveis *corpus* de análise, filmes, livros, programas de televisão e blogs, algo que possivelmente exigiria bem mais do que meia dúzia de teses.

Mas, sabia que teria que optar por algum dos materiais propostos, descartando os demais sem achar que sejam menos importantes do que aqueles que foram escolhidos. Porém, senti a necessidade de propor essas possibilidades de análise, para durante o curso da pesquisa verificar quais desses materiais estariam mais de acordo com os critérios que formulava.

Portanto, pretendia em primeiro lugar, procurar e analisar quais materiais poderiam constituir o material analítico da tese de acordo com as recorrências encontradas, e sua linguagem ou gênero específico. Depois disso, consultei uma série de filmes que falam sobre deficiência visual, e que pudessem apresentar possibilidades de análise dentro da moldura temática de minha pesquisa. Encontrei diversos títulos que se encaixariam no critério que formulei após uma investigação das recorrências encontradas nos demais materiais, ou seja, a existência de marcas de identificação das pessoas com deficiência visual.

Além disso, também tinha como objetivo encontrar tais marcas nas narrativas das pessoas com deficiência visual. Não desejo afirmar que os discursos desses

⁴ Como uma das etapas do processo seletivo para as vagas de doutorado, no Programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS, é necessário escrever um anteprojeto, com apontamentos, embasamento teórico e metodológico para a investigação, a apresentação do objeto e de um problema de pesquisa – ainda que provisório.

sujeitos sejam puros, advindos de experiências que não estão entrelaçadas por uma infinidade de outros discursos para além da condição de deficiência. Ao estabelecer mais esse critério de escolha, também acabei excluindo outras possibilidades de análise de produtos culturais, especialmente aqueles que falavam sobre a deficiência visual, mas que não traziam narrativas de sujeitos cegos ou com baixa visão.

Nas obras escolhidas para este projeto – das quais falarei mais adiante – há considerável diversidade de posicionamentos, de contextos e de gêneros textuais, que tornam a pesquisa e os dados aqui obtidos, ricos e profícuos, na direção de uma análise dessa temática. Assim, optei por utilizar algumas narrativas de sujeitos com deficiência visual como o principal material analítico de minha pesquisa.

Priorizei as produções editoriais, já que corresponde a maioria dos objetos que encontrei enquadrados nos critérios que estabeleci. Como toda regra permite uma exceção, pretendo investigar também um blog, no qual Mariana Baierle narra algumas de suas vivências, que traz fortemente a questão das marcas de identificação de pessoas com deficiência visual. E isso porque ela possui baixa visão, o que possibilita verificar essas marcas a partir do olhar de quem vive na condição de pessoa com baixa visão. Além disso, o material tem considerável circulação e consumo.

Seus textos são eminentemente voltados ao debate de questões relacionadas à acessibilidade, aos produtos culturais para e sobre pessoas com deficiência visual. Assim, a escolha deste artefato se deve à grande quantidade de textos narrativos nos quais podem ser encontradas muitas das marcas culturais que irei problematizar na pesquisa.

Encontrei outros blogs com a mesma proposta, no entanto, a frequência com que os textos eram publicados e a quantidade dos mesmos, não permitia que houvesse material que eu considerasse consistente para utilizar como parte de meu *corpus* analítico. Dentre eles: “Cotidiano cego”, de *André Carioca* (<http://cotidianocego.blogspot.com.br/>); “blog do cegueta”, de *Silvio Lemos* (www.blogdocegueta.com.br/); “Blog do Diniz”, de *Leondiniz Candido* (<http://www.leondeniz.com>). E outros que poderia mencionar, que embora tendo textos interessantes, por um motivo ou outro não contemplaram os parâmetros que estabeleci para a escolha dos diários virtuais.

Dentre aqueles que atendiam ao critério de postagem frequentes de textos em que a blogueira contava suas histórias de vida, era o blog chamado “quando botei a boca no mundo”, de Sara Bentes. Contudo, ela parou de atualizar o blog em 2012, e

em 2013 lançou um livro com a compilação de muitos textos que escrevera no diário cibernético. Assim, optei por usar como material de análise seus textos publicados no livro homônimo ao blog.

Por fim, outro critério que ratifica as escolhas que fiz é a possibilidade do consumo dessas narrativas por um número maior de pessoas. Afinal, o blog e os livros pelos quais optei podem ser facilmente encontrados em muitas livrarias físicas ou virtuais, ou no caso do blog, tem uma grande quantidade de acessos nas postagens publicadas.

Como veremos mais adiante, há obras de diferentes partes do mundo, desde os livros publicados e/ou escritos no Brasil passando pelos EUA e até em Genebra, o que representa uma amplitude maior do que a regional. Além disso, as narrativas foram publicadas em diferentes épocas, começando com Borges, no início do século XX, até as mais recentes escritas, demonstrando que muitas dessas marcas ultrapassam o tempo e o espaço. Estando dispostas em diferentes contextos e temporalidades, acredito que essas marcas de identificação têm considerável força para as pessoas cegas e com baixa visão.

Por outro lado, a importância de pensar no consumo e na ressonância que tais materiais possam ter, é fruto da necessidade de que circulem intensamente e que atinjam um maior número possível de sujeitos, ampliando seu alcance enquanto produto, no qual também podemos encontrar marcas de identificação das pessoas com deficiência visual.

Importa salientar que a maioria dessas produções foi lançada de forma inédita ou reeditada a partir de 2001. Isso possibilita que argumentemos sobre a atualidade da temática, sobre a emergência de produções culturais de pessoas com deficiência visual, e principalmente, que se existe essa circulação, é porque há consumidores com potencial mercadológico para adquiri-las. Diante disso, refleti sobre o papel que teria o mercado e a cultura na construção das marcas de identidade das pessoas com deficiência visual. No terceiro capítulo, aprofundarei as questões relativas à emergência da acessibilidade e dos grupos minoritários como um mercado consumidor em potencial.

Quando li a obra de George Yúdice: *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global* (2006) verifiquei que o autor toma a cultura como recurso para a reivindicação da diferença. Conforme os caminhos que escolhi, essa obra tornou-se uma das bases para a tese, já que seu entendimento de cultura me forneceu diversas

possibilidades de pensar os modos como a cultura pode ser usada atualmente, além de investigar como os grupos minoritários exercem – ou não – um papel importante nesse processo.

No entanto, não me limitei a fazer uma adaptação do autor aos meus interesses de pesquisa, nem a usá-lo sem reflexão e detidas leituras. Li a obra inteira e os capítulos que me seriam úteis, quase uma dezena de vezes. Anotava as ideias do texto e as que dele brotavam; em meio a isso, fiz outras tantas leituras, tais como, Canclini (2007) e (2008), Llosa (2012) Lipovetsky (2011) e Hall (1997);

Enquanto isso, também verificava o quanto isso se aplicava ao contexto brasileiro e aos materiais que eu encontrava para a pesquisa. Exemplo disso é que ao falar em cultura como um recurso conveniente à reivindicação da diferença, penso que pode se tratar mais de uma reivindicação de identificação através do direito à diferença, algo que debaterei mais detidamente no terceiro capítulo.

Busquei ir adiante, ou pelo menos passar ao lado daquilo que Yúdice investigou. Posso dizer que não montei um referencial para a pesquisa e depois fui coletar materiais que o confirmassem, nem recortei um *corpus* de análise para se encaixar à parte teórica, mas fiz tudo isso ao mesmo tempo. E embora muitas ideias tenham sido deixadas de lado, outras tantas se mostraram efetivas.

Mesmo porque, como muitos pensadores já usaram Foucault para dizer, teoria e prática são indissociáveis. Logo, voltando à metáfora do manto de Penélope, pesquisar é como bordar na mesma peça teoria e prática, o que fazemos com esmero e cautela, para que tão rápido como foi produzido, seja desfeito. Quem sabe por isso mesmo o trabalho de pesquisar seja sempre um infinito inacabado.

É também por isso que a autoria assume um papel fundamental na minha escrita acadêmica, pois estou de alguma forma reescrevendo minha própria história. Como minha investigação se volta para as narrativas e para as escritas de si e as marcas de identificação desses dois focos de análise, ousou fazer dessa escrita que faz brotar também um pouco de arte, afinal:

Penso que nossos leitores e nossa produção acadêmica precisam respirar novos ares, ares artistas, ares de acontecimento, de modo que aquilo que lemos, aquilo que escrevemos e que de alguma forma tenha a característica de advento [...] sincera, honesta e seriamente disponíveis ao que jorra, espontâneo, de inúmeras experiências – intelectuais, artísticas, existenciais, cotidianas – como ideia, como

valor, como negação do clichê, como singularidade, como explosão de vida, arte e pensamento (FISCHER, 2007, p. 139).

Outro aspecto de fundamental importância é a construção do problema de pesquisa. Nós, acadêmicos, temos o privilégio de ficarmos felizes sempre que um problema “aparece”. Mas me apoiei no cotidiano para formular a questão motriz de minhas pesquisas. Quando aparece uma situação na qual tenho que entender onde está o problema, não me assusto e nem me açofo na tentativa de encontrar uma resolução.

Quando encontro um obstáculo que não identifico no trajeto de uma caminhada, ando mais lentamente, tentando situar-me, usando meus outros quatro sentidos - e o pouco de visão que ainda me resta - para identificar o ambiente e suas nuances. Mais alguns passos e já tenho relativa noção do que se trata, e assim, vou avançando e formulando hipóteses sobre como contornar aquela dificuldade. Por fim, se encontrei uma alternativa adequada, sigo em frente, caso contrário, paro, reflito, olho em volta e de algum jeito construo uma possibilidade de ultrapassar o que atravança meu caminho.

Faço essa analogia para mostrar como encaro a construção do problema de pesquisa, que é para mim uma composição artesanal, desde a tentativa de encontrar a escrita que seja mais condizente com aquilo que pretendo investigar, até o sentido que possa fazer nos rumos da trajetória da pesquisa. Nisso concordo com Veiga-Neto (2007, p. 30), quando afirma que “*são os olhares que colocamos sobre as coisas que criam os problemas do mundo*”. No que me diz respeito, antes de formular uma pergunta, faço questão de ter alguma noção sobre aquilo que estou indagando, conhecer minimamente o tema e as perspectivas de inserção no mesmo. Somente depois disso, começo a pensar qual será o problema de pesquisa.

Especificamente para minha tese, diante de todo o processo que já expus anteriormente, primeiro realizei leituras e a coleta de dados para a delimitação do *corpus* analítico. Em seguida, estabeleci as diretrizes teórico-metodológicas, e somente depois é que passei a construir o problema de pesquisa.

Na qualificação de minha tese outras possibilidades surgiram, diversos questionamentos apareceram, e tive que tentar tatear outras saídas. Desafios de construir e desconstruir o problema de pesquisa o torna mais vigoroso e sólido, ainda que determine uma pequena modificação de trajetória, que se não é grande, requer

pequenos deslocamentos que certamente conferiram mais desenvoltura nesse caminho.

É evidente que não tenho uma resposta estabelecida antes mesmo da pergunta, se fosse assim, estaria enganando mais a mim mesmo do que ao leitor. Busco verificar de que modo as narrativas escritas por pessoas com deficiência visual se constituem como marcas de identificação das pessoas com deficiência visual.

É muito complexo, e ao mesmo tempo imprescindível, o ato de fazer uma pergunta que abarque tudo que é considerado fundamental à pesquisa, sem restringir as possíveis respostas, ou pior ainda, fazer uma interrogação que já contenha dentro de si mesma uma resolução simplista ou que direcione a algum caminho específico. Primeiro, porque não estou à procura de uma solução absoluta para o problema, mas de uma resposta que sei tratar-se de algo que está longe de ser uma verdade definitiva. E, segundo, que não há razão de empreender-se uma pesquisa sem dúvidas, responder a um questionamento sem que outros tantos apareçam ou nos escapem.

Por conta das sugestões da banca examinadora de meu projeto, refleti sobre a possibilidade de inserir alguns debates sobre as questões de identidade e diferença. Já tinha pensado em fazê-lo na continuidade da pesquisa, porém, não com a abrangência sugerida, o que se mostrou tão interessante que me permitiu PE SAR de outros modos e proceder alguns caminhos novos.

Antes usava o termo “marcas culturais”, e passei a usar “marcas de identificação”, já que o primeiro traz consigo a ideia de que haja uma “cultura” das pessoas com deficiência visual a ser marcada, o que talvez ainda não seja o caso. O que entendo que exista são “marcas de identificação”, ou seja, práticas discursivas ou não, materiais ou não, mas com as quais as pessoas cegas e com baixa visão identifiquem-se mesmo que momentânea e não definitivamente.

Quero dizer com isso que essas marcas não duram para sempre ou que existam em todos os lugares. Mas há pontos comuns dos modos de vida e das necessidades sentidas que nós compartilhamos e através das quais nos identificamos uns com os outros. Por conta desses traços de identificação formamos certas teias que nos ligam, e que possibilitam que esse grupo reivindique seu direito a ser diferente, ou ao menos de reivindicar sua identidade através dos direitos à diferença.

Essa reivindicação por identidades vem sendo pensada como um potente instrumento de lutas por direitos. Acredito que os movimentos das pessoas com

deficiência visual precisam ser mais articulados, para que haja uma consolidação de traços grupais que nos caracterize. Para isso, os processos de identificação são importantes, de modo a encontrarmos pontos de luta em comum. Contudo, não acredito que construir “a” identidade de cegos e baixa visão seja a solução definitiva para o fortalecimento de nossa diferença.

Portanto, creio que quando usei o termo “marcas culturais”, tive um pequeno problema de nitidez ao enxergar minha tese, pois via o objeto que queria, mas não o descrevi bem talvez por ainda não ter me aproximado dele o suficiente para o ver como acho que é. Depois de dar mais alguns passos, a opacidade deu lugar as cores e as formas que eu imaginava, embora algumas coisas não fossem do jeito que eu pensava.

Logo, ao tatear um pouco mais, dei-me conta de que eram de fato as “marcas de identificação” que eu desejava pesquisar, e que acredito serem cada vez mais evidentes, ainda mais nos produtos culturais feitos por pessoas desse grupo, como as narrativas de si, que são o objeto de minha tese.

Por essa razão, empreendo no segundo capítulo algumas análises sobre as questões relativas à identidade e diferença e seus encaixes e desencaixes dentro desses processos de constituição de traços de determinados grupos sociais, nesse caso das pessoas com deficiência visual. A relação entre ambas é complexa e por mais que se discutam suas nuances será difícil chegar a um ponto final ou a um consenso sobre suas implicações. Mesmo assim, procuro realizar algumas incursões nesses campos pantanosos e não menos instigantes e importantes para a pesquisa.

Diante dessas correções de rota e de percepções mais nítidas sobre as cores, formas e texturas de minhas investigações pude ter novas visões sobre a tese. É nesse sentido que construí o seguinte problema de pesquisa: *Como a reivindicação da identidade através da cultura proporciona a construção de marcas de identificação das pessoas com deficiência visual?*

Na análise do material empírico, é possível perceber que a acessibilidade e o uso da cultura constituem um potente mercado consumidor, composto por grupos considerados minoritários. Diante disso, um dos objetivos da tese é analisar como a emergência dos recursos de acessibilidade proporcionam processos de identificação pelas pessoas cegas e com baixa visão, tais como a audiodescrição, por exemplo.

Faço essas observações, para esclarecer os materiais que tomarei como base para as análises, sobre os quais me debruçarei mais detidamente para demonstrar a

recorrência de determinadas marcas de identificação das pessoas com deficiência visual. Então, a seguir apresento algumas informações sobre o *corpus* analítico de minha tese, que são os livros.

- ✓ Jorge Luis Borges – O elogio da sombra: O renomado autor argentino radicado na Suíça, tinha baixa visão desde a infância, e essa condição foi fundamental para seu estilo de escrita e suas criações. Nessa obra, escreve seus poemas baseado naquilo que sua deficiência visual lhe permite ver do mundo. Suas poesias são repletas de imagens de seu passado, de relação entre cores e escuridão, entre luz e trevas. Ao mesmo tempo em que evoca o passado, de um tempo em que enxergava, exalta o fato de ter novos e diferentes olhares sobre as coisas diante de sua nova condição.
- ✓ Jorge Luis Borges – Siete noches – Uma reunião de sete conferências proferidas por Borges em 1977, na cidade de Buenos Aires. Dentre os sete capítulos (um para cada dia de conferência), o autor escreveu – e falou - *La ceguera*. Nesse capítulo, Borges relata sua experiência enquanto alguém que foi cegando ao longo da vida, comentando sua relação com as cores e com a “escuridão”. Afirma que, ao contrário do que se poderia pensar, a cegueira lhe trouxe muitas vantagens na vida, e que o tornou um escritor melhor depois dela, chegando a dizer que a cegueira é um “dom”. Nessa narrativa, Borges apresenta seu processo de criação e de acesso à literatura, além de comentar sobre o papel que a cegueira teve durante toda sua vida, inspirando-o a escrever *Elogio da Sombra*, uma de suas obras poéticas mais conhecidas.
- ✓ Evgen Bavcar – Memórias do Brasil - A obra é uma reunião de textos e imagens do fotógrafo Evgen Bavcar, produzidos quando esteve no Brasil em, 2001 e 2003. Bavcar é esloveno, e cego desde os 10 anos, época em que afirma ter decidido ser fotógrafo. Todas as imagens do livro são em preto e branco ressaltando o contraste entre luz e escuridão. Além de suas percepções estéticas, o autor relata de modo peculiar sua infância na Eslovênia e como passou a ver o mundo depois de não mais enxergar. Em suas memórias sobre sua história de vida e sua estadia no país, ele analisa a questão da arte para pessoas com deficiência visual, além de reivindicar para esses sujeitos o direito

de perceberem o mundo de outros modos, ressaltando a existência de traços característicos desse grupo, como notou em suas viagens e conferências realizadas em Londrina, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre.

- ✓ Luis Gustavo Lamac Assunção e Terezinha Sette – Um outro olhar: uma história real de superação no trabalho e na vida - O executivo Luis Gustavo Assunção ficou cego após levar um tiro na cabeça em consequência de um assalto. Desde então sua vida não foi mais a mesma, tendo de lidar com o trauma da violência sofrida e com sua nova condição sensorial. Essa obra é o relato do autor sobre seu processo de reabilitação física e emocional. Também escreve parte do livro, a psicóloga Terezinha Sette, responsável pela recuperação de Luis Gustavo. Relata as dificuldades de aceitação de si mesmo e das questões envolvendo sua autonomia por conta da deficiência visual. Por fim, a importância do apoio psicológico para ultrapassar os problemas emocionais advindos dos acontecimentos. Em uma espécie de narrativa de autoajuda, ele conta como superou todos os problemas para retomar sua carreira e sua vida bem-sucedida “apesar” da cegueira.

- ✓ Marco Antônio de Queiroz – Sopro no corpo: vive-se de sonhos – Nesse livro, o autor conta suas histórias de vida desde sua adolescência e início da idade adulta quando fica cego por conta da diabetes. Em seguida, comenta sobre diversas experiências após a cegueira, como suas constantes internações hospitalares, a tentativa constante de encontrar seu lugar no mundo e como encontrou em seu trabalho com acessibilidade uma forma de fazer a sua parte para um mundo mais acessível. Relata também, diversas histórias vividas, desde as que reivindica autonomia, até aquelas em que apresenta a deficiência visual com um olhar bem humorado e até irônico quanto aos preconceitos que enfrentou.

- ✓ Michael Hingson – Adorável heroína – Cego desde a infância no interior dos EUA, conta sua saga para sair do *World Trade Center* após o ataque terrorista de 11 de setembro, tendo como companheira sua cão-guia *Square*. Além dessa história interessante sobre um fato tão conhecido, Hingson conta muitos acontecimentos de sua vida desde a infância até sua vida de executivo de

sucesso. Seus relatos também valorizam a relação que tem com seus cães-guia e o valor que confere à sua autonomia.

- ✓ Sara Bentes – Fotografias poéticas de um olhar viajante – cega desde a adolescência, a cantora e atriz fluminense escreve um livro de poemas, inspirado em uma viagem feita por ela e outros colegas para a Cordilheira dos Andes, tendo como objetivo a filmagem de um programa especial para a televisão aberta brasileira. Além das reflexões feitas durante essa viagem, também escreve poesias inspiradas em suas experiências de vida, seja da infância ou já adulta, tendo como pano de fundo a questão da deficiência visual.
- ✓ Sara Bentes – Quando botei a boca no mundo – é uma reunião de crônicas e poemas publicados por Sara em seu blog homônimo. Os textos abordam temáticas muito diversificadas, desde as reflexões da autora na infância quando estava perdendo a visão, até suas histórias profissionais como cantora, atriz e escritora. O que une os textos é que a questão da deficiência aparece sempre diretamente envolvida em suas narrativas.
- ✓ Thays Martinez – Minha vida com Boris: a comovente história do cão que mudou a vida de sua dona e do Brasil. Na obra, a autora conta sua história de vida e suas experiências enquanto pessoa com deficiência visual, sendo que foi a primeira pessoa a ter um cão-guia no Brasil. Além disso, relembra sua trajetória escolar, suas relações interpessoais e seu sucesso profissional. Reflete sobre suas dificuldades para adquirir e se adaptar a Boris, um labrador que acabou fazendo história no país. Isso porque, no primeiro dia de trabalho, Thays foi impedida de entrar com Boris, seu cão-guia, no metrô de São Paulo. O fato gerou uma série de reportagens e comoção nacional, levando a criação de leis que regulamentassem a possibilidade de presença desses cães-guia em todos os espaços públicos ou privados. Portanto, não é uma obra apenas autobiográfica, nem apenas um relato sobre acessibilidade, é, principalmente o entrelaçamento dessas temáticas em seu cotidiano.
- ✓ Mariana Baierle – Três gotinhas. O Blog Três gotinhas é escrito por Mariana Baierle, cujos textos englobam uma grande variedade de assuntos. Além de divulgação de eventos, produtos e outras situações relacionadas à

acessibilidade e inclusão. Contudo, na maioria das postagens escreve sobre suas experiências de vida enquanto pessoa com baixa visão. Muitos desses textos são crônicas e poesias relacionados, de alguma forma, com a temática da deficiência visual e das formas de vida desse grupo. Assim, é um espaço importante e onde Mariana ressaltava, na maioria das vezes, os aspectos culturais desse grupo, bem como o cotidiano de sua vida.

Existe uma variedade grande de textos que permitem uma análise interessante de como essas marcas de identificação podem ser encontradas nos diferentes tipos de produções culturais nas quais as pessoas com deficiência visual narram suas histórias de vida, ou escrevem sobre a experiência da cegueira ou baixa visão em prosa ou verso. Além disso, a circulação desses materiais pode ser considerada como fator preponderante para sua escolha, já que a circulação e o consumo são peças-chave quando se trata de marcar identidades. Sei que outras tantas obras poderiam ser elencadas, mas sei das limitações temporais e de outras ordens que inviabilizariam uma investigação mais detida de um número maior de produções.

Além disso, conforme debatarei mais adiante, essas narrativas fazem parte de recorrências temáticas e de gêneros textuais. Mais ainda, estão em diferentes contextos espaciais e temporais. Ou seja, os escritores viveram em épocas diferentes, e ainda assim se pode perceber muitas histórias e percepções em comum.

Por outro lado, muitas das histórias relatadas ocorreram em países e regiões diversas, algumas na Europa, outras nos Estados Unidos e a maioria no Brasil, sendo que é interessante notar que muitas identificações e experiências narradas são semelhantes, por mais que mudem os contextos. Por mais que os lastros de espaço e tempo sejam amplos, há pontos de identificação em comum que dão certa unidade a muitas dessas narrativas.

Logo, optar por essas obras e suas diversidades é também a demonstração da existência dessas recorrências que pude perceber nas demais obras que consultei e que acabei deixando de fora do *corpus* analítico por uma ou outra razão.

Nesses materiais que coletei – seja os que utilizei na pesquisa ou os que descartei – encontrei muitas evidências sobre as marcas identitárias mais recorrentes, as quais discutirei de maneira detalhada no quarto capítulo. Dentre tantas, chamaram-me a atenção as que afirmam a deficiência visual como um dom, ou ao menos como

uma possibilidade de liberdade de certas amarras, de ser uma forma diferente de ver o mundo.

Nesse sentido, é latente a questão das experiências escolares por esses sujeitos. As histórias contadas em diferentes períodos de tempo e espaço demonstram que a forma de lidar com pessoas cegas e com baixa visão nas escolas apresentam muitas semelhanças. Mais parecidos ainda são os sentimentos dessas pessoas perante os modos como foram tratadas em seus períodos de ensino escolar.

Percebe-se que a educação escolar é um ponto crucial nas vidas dos narradores, conforme poderemos ver no quarto capítulo, muitos deles ainda apresentam como marca a sensação de exclusão nos ambientes escolares. Essas são também marcas perceptíveis nos dias atuais, afinal, alguém com deficiência sempre tem “uma história para contar” sobre sua escolarização.

Uma das marcas que se sobressaem nos materiais que analisarei, no quarto capítulo, é a reivindicação de autonomia, que não é somente uma marca dos grupos de cegos e sujeitos com baixa visão. O que caracteriza as formas como essa autonomia e essas lutas se constroem é que lhe conferem uma marca específica. O mesmo acontece quando se trata das lutas pelos direitos de cidadania e de acesso cultural ou de outras ordens.

Há também, a metáfora da cegueira como visão elevada e autoconhecimento, ou seja, quando a pessoa cega ou com baixa visão vê muito mais além do que aqueles que enxergam, por ultrapassarem a visualidade das coisas e de si mesmos. Assim, poderia citar outras tantas possibilidades, mas convido o leitor a tatear comigo algumas outras paisagens antes dessa, a me acompanhar pelas trilhas que me levaram a esses resultados – ainda que parciais.

Cabe salientar que ainda faltava um aspecto na construção da pesquisa o qual estava em suspenso até agora. Não porque eu entenda que uma tese seja um folhetim de suspense - muito pelo contrário -, mas porque não elaborei a investigação de maneira linear. Sabemos que é preciso sistematizar e apresentar os argumentos de modo coerente e bem organizados, mas como se trata dos passos metodológicos da pesquisa, devo dizer que não foi assim que aconteceu. Diante das diversas leituras que já fiz, percebo que dificilmente as investigações são empreendidas a partir de um plano fixo que não sofre alterações.

Ao selecionar os materiais através dos critérios já explicados anteriormente, passei a notar duas importantes evidências. A primeira é que os produtos culturais

acessíveis e os recursos utilizados tornaram-se marcas de identificação do grupo aqui analisado, seja por representarem acesso à cultura, seja por meio das narrativas de sujeitos com deficiência visual, que são tidos como pessoas cegas ou com baixa visão que obtiveram sucesso em suas vidas. Isso me levou a refletir sobre o que poderia estar atuando para que as coisas se processassem desse modo e não de outros. Afinal, se o material me mostrava esse caminho, precisava tatear nessa direção e verificar as diversas possibilidades.

Outra questão surgiu a partir desse ponto: por que todos os materiais coletados foram criados, editados ou reeditados após o ano de 2001? Uma resposta possível, é que as políticas de constituição de direitos culturais aos grupos considerados minoritários, aliada a diversas políticas públicas voltadas à acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência na escola e no mercado de trabalho, atuaram como condições que possibilitaram a emergência dessas produções. Acreditei que essas eram pistas que mereciam ser seguidas, porém, a partir delas outra questão apareceu: Por que as políticas públicas passaram a atuar nas áreas da cultura e da inclusão para pessoas com deficiência?

Nesse período, estava imerso nas leituras de Yúdice (2006), sobre o uso conveniente da cultura como um recurso para a reivindicação da diferença. Assim, acredito que a emergência das produções e das marcas de identificação, das políticas de inclusão e acessibilidade e o fomento à reivindicação do direito a diferença possa conectar-se com a questão neoliberal de constituir novos mercados, de se apropriar da diferença para (re)configurá-la e quiçá até controlá-la.

Ao mesmo tempo, esses novos mercados são formados a partir do momento em que os grupos minoritários passam a reivindicar suas identidades através do consumo de produtos com os quais se identificam. Portanto, entendi que deveria fazer um capítulo tratando especificamente sobre essas condições de possibilidade para a emergência de meu objeto de pesquisa, ou seja, as marcas culturais de pessoas com deficiência visual como constituidoras de identificação.

Por outro lado, ao falar em cultura como recurso, marcas culturais e direitos culturais, pareceu-me necessário também fazer um breve histórico sobre a noção de cultura, e como foi se transformando ao longo dos anos, bem como quais significados têm atualmente em nossa sociedade. Ao refletir historicamente sobre o uso do termo, podemos também compreender os modos de suas configurações contemporâneas e os modos como atingiu um patamar de centralidade na sociedade ocidental. No que

tange aos direitos culturais, esses se apresentam como uma esfera muito importante para a reivindicação de direito à acessibilidade e à produção cultural de/sobre pessoas com deficiência visual e outros tantos grupos minoritários. E, dessa forma, passei a realizar leituras e reflexões para escrever o que, atualmente, está como o segundo capítulo desse projeto de tese.

Há algum tempo atrás, tive contato com um campo de conhecimento chamado *Disability Studies*⁵. Esses estudos trazem novos horizontes para a pesquisa sobre pessoas com deficiência e suas relações sociais. Sua principal linha de investigação está voltada para a diluição das barreiras atitudinais e para a reivindicação de direitos aos sujeitos com deficiência. Nessa esteira de pensamento, a deficiência não é pensada a partir do ponto de vista biológico ou de anormalidade. Passa-se a pensar no compartilhamento com as perspectivas sociais desses sujeitos, e como pode acontecer sua inserção sociocultural por meio da cultura e dos processos de representação.

Desde os anos 1980, existem articulações de pesquisadores norte-americanos e britânicos no sentido de aliar pesquisas das ciências sociais e das artes, com a temática da deficiência e das vidas das pessoas que vivem nessa condição. Em um primeiro momento usavam-se concepções baseadas nos estudos sobre o feminismo e os estudos sobre raça e etnia, o que aos poucos vem se modificando a partir de novas formas de abordagem e da expansão do *Disability Studies*.

Assim, objetivando congregar os pesquisadores de diversos locais e correntes teóricas em um mesmo centro de estudos, para conferir mais organização a esse movimento, foi criado, em 1994, o *Center of Disability Studies*, na *University of Leeds*, na Inglaterra⁶. Pude notar que há um grande número de trabalhos publicados que investigam questões sobre produções culturais, arte e pessoas com deficiência, o que pode significar que os processos que pretendo analisar talvez não sejam específicos da sociedade brasileira.

Em minha dissertação de Mestrado, já havia mencionado minha intenção de um maior aprofundamento nos estudos sobre algumas pesquisas do *Disability*

⁵ Utilizo o termo em Inglês, pois ainda não há consenso sobre qual a melhor tradução pode ser empregada para melhor definir seu significado.

⁶ Informações consultadas através do site <<http://www.leeds.ac.uk/disability-studies/what.htm>>, acessado em 04/07/2012. Há também, de acordo com o site <<http://dsq-sds.org/index.php/dsq/>>, acessado em 04/07/2012, uma revista da Universidade de Ohio, chamada *Disability Studies Quarterly*, na qual existe uma série de artigos sobre esse campo.

Studies, que pudessem ser úteis à minha pesquisa. Contudo, do momento em que conheci esses materiais, até o final de minha dissertação, não houve tempo suficiente para atingir esse objetivo. Mesmo assim, mantive essa ideia para a pesquisa da tese, ainda que tivesse o idioma como impeditivo, já que a maioria dos textos é publicada em inglês, língua que não dominava. Após começar a ter aulas para aprender Inglês, já compreendo mais facilmente os textos, e com isso inserir esses estudos em minha tese, o que certamente enriquece mais ainda minha pesquisa.

Entendo que se pensarmos em investigações na perspectiva dos Estudos Culturais que tematizam as questões sobre deficiência, podemos encontrar inúmeras possibilidades de intersecção com os *Disability Studies*. Para tanto, já realizei a tradução de alguns textos que me ajudaram bastante a pensar sobre diversas situações referentes à cultura, às relações sociais e as produções culturais de pessoas com deficiência visual.

Como já afirmado, meu processo de construção da pesquisa não foi nem um pouco linear. Não sei se isso é bom, ruim ou o que há no meio disso, mas tento ir em busca das questões que se apresentam como importantes para uma melhor problematização do tema escolhido. Talvez esse processo de criação não fique evidente para o leitor estando a tese estruturada do modo como se encontra. Mesmo assim, não a perco de vista, até porque poderia parecer temerário, já que na escrita é necessário ter uma estrutura que ajude o leitor a participar e compartilhar do que está lendo.

Então, depois desse processo de construções, desconstruções e reconfigurações da tese, estabeleci uma ordem para os capítulos de modo que fossem dispostos de uma maneira mais linear e que possibilitassem uma fluência mais interessante para a leitura e para a organização da pesquisa.

No entanto, preciso dizer que as coisas não são tão simples como o destaque que fiz de cada capítulo, pois existe uma série de entrelaçamentos, dúvidas e problematizações que não apresentei ainda, seja para não fadigar o leitor e provocar os debates nos momentos que entendo serem os mais pertinentes. Assumo o compromisso de não ser somente polifônico mas, principalmente, de oferecer uma análise com autoria, comprometida eticamente com os parâmetros científicos, sem perder de vista que o pesquisador é também um artesão, que faz do material que manuseia uma obra de arte (FISCHER, 2007b, p. 59)

Neste capítulo, procurei desnudar algumas das minhas dúvidas, angústias e questionamentos quanto à construção de minha tese, tendo a clareza de que muitas questões permaneceram em suspenso e outras tantas ainda não apareceram. Objetivei, também, apresentar minha trajetória de vida, desde o momento em que me vi de frente com a deficiência visual, ao desejo afetuoso que nutro pelo ato de pesquisar, tentando transparecer esse afeto em palavras e em investigações sérias e comprometidas, como todas devem ser.

Como nem tudo são flores, fiz questão de apresentar as dificuldades do caminho e como fiz dos obstáculos, degraus para minha transformação e reconfiguração incessante como sujeito e pesquisador, embora muitas vezes ambos se confundam. Por fim, contei desde o princípio os motivos que me trouxeram até aqui, e por que tomei esses rumos e não outros. Tentei mostrar como fui estruturando a pesquisa e a construindo, desde a fundamentação teórica até as unidades analíticas. Espero que a exposição nutra no leitor o desejo de continuar me acompanhando nessa longa e satisfatória jornada.

Prosseguindo a caminhada, no próximo capítulo farei um breve histórico do conceito de cultura, e como este termo vem sendo significado contemporaneamente após ter adquirido uma centralidade que jamais tivera. E, a partir das configurações sociais que levam a cabo o projeto neoliberal, como a cultura passa a ser também um recurso para controle e ao mesmo tempo um recurso conveniente ao consumo e à reivindicação da diferença, por parte dos grupos considerados minoritários.

Além disso, investigo como os direitos culturais têm permitido aos sujeitos com deficiência reivindicarem seu direito ao acesso e a fazerem parte dos cenários de produção artístico-cultural. Assim, a cultura pode também ser vista como um fomento ao consumo e à identificação e marcação cultural de cegos e sujeitos com baixa visão.

Por fim, e não menos importante, debatarei sobre os processos de identidade e de identificação, através dos quais os grupos minoritários e especificamente o que estudo nessa tese, promovem a construção de diretrizes e traços desses grupos. Por meio da identificação, as marcas em comum são construídas, desconstruídas e reconstruídas de acordo com as circunstâncias.

Para isso, também é preciso refletir sobre a diferença, suas implicações e fluidez, de modo a relacionar identidades e diferenças como processos muito importantes para a construção e desconstrução das marcas de identificação nas narrativas autobiográficas. Para tanto, convido o leitor a seguir adiante,

experimentando ser guiado por alguém que não enxerga bem e que vê as coisas de um jeito diferente.

2. BENGALAS QUE ME GUIAM: CULTURA COMO RECURSO, IDENTIDADES E NARRATIVAS

Quando menciono a bengala, não estou falando daquela que é mais comum ao imaginário da maioria das pessoas e que servem de apoio para pessoas idosas ou com mobilidade reduzida. Ainda que talvez essa ideia de chamar os conceitos-chave da tese de “bengalas de apoio” não seja tão ruim ou mesmo equivocada. Mas, a bengala a que me refiro é outra...

Para diferenciar as bengalas mencionadas antes e aquelas usadas pelos cegos, chamamos a utilizadas por esses de “bengala branca”. Tal denominação advém da tradição de que pessoas com deficiência visual sempre usam as bengalas na cor predominantemente brancas, embora atualmente existam de muitas cores, tamanhos e formatos.

Muitos acadêmicos quando tratam daqueles conceitos que consideram como a base para seus estudos os chamam de “ferramentas conceituais”, no sentido de os utilizarem como meio de construção de suas pesquisas. No meu caso, tentarei inovar – ao menos, eu acho - e não utilizarei essa metáfora; prefiro outra, e por isso os denomino aqui de “bengalas brancas conceituais”. Acredito que essa nomenclatura se adapta mais a mim e ao caráter da pesquisa que empreendo.

As bengalas brancas são usadas pelas pessoas com deficiência visual como uma espécie de guia que auxilia em sua orientação espacial, mobilidade por diferentes lugares e também por segurança. Seu objetivo é servir para sentir e perceber o que há a nossa frente. Por isso mesmo, a bengala sempre nos guia para adiante, nunca para trás, e isso é uma representação importante nas pesquisas e na vida, seguir em frente mesmo com os obstáculos que possam aparecer.

Outra questão que me faz refletir sobre essa nova forma de falar no modo como uso os conceitos, é que embora a bengala branca sirva como uma espécie de bússola, nós é quem a direcionamos. Ou seja, quem define qual será o trajeto que ela percorrerá, os eventuais desvios e mudanças de rumo serão dados por aqueles que a conduzem. O mesmo pode ser dito do uso que fazemos dos conceitos, já que utilizamos de acordo com as necessidades de nossas pesquisas, ainda que com os devidos cuidados que as trilhas investigativas nos impõem.

Além do uso metafórico da bengala ao invés de ferramentas conceituais, essa associação que faço tem também outra intenção. A bengala branca é uma das marcas mais conhecidas dos cegos. Por um lado, quando as pessoas veem alguém com uma bengala branca circulando por algum lugar, logo associam que essa pessoa seja cega, ou que tenha baixa visão. Assim, além de uma marca, é um símbolo que nos caracteriza enquanto grupo.

Para nós com deficiência visual, o tilintar da bengala é algo bem significativo e singular. O som emitido pelo contato da bengala branca com o solo é diferente de todos os demais, e quando percebemos um barulho como o dela, logo sabemos que há “outro de nós por perto”. É, de fato, um ícone do grupo das pessoas com deficiência visual.

2.1 CULTURA, A BENGALA QUE NOS GUIA

A partir do momento em que os seres humanos passaram a viver em sociedade, cada grupo de indivíduos passou a estabelecer seu código de conduta grupal, cada qual com diferentes modos de vida, de acordo com o contexto em que estavam inseridos. Inicialmente, essas convenções tinham como objetivo a preservação da integridade física e a busca por alimentação e abrigo.

Com o passar do tempo, as relações dentro das comunidades tornaram-se mais complexas e ocorreu uma ampliação das regras sociais. Ao mesmo tempo, era preciso repassar aos sucessores todo o conhecimento e as tradições construídas pelo grupo. Assim, foram surgindo diferentes modos de vida de acordo com as diversas comunidades existentes, e até mesmo dentro de um mesmo grupo de sujeitos. Muito tempo depois, deu-se a isso o nome de cultura.

No entanto, é preciso alertar que, conforme grande parte das palavras e dos conceitos que têm uma longitude histórica ampla, a cultura foi entendida por uma pluralidade imensa de sentidos que lhe foram atribuídos à medida que variava o tempo e o espaço, e atualmente isso pode ser percebido. Sendo assim, a cultura é um conceito errante, e por isso mesmo quando se fala dela é necessário apresentar a perspectiva pela qual a compreendemos e de que delimitação temporal estamos falando.

Desde minhas pesquisas de mestrado posiciono-me como investigador que percebe o mundo através das lentes dos Estudos Culturais em Educação (EC). Falei em lentes propositadamente, já que tendo baixa visão, elas me ajudam a ver o mundo

de modo diferente daquele que comumente poderia ter visto, podendo enxergar suas nuances de belezas e imperfeições. Não digo que os EC sejam a única e a melhor forma de pensar sobre a cultura, mas sim, que foi aquela que escolhi, com todas as suas amargas ou doces implicações.

Para situar o leitor e deixá-lo muito confortável para concordar ou discordar das lentes que uso, preciso situar de onde e por que falo, ou nesse caso, escrevo. Sempre necessitei de guias que me conduzissem pelo caminho, e agora os convido a fazer um exercício inverso, de guiá-los por entre as veredas dessa tese, e mais especificamente, começando por breves movimentos arqueológicos – não no sentido foucaultiano, e ainda que polifônica – do que hoje chamamos de cultura. Convido-os então, a “bengalar” por esses caminhos culturais.

Não tornarei enfadonha a tarefa do leitor nesse mergulho histórico sobre os sentidos atribuídos à cultura. Mas, é preciso registrar brevemente, sob pena da descontextualização, que a ideia de cultura – não exatamente nos moldes que a conhecemos na contemporaneidade – fez parte do período helenístico e de parte da sociedade romana como um valor atribuído ao que de mais belo uma sociedade poderia produzir em termos artísticos. Portanto, é provável que muitos discursos determinem uma cultura como sendo melhor ou pior do que outra por meio de juízos de valores conferidos a certos produtos culturais.

Durante os séculos seguintes, a cultura mudou de forma e até de conteúdo de acordo com a intensidade com que a doutrina católica tomava conta do ocidente conhecido até então. Eis aqui uma ressalva a ser feita antes de continuarmos nossos pingos de história; pois é preciso dizer que o que chamamos de cultura na contemporaneidade, e o que aqui pretendo analisar está de acordo com a visão ocidental do termo. Afinal, tudo se tornaria ainda mais complexo do que já é se fossemos debater as concepções orientais de cultura.

Sendo assim, nas sociedades ocidentais, já no começo Idade Moderna, por volta dos séculos XV e XVI, com o declínio do domínio eclesiástico católico sobre a Europa e o surgimento do que viriam a ser os Estados-Nação, a cultura foi tomada como um importante instrumento de unificação dos estados, para a formação de identidade das nações e para que cada nação pudesse demonstrar sua superioridade sobre as demais.

Embora sobre outro prisma, cultura e identidade começaram a ser entrelaçadas ainda nesse período, no qual foi necessário a consolidação dos Estados-Nação e das

identidades dos indivíduos, constituídas de modo indissociável das nações a que pertenciam. Ou seja, de certa forma pode-se até dizer com todas as ressalvas históricas e contextuais que, Estado, cultura e identidade passaram a se relacionar de maneira mais consistente no decorrer do século XV. Portanto, seus usos variaram muito no decorrer dos séculos, ainda que esta seja uma das sementes que germinou e gerou a ideia de cultura como recurso de reivindicação da identidade através da diferença e de controle social dos grupos considerados socialmente minoritários

No período iluminista se forjaram as diretrizes do que chamamos de Modernidade, momento em que as ciências passaram a determinar os parâmetros sociais. A centralidade do pensamento humano passou a ser ele próprio, ou seja, passou a “ter domínio” sobre suas ações.

Ao se valorizar o indivíduo como ser pensante, e o Estado como mediador das relações sociais, a cultura teve fundamental importância para construir esses processos e ao mesmo tempo atribuir à cultura o papel de hierarquizar sociedades de acordo com os valores e a materialidade cultural constituída em cada nação.

Imersa neste contexto, a cultura passou a ter um papel fundamental de estabelecer relações valorativas entre estados e grupos sociais. Atrever-me-ia a dizer que existia no uso que se fazia da palavra cultura uma clara tentativa de hierarquização do que seriam sociedades superiores ou inferiores, tendo na cultura o instrumento de aferição dessa medida.

Tais debates sobre o tema da cultura eram empreendidos na maioria das vezes no campo filosófico, e/ou por indivíduos alfabetizados, com vasto conhecimento acadêmico e literário. Ou seja, a maioria da população não participava da construção dessa valoração da cultura. Assim, é preciso ressaltar que essas discussões eram levadas a cabo por um grupo muito restrito de sujeitos, pertencentes à elite da época.

O Iluminismo foi um período no qual também se objetivou retomar algumas das tradições das sociedades helênicas, por isso usavam a palavra cultura no sentido de cultivo, tradução do termo *colere*, em latim. Seguindo esse caminho, conceituava-se cultura como tudo aquilo que fora pensado e produzido pela humanidade (fundamentalmente nos campos da filosofia e das artes), enfatizando seu caráter universal – no sentido de uma nação com cultura superior ter o dever de “impor” sua cultura às demais.

E isso pode ser observado na forma como o conceito era escrito: *Cultura*, com letra maiúscula e no singular, isto é, “maiúscula”, porque era vista como ocupando um

lugar elevado e era entendida como única. Essa foi considerada a “alta” cultura, enquanto a “baixa” cultura ficava para as massas, os “menos cultivados” (VEIGANETO, 2003,)

Aplica-se isso, dentre tantos exemplos, à música, literatura e outras formas de arte divididas entre a “verdadeira” arte ou a “verdadeira” cultura de uma nação, e outras culturas a serem descartadas por serem inferiores. Para os artífices desse binarismo, quanto mais o sujeito estivesse imerso e demonstrasse conhecimento da alta cultura, mais próximo estaria da civilidade e das camadas mais superiores da sociedade.

Em nosso país, exemplos disso não faltam, já que, durante séculos a maioria da arte e dos modos de vida social brasileiros buscava ser o máximo semelhante possível da chamada aristocracia portuguesa. É claro que é preciso relativizar esse exemplo, dado que sendo colônia, estivemos quase que apartados de outras formas de acesso cultural – no sentido que lhe era atribuído na época - que não fosse pelas mãos da metrópole.

Em todo caso, esse não foi um fenômeno brasileiro, mas de muitos países colonizados pelas nações europeias que conviveram por séculos com essa perspectiva de entendimento na qual se procurava apagar as características das sociedades colonizadas. E de modo algum pretendo negar os compartilhamentos culturais do período, mas entendo que naquele momento não se fazia questão que tal ocorresse

Essa forma de entendimento sobre a cultura circulou mais ou menos em consenso até meados do século XX, quando os acontecimentos posteriores à Segunda Guerra Mundial e às transformações provocadas por ela, atuaram como condições que possibilitaram a chamada “virada cultural”, cuja visão antropológica do termo possibilitou a formação dos Estudos Culturais.

Não pretendo afirmar que os entendimentos de cultura propostos no século XVIII e levados a cabo na Modernidade tenham desaparecido com as novas formas de nomear a cultura. Muito pelo contrário, elas continuam em nosso cotidiano participando ativamente dos processos de embates pelas significações. Atualmente, os binarismos de que é cultura superior ou inferior ainda fazem parte do cenário de nossa sociedade. Seja como forem as formas de expressar e de empreender essas classificações, tornaram-se mais sofisticadas e menos explícitas, por fatores que debaterei mais adiante.

Em meados do século XX processou-se a chamada Virada Cultural, que corresponde a uma série de estudos e pesquisas que passaram a conferir centralidade à cultura, o que aconteceu através de diversos campos de conhecimentos, como a Antropologia, Sociologia e outros tantos. Essas novas formas de pensar a cultura baseada na linguagem e na luta por significado, ajudaram na emergência do campo dos Estudos Culturais.

Não retomarei toda a história dos Estudos Culturais, pois muito já foi escrito sobre isso. Mas, sim, destacarei que esse campo de estudos iniciou-se no contexto do pós-guerra, no período das descolonizações europeias. Ainda pairava a dúvida sobre os caminhos que tomariam a Humanidade diante dos acontecimentos das décadas passadas. Portanto, uma série de outras formas de pensar o mundo prosperaram.

Alguns pesquisadores como Richard Hoggart e Raymond Williams passaram a empreender estudos sobre cultura pondo em xeque o binarismo em que ela estava colocada, pensando cultura como diferentes modos de vida, sem que houvesse hierarquias de inferioridade ou superioridade. Com a adesão de outros investigadores criou-se o *Center Contemporary Cultural Studies*, em Birmingham, na Inglaterra.

No princípio, o campo foi marcado pelas incursões no terreno da teoria crítica, que durante alguns anos exerceram muita influência sobre as produções desse grupo. Embora o campo de pesquisas tenha se ampliado e os Estudos Culturais tenham rumado para outros caminhos, que não pelo pensamento crítico, é inegável sua importância e sua influência até nas produções atuais. Nessa esteira de pensamento, como exemplo, destaco a possibilidade de reivindicação política e das lutas pelos processos de significação diante das relações de poder.

Por meio dos estudos de Gramsci e Bourdieu que estudavam a cultura sob o ponto de vista da teoria crítica, e dos estudos linguísticos, às ciências sociais, à Virada Cultural e às diversas áreas do conhecimento, houve um grande passo nos estudos relacionados à cultura e em sua concepção que atualmente usamos, ou seja, como diferentes modos de vida e práticas sociais.

Essa luta por significados acontece entre as sociedades, entre os grupos e dentro deles próprios. Dessa forma, a cultura passa a ser entendida como um “conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo das significações na vida social” (CANCLINI, 2007, p. 41). Estar em uma mesma cultura não representa que todos estejam pensando e agindo do mesmo modo. São práticas que não estão

geneticamente em nós, e que, por isso mesmo, dependem das interpretações que fazemos dos valores que nos são repassados (HALL, 1997, p. 4)⁷. Assim, ao deslocar cultura do terreno da excelência da produção humana para a produção e interpretação de significados que circulam socialmente, vemo-nos diante de uma imensa ampliação de seus campos de atuação.

Os Estudos Culturais passaram de um movimento militante a um campo de pesquisas cujo ativismo político é latente e uma de suas bases. Tratar as relações sociais e a cultura sob um ponto de vista político requer diversos cuidados para que sejamos mais ativistas que militantes.

Ao nos posicionarmos como militantes estamos nos deixando levar por discursos muitas vezes radicais e estratificados, produzidos pela coletividade, e teríamos funções de mera reprodução discursiva. Por outro lado, se nos colocamos como ativistas, reivindicamos direitos e agimos crítica e reflexivamente para tentar transformar os outros e a nós mesmos. Mais do que lutar por mudanças, é pensar sobre nossas práticas e os caminhos possíveis para processar as transformações. Não quero aqui empreender um debate sobre a militância e seus perigos, mas é preciso estar sempre atento para não nos perdermos nessa estrada repleta de curvas e descaminhos.

Acredito, porém, ser irrefutável o predomínio dos aspectos positivos dessa abordagem política sobre a temática da cultura, principalmente, no que diz respeito à reivindicação de direitos e espaços sociais por parte das minorias. A quantidade de grupos considerados minoritários cresceu exponencialmente desde o surgimento dos Estudos Culturais e, de certa forma, ajudou a alavancá-lo também. Sendo assim, trouxeram para o centro dos debates as reivindicações da diferença e de identificação dos grupos tidos como diferentes por meio dos processos culturais:

Através disso buscam fazer a diferença, articulando a reflexão teórica com o cotidiano e a reivindicação política, mostrando a diferença social que a teoria pode fazer. Além disso, estudam o como e o porquê, e nem tanto “o” conteúdo (NELSON; TREICHLER; GROSSBERG, 1995, p. 18)

Essa preocupação com os processos culturais tem a ver com a proposta dos Estudos Culturais de não estarem arraigados apenas a um campo de pesquisa

⁷ Este texto foi traduzido para uso acadêmico e, por isso, ainda não conta com a obra editada em português.

específico. Isso permite um maior trânsito entre as ciências e perspectivas de estudos, já que os Estudos Culturais têm como objetivo empreender investigação valendo-se das mais diferentes possibilidades e áreas de conhecimento.

Objetivou-se romper definitivamente com o binarismo ‘alta’ e ‘baixa cultura’, embora isso ainda apareça por vezes. Ao mesmo tempo, a virada cultural conferiu à cultura uma posição central nos processos de significação, das relações de poder e na vida cotidiana dos sujeitos. Seja como for, a cultura adquiriu um status semelhante aos estudos políticos e econômicos, pelo menos no que diz respeito às ciências humanas. Assim, conforme Hall:

A centralidade da cultura indica a forma como a cultura penetra em cada canto das nossas vidas sociais, mudando tudo. A cultura está presente nas vozes e imagens incorpóreas em qualquer lugar que estejamos.

Sofisticou-se também a regulação e a vigilância, ou, o “governo pela cultura”, a cultura não é mais secundária, é fundamental, constitutiva e determinante de sua vida interior. É essencial para constituir subjetividades, identidade e cada um como um ator social.(HALL, 1997, p. 23-24)

Ao aliar reivindicações políticas de algumas minorias e enfatizar a importância das diferenças entre – e intra – grupos sociais para o enriquecimento e construção de culturas plurais, passou-se a compreender as reivindicações das minorias não apenas sob um ponto de vista econômico ou de alguma corrente política, mas também como uma possibilidade de levar a cabo o ambicioso projeto de pluralização cultural. Com isso, abriu-se espaço para os debates da pulverização das identidades.

Nesse processo, os sujeitos que outrora vivenciavam quase que apenas as identidades nacionais, passaram a deparar-se com uma infinidade de outras possibilidades de identificação como: gênero, etnia, grupo social, faixa etária e outras tantas formas, que fizeram com que os indivíduos fossem vistos – e vissem a si mesmos – de modo plural nas características que os constituíam. Assim, é possível observar que as identidades multiplicam-se, assim como, os sujeitos aumentam suas possibilidades de identificação.

A partir do momento em que cultura é vista como diferentes modos de se relacionar com o mundo e com os signos sociais, o sonho iluminista de uma cultura e identidade nacional quebrou-se em vários pedaços como um frágil cristal quando os ventos da globalização passaram a soprar forte no ocidente. Sendo assim, conforme Bauman (2013, p. 65): *“É a globalização que, a força de corroer a soberania dos*

Estados Nação, desmorona os baluartes da independência territorial, que deram o amparo à identidade nacional garantindo sua segurança durante os últimos duzentos anos”.

Com o advento da globalização e de outras transformações sociais e políticas, as identidades se proliferaram em progressões geométricas, cada uma delas com suas peculiaridades e diferenças. Ainda que não seja um processo tranquilo ou homogêneo o surgimento de diversas identidades que os sujeitos podem assumir – na maioria das vezes temporariamente -, não é um processo acabado, e talvez nunca o seja.

2.2 CULTURA E SEU USO COMO REIVINDICAÇÃO

O alargamento do conceito de cultura pode até ser considerado uma das principais condições de possibilidade para que os processos de identificação se tornassem incessantes, plurais e dito por muitos até efêmeros. Talvez por isso, as identidades culturais sejam cada vez mais valorizadas atualmente, seja porque a cultura é um dos mais potentes meios de reivindicação da identidade, seja porque a cultura se consolida como cenário de luta por significações através da intensificação das construções de marcas identitárias que ela própria possibilita.

Em muitos dos materiais que coletei pude notar a reivindicação de inclusão cultural das pessoas com deficiência visual, seja no convívio social, no acesso a recursos de acessibilidade ou nas narrativas autobiográficas efetuadas por esses sujeitos. A cultura e alguns modos de vida de cegos e pessoas com baixa visão se tornaram importantes elementos de identificação. Um exemplo disso são os cães-guia, que mais do que um recurso de acessibilidade, são um símbolo de identificação para as pessoas com deficiência visual.

A reivindicação de autonomia é uma dessas marcas encontradas na pesquisa também. Reconheço que possa existir o desejo de dependência e não de autonomia por parte de alguns sujeitos, mas não encontrei nenhuma evidência disso nos materiais analisados. Além disso, sei que não poderei investigar todas as marcas de identificação, e nem creio que elas sejam “somente” desse grupo, a diferença está nas circunstâncias e nos modos como acontecem.

Portanto, o cão-guia é um desses exemplos de identificação cultural entre pessoas com deficiência visual e, de modo geral, dos demais membros da sociedade

para com eles. Autonomia muitos desejam, mas ter um cão-guia como instrumento para tal, apenas esse grupo deseja e necessita, eis um exemplo dessas diferenças.

Se fôssemos utilizar o conceito de cultura anterior aos Estudos Culturais seria quase inviável dizer que este fato é uma forma de identificação cultural. No entanto, ao entender cultura como diferentes modos de vida e práticas existenciais, podemos usar esse exemplo para ilustrar tal situação.

Assim, muitas pessoas com deficiência visual têm tido cada vez mais oportunidades de assumir o protagonismo no que diz respeito às lutas por direitos, constituição dos processos de identificação e na produção artística e cultural. Eis uma das grandes vantagens em que os novos e venturosos ventos nos fazem navegar: a cultura permite que os sujeitos, nesse caso com deficiência visual, se apropriem do protagonismo de suas vidas e da constituição de seus processos de identificação.

Não quero dizer com isso, que todos os sujeitos com deficiência visual tenham o objetivo de tomar para si esse protagonismo, nem mesmo que todos encaram da mesma forma o que aqui denominamos como identificação. Também não quer dizer que através da cultura todos os sujeitos pertencentes aos grupos minoritários terão oportunidades para se manifestar, propor e filiar-se às identidades e marcas de identificação de seus grupos. Sendo assim, por mais que a cultura tenha promovido uma série de possibilidades e dado voz a quem antes não a tinha, ainda persistem uma série de lutas e de hierarquizações sobre aqueles que podem ou não protagonizar as significações culturais.

Por isso, creio que não se possa falar unicamente em um processo de empoderamento das pessoas com deficiência visual, da mesma forma que não pretendo negar que isso possa ser efetivado, mas é preciso pensar sobre como esses processos se constroem. Nas últimas duas décadas, outras tantas mudanças têm acontecido nos usos e entendimentos do conceito de cultura, que têm a ver com o debate que é realizado até aqui, embora seja necessário analisar outros entrelaçamentos que perpassam a questão.

As novas tecnologias e a expansão dos meios de comunicação permitiram aos pesquisadores dos Estudos Culturais que utilizassem outros objetos e artefatos para suas investigações. Em princípio, teve o predomínio dos estudos literários, mas aos poucos foram empreendidos estudos relacionados ao cinema, televisão, obras de arte e outras tantas possibilidades.

Para Costa (2004, p. 35): “examinar os temas que buscamos e reivindicamos como textos culturais é uma das nossas formas de participarmos das lutas políticas por uma sociedade menos discriminatória e não sendo apenas meros espectadores”. Isso confere ao pesquisador a possibilidade de agir também como ativista, que trabalha no sentido de fazer com que suas investigações provoquem desassossegos sociais, que coloque em xeque algumas verdades – ainda que procurando não constituir outras verdades no lugar das que desconstrói.

Por volta de 1960, a constituição de ações afirmativas e reivindicação de direitos por diversos movimentos sociais vinculados aos grupos minoritários, passaram a tomar forma e a ganhar cada vez mais espaços na sociedade estadunidense e europeia. Além disso, muitos pesquisadores fizeram desse momento um ponto de partida para pensar a pesquisa acadêmica e a cultura como meios muito potentes para a reivindicação de direitos e de contraposição das discriminações e barreiras atitudinais existentes. Nesse processo de valer-se da cultura como identificação, os grupos minoritários também buscam se diferenciar do que denominam como maioria, com o objetivo de enfatizar certas marcas e semelhanças que lhes permitem promover esses processos de identidade.

Não posso deixar de registrar que me filio aos investigadores que buscam fazer de suas práticas acadêmicas um modo de atuar como ativistas em relação à causa das pessoas com deficiência visual. Ao mesmo tempo, tenho o desejo de trilhar o caminho do compromisso indissociável com o rigor científico que a academia necessita, sendo também objeto de minha própria pesquisa na medida em que sou sujeito com deficiência visual que se identifica e se diferencia também através dos aspectos culturais de minha condição. Ou seja, não pretendo deixar de lado os parâmetros científicos que devo seguir, e não ousar esquecer-me do lugar de onde “vejo” o mundo, no caso, de sujeito com baixa visão.

Essa efervescência do caráter político e de reivindicação de direitos através da cultura teve uma substancial transformação nos anos 1980, quando a globalização começou a ruir fronteiras outrora tidas como sólidas, fortalecendo os processos de industrialização da cultura e a tornando parte da centralidade do jogo de mercado, o qual até então agia nas bordas. Dessa forma, construiu-se uma tríade em relação à cultura: reivindicação da diferença através da cultura, uso da cultura como fortalecimento da economia global e como um importante instrumento de coesão social. Sendo assim, a cultura:

Assume um lugar central na sociedade, torna-se mais um recurso para resolver problemas econômicos e nas indústrias culturais, bem como resolver problemas sociopolíticos como a discriminação, pois a cultura dos grupos considerados subordinados é cada vez mais um meio de reconhecimento. É identidade (para dentro) e diferenciação (para fora) (YÚDICE, 2006, p. 16)

Os processos de produção, circulação e consumo da cultura passam a ocorrer de modo intenso e cada vez mais de modo globalizado, e ao passo em que se tem a pretensão de que a cultura atinja a todos, são necessários sofisticados instrumentos para que isso aconteça, ainda assim, as tensões e desencaixes continuam significativos. A mesma cultura que contempla, também produz necessidades, já que:

Hoje a cultura não consiste em proibições, mas em ofertas, não consiste em normas, mas em propostas. [...] A função da cultura não consiste em satisfazer necessidades existentes, mas em criar necessidades novas, enquanto se mantém aquelas que estão arraigadas e permanentemente insatisfeitas. O objetivo principal da cultura é evitar o sentimento de satisfação de seus ex-súditos e pupilos hoje transformados em clientes. (BAUMAN, 2013, p 18-19)

Quanto mais identificação a cultura provocar, mais ela tem força para se tornar global, e quanto maior a oferta de identidades, mais difíceis são as escolhas e maiores as necessidades e sensações de desencaixe. Por outro lado e ao mesmo tempo, com a proliferação das identidades, por mais efêmeras que possam parecer, grupos considerados minoritários e marginalizados passam a ter “ofertas” de possibilidades de identificação que outrora não eram tão claras e abrangentes. Assim, por mais que a globalização possa objetivar controlar a cultura, sempre haverá frestas por onde a reivindicação da identidade por meio da diferença encontrará espaços para agir contrariamente a essas tentativas.

Isso não significa que cada um dos diferentes modos de ser e estar no mundo sejam impermeáveis a outras culturas que circulam na sociedade, já que não acho prudente falar em uma relação hegemônica – ao menos no sentido que a teoria crítica confere ao termo – de uma cultura sobre a outra, mas sim, de um processo de interação e compartilhamento entre as mesmas. Contudo seria até ingenuidade afirmar que essas partilhas aconteçam sem tensionamentos ou lutas pelas detenções dos significados.

Esses processos apresentam rupturas e entrelaçamentos constantes, com influências mútuas sem negar que por uma série de fatores, alguns grupos tenham maior capacidade de disseminar seus signos culturais. No entanto, a força dos grupos considerados minoritários tem sido justamente o uso do argumento de uma desigualdade provocada pelos fatores históricos, políticos e econômicos que caracterizam essas lutas.

No que diz respeito a essa pesquisa, também tenho como objetivo analisar tais situações relativas ao grupo das pessoas com deficiência visual, e por isso pretendo voltar-me mais detidamente sobre suas especificidades nesse contexto de reivindicação cultural. No entanto, os usos da cultura como um recurso para a reivindicação das identidades é empreendido por grande parte dos grupos minoritários. Isso significa que esse não é um fenômeno exclusivo da deficiência visual, pelo contrário, esse grupo só tem a possibilidade de levar a cabo essa reivindicação pelo fato de existirem as condições sociais para que tal aconteça.

Um dos pilares através dos quais essa reivindicação emerge sob o ponto de vista cultural é a relação de consumo da diferença estabelecida pela sociedade globalizada. Nela, as políticas neoliberais apresentam a cultura como possibilidade de inserção social das minorias, assim como, uma forma potente de incentivo ao consumo pela e da diferença. Nesse processo a cultura adquire centralidade nas relações econômicas entre os Estados, nas finanças dos países e nas tentativas de supressão das desigualdades sociais:

A próspera sociedade (consumista) se projeta como uma sociedade na qual a diferença funciona como o motor da comercialização. Mesmo no âmbito da provisão social, também é a diferença que guia as concepções e práticas da “cidadania cultural”, por exemplo, as demandas de inclusão e participação em países específicos, inclusive transnacionalmente através da “sociedade civil global” [...] (YÚDICE, 2006, p. 295).

Aos poucos, essa relação entre diferença e consumo da diferença através da cultura vai se tornando estreita e fundamental para o projeto de globalização e para a exibição estandarte da diversidade cultural. Pode-se até argumentar que essa elevação da importância da diversidade tenha a ver com o significado que essa e outras palavras, como tolerância, por exemplo, são utilizadas para mascarar uma tentativa de homogeneização cultural, ou ao menos dos grupos considerados diferentes.

As palavras ‘diversidade’ e ‘tolerância’ aparecem constantemente nas políticas públicas e no cenário cultural como uma forma de prover espaços aos sujeitos tidos como diferentes. No entanto, esses termos podem às vezes servir quase como um “canto da sereia”, que podem encantar a muitas pessoas, ainda que traga consigo uma carga de preconceito e/ou hierarquização. Tanto diversidade quanto tolerância subentendem uma ideia de controle e de dominação sobre os sujeitos considerados diferentes. Tal tratamento pode manter, sob outra perspectiva, as tentativas de controlar os sujeitos, nesse caso, sob o ponto de vista cultural.

Mesmo assim, os espaços para que as pessoas pertencentes aos grupos minoritários consumam e participem da vida cultural são cada vez maiores. Por mais que não sejam exatamente no sentido que se espera de valorização e compartilhamento das diferenças, é preciso refletir sobre as oportunidades que surgem com essas novas possibilidades de “dar voz” aos diferentes. Portanto, além de problematizar os modos como esses espaços são concedidos aos sujeitos tidos como diferentes, pode-se também usá-los como proposição de outras formas de ver essas pessoas.

Assim, através das tentativas de controle da diferença é possível agir em sentido contrário a essa luta por dominação. Seja como for, o próprio ato de consumir determinado produto pode ser entendido como forma de identificação, ainda mais se o autor ou personagem principal da produção for algum indivíduo que pertença a algum grupo dos considerados diferentes. Portanto, são também consumidores daquilo que eles próprios produzem, e com isso atuam duplamente, como promotores dessas formas de identificação, e como aqueles que consomem e que assumem tais identificações. Assim, de acordo com Bauman (1998, p. 175) “a cultura não é uma gaiola, nem a chave que a abre. Ou, antes, ela é tanto a gaiola como a chave, simultaneamente”.

A ampliação das políticas neoliberais e da constituição de direitos sociais e culturais por parte dos grupos minoritários que vem ocorrendo há cerca de duas décadas, atuou como condição de possibilidade para que emergisse uma outra forma de se pensar a relação da sociedade com a cultura. Da mesma forma, a cultura passa a ingressar na esfera dos Direitos Humanos, a partir do momento em que se passa a debater intensamente a questão dos direitos culturais dos sujeitos diferentes. Essa concepção proporciona também muitas possibilidades para que esses grupos possam fazer da cultura um recurso para reivindicar identidades através de suas diferenças.

Ao realizar a leitura de alguns textos de Nèstor Canclini (2007) percebe-se que o autor analisa as novas formas como os grupos sociais se relacionam com a cultura. Além disso, leva adiante discussões sobre o modo como pode haver uma relação de consumo das e com as diferentes culturas. Muitas vezes os processos de hibridação cultural que afirma serem intensos, provocam tensões nas relações de identidade que os sujeitos estabelecem com a cultura. Demonstra que através de uma série de mecanismos pode-se articular a inserção de aspectos culturais de grupos minoritários e concomitantemente se incentiva o consumo dessas marcas das diferenças.

Contudo, eu acreditava que ainda havia um hiato sobre como a cultura poderia promover a diferença como constituição de identidade. Levei algum tempo refletindo e procurando em outras leituras possibilidades e prismas diferentes que pudessem contemplar as necessidades daquilo que vinha articulando em minhas pesquisas entre identidade, diferença e cultura. Isso porque, eu entendia que faltavam elementos que me ajudassem a analisar de que modo os grupos minoritários poderiam utilizar-se da cultura e/ou de produções artísticas em suas constituições identitárias e de reivindicação de suas diferenças.

Em minha dissertação de mestrado sobre processos de representação, identidade e diferença de pessoas com deficiência visual no Orkut (para quem não lembra, foi uma rede social de estrondoso e efêmero sucesso no final da primeira década deste século), verifiquei que as produções artísticas eram tomadas como elementos pelos quais esses sujeitos reivindicavam suas identidades. Foi esse fato da reivindicação identitária através da cultura que motivou meu desejo em empreender esta tese, mas naquele momento tais questões ainda não faziam parte de minha paisagem de pesquisas.

E isso aconteceu a partir da leitura de *A conveniência da Cultura*, de George Yúdice (2006), quando passei a utilizar algumas partes dessa obra como um dos pilares teóricos de minha tese, já que o autor discorre sobre os usos da cultura por parte do mercado e da reivindicação de direito à diferença pelos grupos considerados minoritários. Aliás, a ideia de cultura como recurso é prioritariamente advinda das diversas leituras desse livro. Nas inúmeras releituras, revolvia-o cuidadosamente em busca de algo interessante. Talvez por isso, ia encontrando novidades a cada leitura, sem saber se quem mudava era eu ou os olhares que empregava sobre o tema.

Para Yúdice (2006, p 34), após os anos 1980, os Estados e as instituições internacionais que tratam de questões econômicas passaram a incentivar os

investimentos no setor cultural como forma de alavancar as economias dos países em desenvolvimento, fazendo um uso utilitário da cultura como um fomento de produtos culturais que possibilitem alguma espécie de contrapartida dos investimentos, e isso sob o ponto de vista financeiro ou de políticas de implementação de justiça social. Exemplo disso é que, no Brasil, existem grandes empresas que têm uma quantia considerável reservada para investir em cultura no âmbito da responsabilidade social.

O financiamento dos projetos e ações culturais vem se configurando como um importante instrumento de isenção fiscal e estratégia de propaganda para as instituições públicas e privadas. Cada vez mais esse movimento de economia cultural tem sido mais evidente, embora seja necessário dizer que nem todos os projetos artísticos são aceitos, pois devem estar de acordo com as normas estabelecidas pelas instituições. Nesse caso, a relevância artística – por mais que seja algo controverso – fica em segundo plano, em detrimento daquelas produções que atingem um número maior de pessoas e, por isso mesmo, demonstram um maior potencial no que tange ao consumo.

Diante disso, as instituições públicas e privadas têm feito um uso utilitário da cultura vinculado à justiça social e a uma possibilidade de diminuição das desigualdades sociais. Nesse mesmo sentido, a cultura tem sido usada para gerenciar os riscos sociais de populações ou grupos sociais considerados vulneráveis ou minoritários, como é o caso das pessoas com deficiência, por exemplo. Nesse sentido, conforme Wieviorka (2002, p. 103):

A diferença cultural não é duradoura dissociável da hierarquia social, das desigualdades, da exclusão e os direitos culturais não podem ser duradouramente dissociados sem que o debate inclua a consideração da injustiça social. A inferiorização ou a marginalização ferem constantemente, os membros que são vítimas de discriminação (no emprego, no acesso aos estudos, em matéria de habitação, etc.), mas que se veem também desfavorecidos ao nível da vida social em razão da sua origem nacional, da sua religião, dos seus atributos físicos [...]

O uso da cultura como instrumento de minimização das injustiças sociais dentre tantas coisas, oportunizam o controle dos grupos considerados de risco, e ao mesmo tempo, lhes proporciona a chance de reivindicarem seus direitos e suas identificações culturais. Então, cada vez mais os grupos tidos como minoritários exercem os processos de identificação através da cultura, que cede à diferença um espaço que

outrora não tivera. Por outro lado, também é usada como controle daquilo que os tidos como diferentes podem ou não fazer ou dizer.

Assim, conforme Yúdice (2006, p. 43):

A cultura serve como reivindicação a esses grupos considerados marginais. A cultura é que cria os espaços onde as pessoas se sentem seguras e em casa, onde elas se sentem pertinentes e partícipes de um grupo, de acordo com essa perspectiva ela é necessária para a formação da cidadania.

Na modernidade, passamos a vivenciar uma sociedade com sujeitos buscando seu direito a ser e estar no mundo para além daquilo que está nas legislações de cada Estado, e que age também sobre o discurso do direito de ser um indivíduo, não mais como parte de um coletivo, mas pelo direito de ser singular. Assim:

Assumimos em toda a parte ao reforço da representação do indivíduo como portador de direitos que não lhe podem ser proibidos ou negados nem pela força, nem pela lei.

Essa transformação de uma consciência de si que se torna mais forte do que uma consciência das regras, das normas, assim como das exigências dos sistemas nos quais se vive e se age. (TOURAINÉ, 2010, p. 10)

A ideia de sujeito único e singular se consolida, e com isso a reivindicação de cada um por seus direitos é cada vez mais abrangente. Isso se espalha por todas as esferas sociais e políticas dentro do que Touraine (2010, p. 110) chama de “universalização de direitos”, e que envolve dentre tantas coisas os direitos culturais e de cada um a vivenciar sua diferença cultural.

Não que haja um lastro espaço ilimitado para a expansão desses direitos como se não ocorressem tensões nas tentativas de frea-los ou mesmo de colocar em xeque suas intencionalidades. Há situações em que o direito individual e os Direitos Humanos colidem e tensionam. Exemplo disso são as sociedades onde o direito à vida é um conceito “flexível”, como em alguns países nos quais a legislação permite que mulheres sejam mutiladas ou mortas. Por um lado podemos contestar essas diretrizes culturais, já que cada pessoa tem seu direito a existir dignamente, mas ao mesmo tempo, é parte dos Direitos Humanos respeitar todas as culturas e suas particularidades.

É preciso lembrar que esse debate sobre os direitos individuais e coletivos surgem ainda no século XVII com o pensamento liberal e culminam em um período

histórico no qual as feridas da II Guerra Mundial ainda estavam abertas e sangrando. O que sucedeu naquele momento ainda estava muito presente, e com grande intensidade, já que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi promulgada em 1948, cerca de 3 anos depois do final da grande guerra. Assim, os Direitos Humanos – e por conseguinte, culturais – foram inventados e utilizados conforme as necessidades e parâmetros sociais.

A igualdade passa a ser o horizonte que o Ocidente tenta alcançar com a ponta dos dedos, e a garantia do direito de ser diferente torna-se um objetivo e um valor fundamental. Entretanto, como o horizonte é algo que não se pode tocar, à medida que se caminhava, outras formas e cenários apareciam sem que conseguíssemos chegar ao “ponto final”. O que encontramos foram pontos de interrogação em profusão, como por exemplo: o que advém das fagulhas provocadas da fricção entre a busca pela igualdade e o direito a ser diferente? Mas disso falarei mais adiante.

Por outro lado, ainda existem poucas pesquisas que façam referência aos direitos culturais das pessoas com deficiência ou sujeitos considerados diferentes. Mesmo assim, acredito que é proveitoso passarmos a trilhar o caminho dos Direitos Humanos e dos Direitos Culturais, como uma forma de reivindicar o não apagamento ou mais ainda, os processos de identificação por grupos tidos como diferentes. Isso porque, tratar o acesso e possibilitar a participação cultural de pessoas com deficiência deixa de ser um ato tido como benevolente na maioria das vezes, para tornar-se a cristalização de um direito. Ademais, vê-se primeiro o indivíduo e suas particularidades e posteriormente se pensa em sua deficiência.

A incapacidade passa a não ser mais dos sujeitos cegos, com baixa visão, mobilidade reduzida ou outros, mas sim, dos ambientes que não acolhem as diferenças de algumas pessoas, ou mesmo da sociedade que construiu as barreiras arquitetônicas e atitudinais. Além disso, possibilita que os grupos de pessoas com deficiência tenham, com mais facilidade, acesso à cidadania e aos ambientes culturais, algo ainda dificultado pelas condições que nos são fornecidas.

Até os anos 1960, ao tratar-se de questões relativas aos direitos das pessoas com deficiência, os temas mais debatidos diziam respeito ao acesso à saúde, posteriormente às escolas e ao mercado de trabalho. Ainda assim, a legislação existente para contemplar tais setores não era e não é adequadamente cumprida. Portanto, tomar a cultura como um direito de qualquer cidadão, nesse caso, com deficiência, não é garantia de que suas peculiaridades serão contempladas ou que os

processos de luta acontecem tranquilamente sem a necessidade de reivindicar tais direitos. Porém, permite ver a questão com outras lentes e que levam para outras esferas as discussões sobre o acesso e consumo cultural por pessoas com deficiência. Então:

Os direitos culturais protegem os direitos de cada pessoa – individualmente, em comunidade com outros e entre grupos de pessoas – para desenvolver e expressar sua humanidade e visão de mundo, os significados que atribuem a suas experiências e as maneiras como o fazem. Os direitos culturais podem ser considerados como algo que protege o acesso ao patrimônio e aos recursos culturais que permitem a ocorrência desses processos de identificação e desenvolvimento (SHAREED, 2011, p. 18).

Um importante elemento para a constituição de direitos culturais às pessoas com deficiência é a promulgação, em 2007, pela ONU (Organização das Nações Unidas) da Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, da qual o Brasil tornou-se signatário a partir de 2009⁸. O último documento internacional sobre o tema fora publicado em 1970, e tratava apenas de questões relativas ao direito à saúde e à reabilitação, enfatizando a escola especial como espaço de formação e normalização dos sujeitos.

Na atual convenção, os temas foram ampliados para além dos já citados, e ainda mais, afirmam que a deficiência está no ambiente e não no sujeito, o que retira muito do peso das barreiras atitudinais. Além disso, a acessibilidade e o acesso à cultura são tratados como direitos fundamentais e as diretrizes sobre esses temas são amplas e enfatizam que a pessoa com deficiência é um sujeito com diferenças e peculiaridades, as quais devem ser contempladas na esfera pública ou privada.

Quero dizer com isso, que muitas discussões foram empreendidas desde 1990 sobre inclusão de pessoas com deficiência nas escolas comuns e no mercado de trabalho. As legislações sobre a acessibilidade, em ambientes culturais e sociais, configuram um avanço das políticas públicas no sentido de prover aos indivíduos com deficiência certa ampliação de horizontes rumo a sua inserção em espaços que outrora não tinham condições de participar.

⁸ O documento também assinado pelo Brasil tem valor de lei constitucional, mas, como as disposições da convenção são diretrizes e não determinações expressas, o país se compromete a cumprir com o acordo dentro do prazo estabelecido, ainda que não haja dispositivos que regulamentem os termos do acordo por parte do poder executivo.

A emergência dos direitos culturais às pessoas com deficiência fica evidente na Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, seja por sua elaboração e promulgação em caráter de tratado internacional, seja por esses debates atingirem as mais altas esferas da diplomacia e discussões governamentais. A cultura como recurso possibilitou e embasou a formatação do documento e, ao mesmo tempo, fortaleceu ainda mais a utilização da cultura como uma reivindicação de identidade através das diferenças. Isso fica manifesto no artigo 30 da referida convenção:

Os Estados partes reconhecem os direitos das pessoas com deficiência de participar da vida cultural em igualdade de oportunidade com as demais pessoas e tomar todas as medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência possam: Ter acesso aos bens culturais em formatos acessíveis [...]

Os Estados partes tomarão medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual, não apenas em benefício próprio, mas também para o enriquecimento da sociedade (BRASIL, 2009).

Essas disposições em incentivar a criatividade e o compartilhamento de aspectos culturais específicos dos grupos das pessoas com deficiência demonstram que, além do direito ao acesso por meio de recursos de acessibilidade já previstos nas legislações, abre-se espaço para que quem tenha deficiência participe e protagonize a autoria e as produções culturais. O texto da convenção reconhece que esse ato de compartilhar com o diferente pode conferir um enriquecimento de toda a sociedade.

Em linhas gerais, creio que esses processos aconteçam, sem que isso elimine definitivamente as barreiras atitudinais e arquitetônicas. Porém, promover a participação e protagonismo – algo que debatarei mais adiante – às pessoas com deficiência pode tornar as relações mais horizontalizadas, e proporcionar frestas para que circulem e sejam consumidos mais produtos e discursos que reforcem a constituição das marcas culturais das pessoas com deficiência visual. Afinal, o direito já está garantido em termos legais. Cabe refletirmos sobre como fazer uso desses espaços e como fazer da cultura um possível recurso para a reivindicação de marcas de identificação de pessoas cegas e/ou com baixa visão.

Portanto, creio que neste capítulo, apresentei como nos séculos XVIII ao XX, a cultura deixou de ser entendida somente como uma forma de hierarquização social

ou como o melhor que uma sociedade pôde produzir. Passou a ser vista como diferentes modos de vida de grupos sociais ou de indivíduos. Dessa forma, ao adotar as lentes dos Estudos Culturais – sem excluir as outras possibilidades -, procurei demonstrar a emergência e a centralidade que a cultura adquiriu após 1970.

Pude empreender um debate sobre o conceito de cultura de seus usos na antiguidade até os tempos atuais. Assim, acredito ter cumprido com o segundo objetivo deste projeto de tese, mostrando como a cultura tornou-se um instrumento e um recurso conveniente para a reivindicação de identificação através do direito à diferença.

De todo esse debate emergem outros tantos, mas o que pulsa mais forte para mim, e creio que para a tese, são as discussões em torno das identidades e diferenças. Diante da emergência dos Direitos Humanos e dos Direitos Culturais, os direitos das minorias sociais passam a fazer parte do cenário cotidiano. As identidades proliferam assim como as reivindicações em torno da diferença, como fios que se entrelaçam sem sabermos onde começam ou onde terminam, conforme é possível perceber na seção seguinte.

2.3 IDENTIDADE E DIFERENÇA: BENGALANDO POR TERRENOS PANTANOSOS

Quem utiliza a bengala branca em seu cotidiano sabe que os terrenos mais complicados de se andar são os que parecem pantanosos, com algum lodo, terra molhada ou coisa do tipo, já que com o solo instável e movediço fica quase impossível ter uma referência de onde estamos e do que vem pela frente quando formos dar o passo seguinte. Sem contar que a bengala branca desliza e muitas vezes não conseguimos ir na direção que desejamos, causando certo desconforto.

Não menos complexo é usá-la em solo pedregoso, pois conforme passamos pelas pedras, no caminho a bengala acaba travando, dando solavancos e até saindo de nosso controle desejado. Mais do que isso, a fricção com o terreno pode deixá-la com arranhões e marcas para todo sempre conforme a continuidade ou intensidade do contato.

Talvez o leitor esteja se perguntando: o que isso tem a ver com a seção anunciada? Posso dizer que muito mais do que se possa pensar em princípio. As sensações, transformações e dificuldades que temos ao lidar com a bengala branca nesses casos, são muito semelhantes às que temos quando a questão é pesquisar e

analisar as identidades e diferenças. Circular por esses dois temas é estar sempre a mercê de terrenos instáveis e, portanto, dar o passo seguinte é incerto.

Ao contrário do que se pode pensar, essa insegurança e instabilidade ao bengalar por trilhas pantanosas não me faz recuar – talvez uma pequena hesitação – ou desistir, e sim, desejar dar o próximo passo, vivenciar essas sensações ao máximo, e fazer delas a força motriz e guia dos caminhos de minhas pesquisas.

Embora pantanoso, para mim as identidades não são territórios completamente desconhecidos por já ter enveredado por esses caminhos em minha dissertação como dito no capítulo anterior. Passado algum tempo, creio ter ido além nas leituras, nos estudos e debates sobre esse tema. Atualmente, talvez eu mudasse de “produções identitárias” para “narrativas que produzem identidades”, já que tive como objetivo demonstrar como o referido site de relacionamentos era capaz de produzir identidades – ou marcas de identificação, conforme procuro demonstrar nessa tese – entre pessoas com deficiência visual.

Assim, uma das conclusões a que cheguei e que originou os primeiros estudos dessa pesquisa foi que através das narrativas de si, os membros das comunidades do Orkut estabeleciam laços identitários por conta de vivências e experiências que compartilham sobre situações semelhantes, como as dificuldades nos processos educacionais ou a percepção de que quem não enxerga vê o mundo de um jeito diferente, por exemplo.

Analisando postagens feitas entre 2004 e 2010, percebi que no princípio os sujeitos se narravam primeiramente pela enfermidade que possuíam e não por seu nome. Por exemplo, ao invés de me apresentar como Felipe, eu diria em primeiro lugar que tenho catarata e aniridia, em seguida falaria sobre como fiquei com baixa visão e só ao final diria algo sobre outras características. Ou seja, as pessoas se narravam a partir da deficiência e se identificavam por conta dela (idem, p. 84).

No entanto, à medida que o tempo passou essas formas de se apresentar mudaram e a deficiência deixou de ser a figura principal dos relatos, dando lugar a uma tentativa de encontrar traços e marcas em comum com as quais os membros se identificassem. Certamente que é preciso levar em conta as características dessa rede social cujo objetivo era promover identificações entre seus usuários. Ainda assim, não se pode desconsiderar que essa amostragem representava o começo de uma mudança nos processos de identidade, ao menos dos usuários daquele site, e depois de diversos estudos, percebi que se estendiam para além dele.

É preciso dizer que sigo na esteira dos Estudos Culturais para lidar com o que denominamos de identidades, já que tantos outros campos de estudos também tratam desse tema, cada um com suas peculiaridades e posicionamentos. Os Estudos Culturais têm como alguns de seus principais objetos de investigação as relações de poder, as questões relativas ao sujeito e sua (des)construção e a emergência das reivindicações por identidades e pelo direito a ser diferente.

Segundo Hall (1998, p. 7) a identidade é o que “costura o sujeito à sociedade”, ainda que assim como o Manto de Penélope ela seja costurada durante o dia e desfeita a noite, e quanto mais os nós parecem bem enlaçados, menos firmes os laços são. Nesse sentido, de acordo com Bauman (2003, p. 62):

A construção da identidade é um processo sem fim e para sempre incompleto, e assim deve permanecer para cumprir sua promessa (ou mais precisamente, para manter a credibilidade da promessa) [...] muito mais importante do que o “realismo” da identidade buscada ou momentaneamente apropriada, é que ela deve ser tão fácil de decompor, como fácil de construir.

No caso de uma identidade cujo traço ou marca de identificação é estabelecida por conta de uma condição corporal, seja sensorial ou física, “desfazer-se” dela talvez não seja uma tarefa tão simples quanto fazer escolhas de outras ordens, como um estilo musical ou um modo de se vestir, por exemplo.

Muitas vezes essa partilha das marcas de identificação ocorre entre pessoas com diferenças corporais distintas. Uma pessoa cega não vive a mesma experiência de um sujeito surdo, com esclerose múltipla ou outros, mas pode ser capaz de viver e ser co-partícipe de algumas especificidades, como a reivindicação pelo direito de autonomia, por exemplo. Todavia, isso não significa que pertençam ao mesmo grupo ou que tenham as mesmas necessidades, e sim que existem pontos de convergência nos processos de identidade.

Por outro lado, buscar uma identidade única que nos defina pode ser um problema tão complexo quanto tentar alcançar a linha do horizonte. Tomar a identidade como a resolução das nossas sensações de desencaixe e das incesantes tentativas de pertencimento pleno a algum grupo pode causar mais dificuldades do que ser um caminho seguro a todos nós (BAUMAN, 2005, p. 18). Dessa maneira, talvez seja mais prudente pensarmos que as identidades tem o mesmo destino desejado pelo cancionista Lupicínio Rodrigues na música Vingança: “Você há de rolar

qual as pedras/ que rolam na estrada/ sem ter nunca um cantinho de seu / pra poder descansar”.

Entendo que seja uma posição política, mas fixar características que formem padrões de identidade através dos quais os indivíduos possam ou não pertencer a um grupo, é tentar remediar uma moléstia tomando sicuta. Pertencer a um grupo não nos torna donos de parâmetros que os constituem, mesmo porque, querendo ou não, quase sempre haverá algo que nos vai escapar, das quase infinitas singularidades dos sujeitos. Eis um desafio das identidades: encontrar um ponto de equilíbrio entre os traços que temos em comum e as sigularidades que possuímos.

Nos processos de subjetivação em que nós somos sujeitos de e sujeitos à tudo aquilo que se passa no mundo, começamos a construir as bases que irão possibilitar os caminhos identitários que iremos seguir. Tudo isso tendo como fator principal a ampliação das relações e experiências que temos com nossos “eus”. Conhecer-me e buscar a eu mesmo no outro é um dos disparadores dos processos de identificação. Um dos primeiros passos é compreender a relação que se tem consigo mesmo, já que:

Existe, antes de tudo, uma relação de si consigo tão tênue, tão permanente, tão analítica, tão detalhada quanto possível. Relação que não é possível de ser feita, e que não é eficaz a não ser na medida em que se é, de um extremo ao outro, sustentado por uma atividade do discurso, por uma atividade discursiva que faz com que esse “eu mesmo”, que coloca esse “eu mesmo” no discurso. Na medida em que eu existo, na medida em que eu digo verdadeiramente o que penso, na medida em que o fluxo de pensamento se apresenta a mim e que devo classifica-lo para saber, finalmente, de onde vem aquilo que eu penso, para decifrar o poder da ilusão e do engano, que não cessam de habitar, de um extremo ao outro, toda minha existência (FOUCAULT, 2011, p. 134).

Na obra de onde o excerto acima foi retirado e em outras tantas, o filósofo menciona a “condução das condutas” que também é importante para pensarmos as questões de identidades. Isso porque, um sujeito que conduz a si mesmo conforme os parâmetros e regras existentes de acordo com as relações de poder na qual está inserido envolvem também que esse sujeito construa uma série de instrumentos e técnicas para que aja sobre si mesmo.

O ato de “escolher” uma identidade também faz parte dessas intencionalidades, e por isso mesmo, não se pode dizer que essa opção é uma escolha unicamente do “eu”, mas que faz parte desse conjunto de ações. Saber quem sou eu e o que quero

que os outros saibam que eu sou é fundamental para estabelecer essa relação consigo e com os outros. E embora a identidade seja entendida como algo relacional, seu núcleo é o indivíduo e suas práticas, que no mundo moderno passaram a ser definidas por categorias mais disseminadas como classe, status social, etnia, gênero e outros (MARIN-DIAZ, 2012, p. 110)

Essa descoberta de si mesmo representa um enorme passo para a construção de uma verdade sobre o “eu” de cada um, que se está emaranhada em diversos fios identitários. Para que isso aconteça, faz-se necessário que cada um de nós aprenda a se autogerir e se autotransformar, já que:

Se orientam fundamentalmente por definir e estabilizar certas formas de individualidade (identitária e identificável) que deve reconhecer em si mesmo o verdadeiro, uma essência a estudar-se, a compreender-se e identificar-se. Mas a seu tempo – aí está sua principal peculiaridade – a de autotransformar-se através de um conjunto de exercícios e técnicas, de modo a atender as demandas do seu tempo e a conseguir certa estabilidade, sossego, prazer, satisfação e etc (idem, p. 57).

As questões relativas à autoajuda como um fenômeno do mercado editorial e como um instrumento de educação das condutas, tratarei mais adiante. Cada vez mais grupos considerados minoritários socialmente tem se valido da identidade para se diferenciar dos demais. Formar minha identidade de pessoa com baixa visão é também um instrumento para afirmar que tenho o direito de ser diferente e que isso não pode me conferir a alcunha de inferioridade, mas levar a uma ação política em torno do que pretendemos enquanto pessoas com deficiência.

2.4 BENGALANDO ENTRE IDENTIDADES E DIFERENÇAS

Por outro lado, como a diferença é fluida, dentro das identidades há singularidades pulsando. Muitos grupos usam a identidade para afirmar suas características e reivindicar o direito de ser diferente, e ambigualmente, se alguém do próprio grupo desvia um pouco que seja do caminho e apresenta outras diferenças dentro das identidades estabelecidas por seus membros pode acabar tendo problemas para se manter nesse território. Estamos, portanto, em um cenário de lutas e intensas relações de poder, campos de batalhas onde as identidades prosperam (BAUMAN, 2005, p. 97).

Identities e diferenças vivem em tensão, mas dificilmente teriam a importância que possuem caso uma conseguisse de fato vencer a outra. Se tivesse que construir uma imagem que me remetesse à relação entre identidade e diferença, pensaria em um pequeno rio no qual seus contornos são traçados por diversas pedras que moldam suas margens. Em minha imagem, as pedras são as identidades e as águas as diferenças.

Levando em conta que atualmente se diz que as identidades são fixas as diferenças são fluidas, as águas só seguem aquele determinado curso por conta do posicionamento das pedras, por onde elas desviam ou respingam. Ao mesmo tempo, embora as pedras pareçam intocáveis, o fluxo das águas é que lhes dá as formas e cores peculiares que possuem. Assim, embora elas sejam feitas de elementos muito diferentes, uma não seria o que é sem a existência da outra.

O que conceituamos como diferença pode variar conforme a esteira de pensamento nas quais estejamos seguindo e de acordo com a época em que se fala sobre ela. Assim, nos estudos sobre cultura como recurso feitos por Yúdice, mencionados anteriormente, vivemos em um tempo onde se busca o controle e a inclusão dos sujeitos tidos como diferentes. Para isso, os olhares voltam-se para a constituição e o reconhecimento dos direitos de cada sujeito a ser diferente. Assim:

O reconhecimento da diferença cultural não é o final, mas o começo, um ponto de partida de um largo processo político, cujos resultados talvez não estejam de todo claros, mas que é útil e inclusive benéfico para todas as pessoas envolvidas, e por consequência levados adiante (BAUMAN, 2013, p. 56)

Por isso tudo, a diferença está na ordem do dia, faz parte das práticas discursivas atuais, seja em suas intencionalidades ou nas resistências e ações inesperadas de que a fluidez da diferença é capaz. Ela se movimenta e se mantém por si mesma, sem que se possa aprisionar em concepções cerradas (SILVA, 2002, p. 66). Viver a diferença é parte de cada um de nós na medida em que se proliferam as possibilidades de ser e estar no mundo.

Dentre essas infinitas coisas que se pode dizer sobre a diferença, no que diz respeito a essa tese, algo importante é que existe a constante tensão e tentativa de confirmação da norma (GALLO, 2009, p. 9) na medida em que se objetiva tomar o diferente como o oposto do normal. Os grupos minoritários e considerados diferentes, ao mesmo tempo em que são classificados como tal, são atraídos para estar sempre

à vista da norma, ainda que gerem certo medo e uma relativa turbulência (APPADURAI, 2009, p. 19).

Ou seja, as pessoas com deficiência têm a possibilidade de reivindicar seu direito à diferença, mas dentro de parâmetros onde a normalidade possa ser buscada através das conduções das condutas de cada um, como no caso das narrativas autobiográficas. Se também pensarmos nessa sociedade em termos do uso conveniente da diferença para ampliar os mercados consumidores por meio da inclusão dos diferentes e dos grupos minoritários, podemos dizer que:

Mesmo no âmbito da provisão social também é a diferença que guia as concepções e práticas da “cidadania cultural”, por exemplo, as demandas de inclusão e participação em países específicos, inclusive transnacionalmente através da “sociedade civil global” (YÚDICE, 2006 p. 295).

Como já dissera antes, a deficiência é uma das diferenças marcadas com cores fortes e da qual dificilmente aquele que convive com ela pode se negar ou desviar. Nesse caso, a diferença adquire a materialidade corporal e sensorial, muito embora as transformações sociais tenham aumentado a amplitude dessas diferenças para além de dizer, por exemplo, que pessoas cegas e com baixa visão, são diferentes apenas pelo fato de não enxergarem como a maioria.

Com os novos parâmetros globais dentre os quais a inclusão e o reconhecimento de direito das minorias, passou-se a cartografar o modo de vida desses indivíduos, tendo também como objetivo conhecer aqueles a quem se deve controlar. E por mais que a diferença escape, esse desejo de entender quem é o outro possibilitou, dentre tantas coisas, as emergências das narrativas autobiográficas. Seja para marcar a diferença, para promover a identificação, ou como percebo, marcar identidades usando o direito à diferença.

Portanto, vemos crescer as narrativas de sujeitos falando sobre suas próprias vidas, que adquirem destaque – ao menos pretensamente – conforme mais diferenciada e singular for sua história. É interessante como nos dias atuais a globalização torna as coisas mais ou menos parecidas, e que talvez por isso, a busca seja pelas histórias contadas por sujeitos com alguma diferença. Assim, na próxima seção irei debater um pouco mais sobre as narrativas e suas implicações para os processos de identidades e diferenças.

2.5 NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS: PARA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DE FLORES, VOU BENGALANDO E CANTANDO.

De acordo com os discursos mais circulantes, narrar é a ação de contar histórias, sejam elas de ordens artísticas, curriculares, sociais, individuais e outras. A história da humanidade enquanto disciplina tem como seu marco inicial a escrita, através da qual os povos passaram a narrar suas sagas e contextos sociais de cada civilização. Ou seja, narrar não é uma novidade para os seres humanos – mesmo quando a escrita ainda não existia. Assim, somos desde sempre atrelados aos discursos narrativos, ainda que os modos de narrar e suas ramificações e implicações possam variar conforme as transformações de cada época.

Dentre tantas possibilidades narrativas, uma delas é as narrativas autobiográficas dos considerados diferentes. Como apresentarei mais adiante, as narrativas desses sujeitos são demonstrações das dificuldades e dos problemas enfrentados por quem vive em uma condição de deficiência visual, por exemplo. Nesses casos, as histórias são sempre as de inúmeros obstáculos atitudinais e arquitetônicos, bem como de frustrações e sensações de desencaixe com o mundo.

Mas, para não dizer que não falam de flores, esses narradores vão bengalando e contando como superaram as dificuldades até alcançarem o que pode ser considerado sucesso. Eles podem ser caracterizados como sujeitos que vivenciaram situações de exclusão e que conseguiram fazer de suas vidas exemplos de como é possível vencer “apesar de tudo”. Talvez essa seja uma das principais razões pelas quais o mercado editorial e grande parte dos consumidores em geral se interessa cada vez mais por essas histórias.

Todavia, existem outras implicações que advém desses processos, que são os estabelecimentos de laços identitários de modo que também se constituem como marcas de identificação, sobre as quais tratarei mais adiante e que faz parte do cerne da temática dessa tese. Entretanto, nesse momento é preciso debater sobre como emergiram e quais as nuances existentes nessas narrativas de sujeitos que falam sobre si mesmos e, principalmente, sobre suas diferenças.

Falar de histórias de vida e de como elas são narradas é também falar sobre a própria existência dos sujeitos, e dessa forma, podem ser consumidas e exibidas. Assim:

Toda existência humana é uma vida em busca de narrativa. Isto, não porque não apenas se empenha em descobrir um padrão com o qual lidar com a experiência do caos e da confusão, mas, também, porque

cada vida humana é quase sempre implicitamente uma história. [...] Em síntese, nossa existência já segue de algum modo um enredo prévio, antes mesmo que conscientemente busquemos uma narrativa na qual reinscrever nossa vida como história de vida. (KEARNEY, 2012, p. 412)

O modo como cada sujeito subjetiva seu “eu” pode variar, sendo que uma das técnicas para que esse processo seja efetivado são as narrativas. Assim, as narrativas de si não pertencem apenas ao interlocutor, são também uma obra coletiva, na medida em que expressa os discursos e ideias circulantes em um determinado tempo e espaço (ARFUCH, 2010, p. 101), estabelecendo identidades e diferenças; afinal, que técnicas são essas através das quais os sujeitos abrem as portas de seus eus?

Antes de narrar-se o sujeito precisa conhecer-se. Há alguns milênios o aforismo da antiguidade: conhece-te a ti mesmo, já nos deixava essa tarefa muito clara. Desde então, é preciso conhecer-se e expor-se para conduzir e dizer sempre a verdade sobre o outro e sobre si. Ainda, de acordo com Foucault: “Essa obrigação do sujeito de falar sobre si mesmo jamais cessou na cultura cristã e provavelmente nas sociedades ocidentais: nós somos obrigados a falar de nós mesmos para dizer a verdade” (2011, p. 184).

Essa verdade que construímos ao falar sobre nós mesmos, ajuda a esculpir um histórico discursivo e por isso mesmo de experiências que outros indivíduos podem – ou devem – adquirir. Nossas experiências formam-se a partir de nossa relação com o mundo e com os outros, e tem também como objetivo promover uma reflexão sobre aquilo que nos acontece ou que se passa com o outro, mas que queremos – ou não – que suceda conosco.

A experiência de si é também uma maneira de julgar-se e, mais do que isso, de expor publicamente esses juízos que tem de si e de sua relação com o mundo. Por isso mesmo, é uma ação de controle sobre o eu e sobre o outro que tem na identidade um importante instrumento para expansão, seja uma identificação do sujeito consigo ou de um outro com ele (LARROSA, 1999, p. 85).

Assim, narrar e contar histórias sobre si mesmo, pode ser considerada uma forma de confissão das ações do “eu”, mas também é um instrumento que atua no sentido de fazer com que o outro faça o mesmo. Há provocações para que outrem se confesse, expresse as experiências de si e – se for o caso - estabeleça laços identitários com outros sujeitos, e mais precisamente, com outros grupos.

Quando escrevemos sobre nossas vidas, é perceptível certa sensação de deslocamento. Pensarmos sobre nossas práticas e até sentirmos algum estranhamento, tendo como resultante sempre algo que nos satisfaz e nos incomoda. Algo que permanece em suspenso e em tensão com os acontecimentos futuros. Assim, para Vilaronga (2010, p. 26):

Às vezes torna-me a nítida sensação de estar saindo de mim, para contar a história de um personagem outro. Quando termino de escrever cada trecho, percebo o quanto de mim compõe esse singelo escrito. [...] Como é bom poder visitar-me, como é bom conhecer a planta do projeto futuro de mim. Projeto sujeito, a todo momento, as alterações que vão formando os traços de minha existência.

Escrever sobre si mesmo gera uma sensação de alívio como quem confessa algo e “tira dos ombros” um fardo, e a – quase – ilusão de que se tornará perene pelas histórias que deixam registradas. Tão importante como contar é ter quem ouça o que é contado, que leia o que é escrito. E, mais do que ter alguém que consuma, é necessário enlaçar a sua vida com a de outros, promover identificações de sua vida com a de outrem. Tudo isso, de tal modo que seja tão interessante que se diferencie da maioria, e que não seja tão distante das demais histórias, para que exista um grande número de sujeitos que se identifiquem com aquilo que conta o narrador.

As possibilidades que os meios tecnológicos nos apresentam para a ampliação do “faça você mesmo” em termos de cada um poder fazer seu próprio diário eletrônico – blogs, por exemplo – permitem que mais e mais tenhamos indivíduos contando suas histórias. Às vezes se pode crer que haja uma “saturação” com o advento de tantos narradores (há quem diga que existe mais gente contando do que lendo histórias), porém, há usuários que de um modo ou outro leem, “curtem” e “compartilham” daquilo que se escreve por um ou outro narrador. Seja como for, sempre haverá alguém interessado em conhecer e se identificar com outros “eus” (KEARNEY, 2012, p. 427)

As narrativas autobiográficas têm adquirido muita popularidade nos mais diferentes gêneros. Desde os Reality Shows, passando pelos programas e revistas especializadas em entrevistas até a produção do mercado editorial, cada vez maior de biografias e autobiografias, que vendem mais e mais a cada ano. Basta ser frequentador assíduo de livrarias ou de sites que comercializam livros para verificar que esse gênero tem crescido muito, seja retratando pessoas famosas ou ilustres desconhecidos que tenham “boas histórias - e de sucesso - para contar”, como é o

caso de pessoas com deficiência visual que contam como “superaram suas dificuldades”

Mais do que “exemplos de vida”, o narrador – ainda mais se viver em uma condição tida como diferente – estabelece um pacto de identificação com seus leitores, por mais diferentes que sejam deles. Essa história de vida singular daquele que a relata, acaba sendo também um modo de dar dimensão universal a narrativas tão particulares. Diante de tudo isso, pode-se dizer que as autobiografias não pertencem apenas a quem a escreveu, mas também a quem as consome (ARFUCH, 2006, p. 112)

A maioria das narrativas escritas autobiográficas está em prosa, já que pode facilitar um pouco mais a compreensão e o diálogo direto com o leitor. Todavia, existem também as histórias de si contadas em poesia, como é o caso de uma das obras que irei analisar “Elogio da Sombra”, onde Borges narra em seus poemas as formas diferentes de perceber o mundo à medida que perdia a visão. O próprio autor disse que essa obra se deve justamente ao fato de ter ficado cego, colocando a mesma na ordem do que lhe passou de positivo por se tornar cego (BORGES, 2009, p. 149). Do mesmo modo, há alguns outros materiais que analisarei que estão escritos em versos, o que é interessante do ponto de vista das variedades de gêneros usados para narrar a si mesmo.

Aquele que conta a história de sua vida – ou parte dela - é um sujeito que existe de fato. Ainda que se possa debater sobre o personagem biografado como sendo construído pelo narrador, ele de fato foi ou é alguém de carne e osso, que vive nesse mundo assim como cada um de nós. Não sendo um personagem ficcional a priori também é um fator de identificação para o leitor.

Os sujeitos que contam suas vidas o fazem de acordo com seus próprios pontos de vista, é ele quem edita a sua existência e escolhe o que deve ser dito, o que deve ser calado, e o que é lembrado depende muito das memórias e do direcionamento que o indivíduo dá para os fatos que se passaram com ele. Um escritor que constrói seu “eu” para ser exibido, inclusive para si mesmo, tendo também o objetivo de ultrapassar as fronteiras de suas identidades, de sua própria existência (ARFUCH, 2010, p. 54-55).

Dessa forma, são muitas as intencionalidades existentes na emergência das narrativas autobiográficas. Constitui-se a busca pela verdade de si próprio e do mundo, o desejo de efervescência das identificações e, principalmente, a aliança entre

essas duas perspectivas. Por isso, no que Arfuch chama de “espaço biográfico”, estão em jogo, dentre tantas coisas:

Um verdadeiro mapa da adequação sentimental (os “bons” e os “maus” sentimentos), terapêutica do corpo, da alma e da sexualidade, autoajudas, identificações, ritos, mitos, emblemas, valorações, infrações... Variantes modelizadoras infinitas que alimentam a ordem social. Narrativas que desenham essa tensão entre o destino – e acaso – e decisão, sem dúvida o dilema de toda existência aportando um saber que é também uma forma exemplificadora; quanto ao próprio caráter de protagonista (2010, p. 342).

Quando cito uma ou mais vezes determinado autor em uma pesquisa, não significa que eu esteja plenamente filiado ao seu pensamento, pois o que eu e outros tantos investigadores fazemos é um uso interessado de determinada ideia. Mesmo que eu considere uma reflexão em uma direção diferente daquela que sigo, creio que seja importante trazê-la ao debate, assim o faço. Isso significa que de algum modo fui subjetivado por aquilo que escreveu o narrador/cientista. Quero dizer com isso, que não acho prudente dizer que um sujeito que consome uma narrativa irá se filiar a ela sempre por completo e sem reflexão diante da subjetividade.

Poderia dizer infinitas coisas sobre essa questão, mas bengalar para adiante é preciso; pretendo continuar tateando meu problema de pesquisa, usando lentes que se não me ajudam a enxergar mais, me permitem ver melhor. Vou construindo minha tese vagorosamente, como quem tenta prolongar o prazer de continuar escrevendo e refletindo aos poucos, pois como Clarice Lispector nos mostrou em *Felicidade Clandestina* (LISPECTOR, 1991, p. 18), às vezes a felicidade e a beleza das coisas podem estar no ato de ir adiando seu fenecer, fazendo de cada instante o deleite das pequenas descobertas, trajetórias e sensações.

No próximo capítulo pretendo debater sobre como o neoliberalismo e os processos de incentivo ao consumo dos grupos considerados minoritários, consolidam mercados fomentando identidades. Diante disso, as políticas de acessibilidade e inclusão podem ser alguns dos mecanismos mais potentes para a efetivação desse consumo. E, por isso, também atuam como condições de possibilidade para a emergência das marcas de identificação e das produções culturais das pessoas com deficiência visual.

3. CONDIÇÕES QUE POSSIBILITARAM A EMERGÊNCIA DAS MARCAS DE IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A gente não quer só comida,
A gente quer comida, diversão e arte.
A gente não quer só comida,
A gente quer saída para qualquer parte.
(*Titãs - Comida*)

Gosto de começar algum artigo ou capítulo com epígrafes relacionadas à literatura ou à música, pois entendo que esses pingos de arte ajudam a dar um frescor artístico ao leitor e estimulá-lo a continuar na leitura. Porém, creio que não se pode escolher qualquer excerto, e esse trecho da canção *Comida*, do grupo de rock *Titãs*, aproxima-se do que pretendo apresentar.

Meu objetivo nesse capítulo consiste em investigar as condições que possibilitaram aos sujeitos com deficiência uma maior inserção sociocultural, proporcionando os meios para que constituam suas marcas de identificação grupal e reivindiquem o direito à diferença. Portanto, mais do que comida e água, esses grupos reivindicam direito à acessibilidade e ao acolhimento de suas especificidades.

Para isso, retorno um pouco ao capítulo anterior, no qual a cultura é tomada como um recurso e como um direito dos grupos minoritários, trazendo para o debate algumas das condições que possibilitaram esses processos. Não tenho a pretensão de afirmar que tais condições sejam as únicas ou as mais relevantes. Porém, creio que sejam muito importantes para continuar respondendo ao problema de pesquisa: *Como a reivindicação da identidade através da cultura proporciona a construção de marcas de identificação das pessoas com deficiência visual?*

Para isso, entendo que seja necessário analisar como o neoliberalismo e suas diretrizes que determinam a constituição de novos mercados, proporcionaram um aumento no consumo por parte dos grupos considerados minoritários, logo, também das pessoas com deficiência visual.

Foram empreendidas estratégias, como as ações afirmativas e a implantação dos recursos e produtos com acessibilidade a esses públicos. Isso permitiu os

processos de identificação pelo consumo e pela circulação das produções culturais e do acesso e presença de pessoas com deficiência visual em ambientes culturais. Tais situações atuam como condições que possibilitam a emergência, consumo e circulação das marcas culturais dos sujeitos com deficiência visual.

3.1 O NEOLIBERALISMO E A AMPLIAÇÃO DOS MERCADOS: CONSUMINDO E PRODUZINDO IDENTIDADES

Antes de me embrenhar no tema propriamente dito, é preciso fazer um esclarecimento prévio sobre o uso da palavra neoliberalismo. Seu uso mais comum remete a uma noção vinculada às Ciências Sociais, e aos diversos pensadores que defendem a chamada economia de mercado, tais como Milton Friedman e George Stigler, por exemplo⁹.

De acordo com essa perspectiva, neoliberalismo significa (de modo bem sintético) a ampliação cada vez maior dos mercados aliados à intervenção cada vez menor do Estado. Promove a liberdade econômica e de empreendedorismo dos indivíduos, que cada vez mais são responsáveis por suas ações e por seu sucesso.

Desenvolve-se a ideia do sujeito como empresário de si mesmo, em que se deve investir na formação e nas competências que pode ter para atingir os seus objetivos. Nessa perspectiva, convencionou-se chamar essas práticas de Teoria do Capital Humano, no qual cada um é responsável pelo seu fracasso ou pelo seu sucesso, já que são dadas as condições de participação e inclusão social (COSTA, 2009, p. 178). Todos os sujeitos precisam ter as habilidades para continuamente qualificar e agregar competências. Trata-se uma visão panorâmica sobre essa forma de pensar, mas que fornece algumas pistas sobre como continuar caminhando.

Contudo, Michel Foucault usa o mesmo termo para estabelecer uma noção diferente de neoliberalismo, daquela que mencionei anteriormente. Para ele, o neoliberalismo não se configura como uma nova proposta econômica, mas um alargamento do liberalismo. Assim como, não se trata apenas de algo que se encerra no patamar do mercado, mas de uma racionalidade que penetra em todas as relações sociais, na qual se intensificam as conduções das condutas dos sujeitos, que se voltam cada vez mais para si mesmos.

⁹ Meu objetivo é contextualizar o conceito de neoliberalismo estudado pelas diferentes escolas das ciências sociais e econômicas, como a Escola de Chicago, Escola Austriaca e a Public Choice. Porém, não irei debater sobre as especificidades dessas escolas, pois entendo que não seja o foco da pesquisa.

Além disso, haveria não uma supressão, mas um aumento do controle do Estado sobre os sujeitos. Portanto, pretendo não fincar raízes em nenhuma das formas de pensar a noção de neoliberalismo, mas, devo já declinar meu apreço pelo modo como Foucault trabalha com a questão, ao menos para os caminhos dessa pesquisa.

Mais do que uma corrente econômica, o neoliberalismo corresponde a formas de vida, nas quais os sujeitos são conduzidos a determinadas condutas de acordo com as necessidades dos mercados, através da estratégia de que os indivíduos se voltem para si mesmos, em processos de autorreflexão e de autoconhecimento, por exemplo.

Eis uma das diferenças fundamentais entre as duas formas de se entender o neoliberalismo: para grande parte das Ciências Sociais, o neoliberalismo se configura diminuição do poder do Estado e do controle sobre os indivíduos, enquanto que para Foucault, a questão é bem diferente. O Estado amplia sua atuação, na medida em que se governa mais. Aqueles outrora à margem da sociedade, passam a ter garantidas suas condições de participação social - ainda que em diferentes níveis. De acordo com Foucault (2008, p. 355):

No horizonte disso, na imagem, na ideia, ou no tema – programa de uma sociedade na qual haveria a otimização dos sistemas de diferença, em que o terreno ficaria livre para os processos oscilatórios, em que haveria uma tolerância concedida aos indivíduos e às próprias práticas minoritárias, na qual haveria mais uma ação sobre os jogadores do que sobre as regras do jogo.

Pessoas com deficiência e outros grupos considerados socialmente minoritários passaram a receber mais atenção durante a segunda metade do século XX. Diversas ações foram tomadas no sentido de prover mais do que sua subsistência, como a garantia de educação – ainda que nas escolas especiais – e de alguns direitos relacionados à saúde e aos direitos culturais como já debatidos anteriormente.

Para que essas políticas neoliberais sejam efetivadas, uma série de estratégias se fazem necessárias, como as políticas assistenciais e de inclusão de sujeitos com deficiência na escola e no mercado de trabalho. Mais do que isso, é preciso que cada um deseje continuamente participando dos processos socioeconômicos, o que para ser atingido requer várias ações em diferentes esferas sociais (LOPES, 2009 p. 110).

Esse espaço que foi sendo aberto para a participação social começou a tornar possível a reivindicação de direitos que não eram considerados como legítimos aos sujeitos com deficiência. Ao mesmo tempo, é preciso que os sujeitos continuem desejando participar. Essa é uma tarefa que exige a elaboração de algumas estratégias, tais como a inclusão escolar, as reservas de vagas, entre outras, em que as pessoas com deficiência possam fazer com que a roda do mercado continue girando.

Essa questão me faz pensar que isso possa ter relação com algumas funções profissionais a que a maioria dos sujeitos com deficiência visual acabam sendo destinados, seja como massoterapeutas, telefonistas, músicos, e outras atribuições que se acredita que alguém cego ou com baixa visão faria melhor. Nesse sentido, Baierle afirma que:

Muitas vezes somos subestimados em nossas capacidades pessoais, profissionais e intelectuais simplesmente por termos uma deficiência física. Infelizmente isso ainda é algo distante da compreensão das empresas, dos órgãos públicos e da sociedade em geral. O que eu e tantas outras pessoas com deficiência defendemos é simplesmente oportunidades iguais, com as devidas condições de trabalho que necessitamos. Precisamos de oportunidades e espaço para mostrar aquilo que somos capazes de fazer. (<http://tresgotinhas.com.br/sobre-calcadas-e-mentes-deterioradas/> acessado em 2/10/2012)

Outra manifestação interessante pode ser encontrada na obra de Martinez (2011, p. 72) em que relata ter recusado uma excelente oferta de emprego em um banco multinacional:

A primeira oferta foi para que eu trabalhasse no suporte às agências, mas o trabalho deveria ser executado por telefone. Essa é uma associação fatal: pessoas com deficiência visual são sempre encaminhadas para trabalhar com telefone. Recusei. Expliquei que realmente queria aceitar o desafio, mas gostaria de trabalhar com algo mais dinâmico e desafiador.

Há sistema de reservas de vagas na educação e no mercado de trabalho, garantidos pelas leis nº 12.711/12, lei nº 8.213/91 e decreto 7.824/12 que garantem a reserva de vagas nos concursos públicos, nas empresas privadas e na Educação Superior para as pessoas com deficiência. No entanto, na maioria das vezes elas não condizem com as expectativas ou com as potencialidades daqueles que as ocupam, conforme foi possível verificar nos excertos anteriores. Ou seja, a participação é

assegurada legalmente, mas dentro de um determinado enquadramento. Apesar disso, existem as exceções, onde pessoas cegas e com baixa visão ocupam cargos de liderança e/ou de projeção social como magistrados, acadêmicos, atores e escritores.

Por outro lado, um dos fatores que fazem com que os sujeitos desejem participar desse jogo são os processos de identificação que o mercado executa para incentivar o consumo; por exemplo, mostrar que “apesar” da deficiência todas as pessoas podem alcançar o sucesso sejam quais forem as dificuldades. Para tanto, são apontados indivíduos que pertencem a esse grupo e que ocupam esses postos, mas muitas vezes a “força de vontade” é apontada como o principal motivo para o êxito do sujeito. Assim, existe o estímulo para que ocorra identificação dos outros para com ele, já que serve como “exemplo” para os demais.

O mercado é parte importante no que tange aos processos de produção e consumo das identidades, que entre tantas formas de construção, tem na cultura um de seus principais pilares. Por isso mesmo, além da consolidação de direitos, a inclusão escolar incentiva o acesso a produtos culturais por pessoas com deficiência visual. Então, mais do que não excluir, é preciso fomentar o desejo de estar incluído.

Preciso fazer uma ressalva, quando trato de inclusão e de exclusão, nesse caso, não estou dizendo que uma é boa e outra é má, ou que possam ser pensadas separadamente. Isso porque, nos processos de inclusão ocorrem inúmeras exclusões de diversas ordens. Estar incluído na escola, por exemplo, não significa que os sujeitos tenham suas particularidades contempladas nesse espaço, o que provoca sua exclusão. E por isso mesmo, podemos nos referir a esses processos como *in/exclusão* (LOPES, 2007)

Não pretendo dizer, com isso, que esse controle seja tão intenso que não haja condições de rompê-lo ou de lhe provocar fissuras. Afinal, como questiona Costa (2009b, p. 214): “*de que vale a inclusão se ela não constituir ao mesmo tempo um ato de resistência?*” O que também pretendo demonstrar mais adiante é que esses espaços abertos pela política econômica neoliberal, mais precisamente pela sua necessidade de constituir novos mercados e sujeitos, configuram-se como importantes possibilidades de marcar identidades e diferenças, resistindo aos processos de normalização, por exemplo. Muitas das ações de resistência e contraconduta dos grupos minoritários talvez estejam previstas pelos mercados. Estes

por sua vez, utilizam-se desses mecanismos para se reconfigurarem e incorporarem essas lutas também como um produto.

Uma das estratégias mais sofisticadas e eficazes de controle da diferença e de convencimento da necessidade de inserção social dos indivíduos é o que alguns pesquisadores chamam de imperativo da inclusão – tema que apresenta amplas possibilidades de análises e discussões.

Quando se fala em inclusão, ela está geralmente associada aos processos e recursos escolares que visam integrar as pessoas com deficiência ou com algum tipo de necessidade específica à escola. É um processo ininterrupto e que nos atravessa das mais diversas formas, mais ainda na contemporaneidade em que os meios de comunicação e disseminação da informação permitem aos mercados, Estados e grupos sociais educarem para além das fronteiras escolares.

É necessário mencionar também que as representações do que se denominou como ‘politicamente correto’, constituem-se herança das lutas pelos direitos das pessoas com deficiências e ações afirmativas nos Estados Unidos. Através desses discursos, criaram-se as condições para que a inclusão ultrapassasse os campos da educação e tomasse conta de uma parcela considerável do comportamento e das ações sociais. Afinal, promover ações de inclusão e acessibilidade passaram a ser bem vistas aos olhos da sociedade.

É preciso problematizar se o ‘politicamente correto’ não se trata de uma série de eufemismos que apenas modificam as formas de exposição dos preconceitos, ou se corresponde a uma constituição de direitos, ou ainda, se é constituído um híbrido entre ambos. Como não me arvorar a adentrar nesse campo minado, vou refletindo que diante desse cenário que se apresentou desde a década de 1960, gradualmente a inclusão vem adquirindo seu espaço na agenda social, tornando-se bem mais do que meramente uma questão pontual, mas algo indispensável e inquestionável.

Assim, a inclusão torna-se um imperativo através do qual:

Coloca-se esse outro sob um mesmo espaço para conhecê-lo, vigiá-lo e garantindo que esse outro continuará sendo outro. [...] É pelo fato de colocar ordem no que outrora se considerava caos que a inclusão se tornou um imperativo, necessário, bom e correto em si mesmo. Por isso, é tida como algo natural, não mais uma invenção. A necessidade de inclusão se daria desde sempre, nos cabe fazer as políticas públicas para sua efetivação. Sendo assim, é de fato um imperativo, até tido como universal (VEIGA-NETO, 2008, p. 15).

Existem ainda muitas discussões que se estabelecem em torno do binarismo de ser contra ou a favor dos processos de inclusão - que como mencionei anteriormente, não é meu enfoque – o que já não parece ser mais tão frutífero. Isso porque, diante de mais de uma década de investimentos por parte do Estado brasileiro, ela já é algo dado e que não é mais tido como questionável. Entendo que o importante é pensar em como se pode produzir outras formas de condução das condutas¹⁰ a partir desse imperativo da inclusão..

Ao contrário de remar contra a maré, interessa tentar encontrar uma forma de seguir no curso que estamos rumando. E, ao mesmo tempo, questionarmo-nos sobre as possibilidades de encontrar outros caminhos que nos levem a um terreno diferente. Isso significa agir no sentido de refletir sobre as formas de resistência e contraconduta que nos permitam poder optar por fazer da inclusão algo diferente do que é atualmente, ou não.

Em geral, o imperativo da inclusão configura-se como algo que já faz parte de quase toda a sociedade, seja pelos direitos culturais, pelo acesso à escola ou ao mercado de trabalho, ou, seja pelo patamar em que as reivindicações em seu favor são empreendidas. É difícil encontrar nos discursos atuais alguém que se oponha à inclusão, pois, os modelos ainda podem ser questionados por muitos grupos ou indivíduos, mas seu mérito permanece quase plenamente preservado. Então, por mais que se apontem as dificuldades e as limitações que se possa ter como desconhecimento, falta de recursos ou outras impossibilidades, a inclusão é um caminho praticamente sem volta, muito embora ainda seja difícil apontar para que direção estamos rumando.

Nesse sentido, o imperativo da inclusão é uma condição de possibilidade para que os mercados de uma forma ou de outra, se voltem para os grupos das pessoas com deficiência. Esse imperativo, promove a emergência de recursos de acessibilidade e de produtos culturais produzidos para e por pessoas com deficiência visual. Por sua vez, essa constituição de mercado alavanca o consumo e a circulação de produtos culturais, que podem constituir e problematizar a exposição e disseminação das marcas de identificação das pessoas cegas e com baixa visão.

¹⁰ A condução de condutas, explicada muito grosseiramente, significa a ação empreendida para que os sujeitos ajam de acordo como se quer que eles atuem. Mais do que isso, cada indivíduo precisa crer que está se auto-gerindo e não sendo conduzido a pensar como pensa.

É evidente que o imperativo da inclusão não se limita apenas a questões culturais ou relacionadas com a escolarização das pessoas com deficiência. Para ser menos específico, esse imperativo se ocupa de todos os sujeitos que estão em condições consideradas desfavorecidas do ponto de vista social e/ou econômico. Visa minimizar a pobreza de indivíduos que vivem em condições de miserabilidade, por exemplo. Existe assim, a intenção de gerenciar os riscos dessas populações consideradas minoritárias, e, para tanto são necessárias uma série de medidas para efetuar tais políticas. Assim, de acordo com Lopes (2009, p. 128-129):

Os provimentos por parte do Estado das condições de saúde, ou de educação, bem como os provimentos das condições de consumo, não estão na contramão das políticas de mercado. Tais provimentos funcionam como condições de possibilidade para o estabelecimento, a geração e a sustentabilidade do mercado. Se cabe ao Estado prover condições mínimas de vida, cabe ao mercado lançar produtos acessíveis para todos.

Para a manutenção incontestável desse imperativo colocam-se em operação uma série de discursos que circulam nas produções editoriais e nos meios midiáticos de se relatar as histórias de vida dos sujeitos com deficiência. Estes, passam a ser exemplos de superação, algo muito comum de ser encontrado nas narrativas das pessoas consideradas diferentes.

Antecipando, o que gostaria de ressaltar aqui, é que ao se difundir uma ideia de que os sujeitos com deficiência se superam e alcançam o sucesso, há dois aspectos vinculados a esses discursos. O primeiro é que a inclusão proporciona as condições para que os sujeitos atinjam o sucesso, e por isso, o fracasso passa a ser responsabilidade do indivíduo. Segundo, esse sucesso pessoal pode ser entendido como uma “prestação de contas” dos valores investidos nos processos de inclusão.

Ainda assim, tentando agir como Ulisses e não me deixando levar pelo belo canto das sereias, coloco-me em uma posição de desconfiança diante dessa situação. Isso porque, os casos relatados de pessoas com deficiência que são bem-sucedidas ainda são reduzidos se comparados àqueles que continuam com dificuldades para obterem sucesso em suas vidas. Apesar disso, as exceções são tomadas como regra (MIANES, 2011, p. 104). Por isso mesmo, creio que esse discurso de superação muitas vezes seja utilizado mais como um meio de “provar” o sucesso das políticas de inclusão, do que reverenciar o sucesso de seu público-alvo.

Por outro lado, a questão da superação e das histórias de vida bem-sucedidas de pessoas com deficiência visual proporcionam uma grande potencialidade aos processos de identificação e consumo das identidades das pessoas com cegueira e/ou baixa visão, as quais valorizam algumas marcas e características a serem consumidas por aqueles que desejarem assumi-las – ainda que não em definitivo. Isso se torna importante à medida que para se constituir um mercado é necessário encontrar formas de fazer com que um grupo consuma, e a identificação é um artifício muito utilizado. Assim, o imperativo da inclusão lança mão de diversas estratégias para levar adiante seu projeto de trazer a todos para a participação no jogo do consumo..

Quando uso o termo mercado, refiro-me a constituição de nichos específicos de consumo, bem como de uma esfera econômica e social através da qual se estabelecem as relações de consumo. Por isso mesmo, creio que os mercados não sejam constituídos apenas por aqueles que produzem, ou por aqueles que consomem, mas sim, pela intensa relação que existe entre produtor e consumidor, que na maioria das vezes são posições que podem até se confundir.

Os processos de produção e consumo estão de certa forma ligados, na medida em que se consome aquilo que é produzido, que por sua vez, só é efetuado caso haja uma quantidade mínima de consumidores que justifiquem a produção. Isso significa que na maioria das vezes é preciso haver uma relação horizontal entre esses processos para que os mercados se constituam. Um dos instrumentos mais fecundos para promover o consumo são os produtos que provocam uma sensação de identificação nos consumidores.

No caso dos produtos culturais voltados à acessibilidade e inclusão, tornam-se cada vez mais proeminentes as participações de sujeitos com deficiência como autor. Ou ainda, que sejam produzidos com recursos de acessibilidade – como é o caso da audiodescrição – que permitam a esses sujeitos consumirem-nos tendo em conta suas diferenças/limitação sensorial. Com isso, pretendo afirmar que as questões relacionadas à identificação de um grupo de consumidores com produtos consumidos por esses grupos, necessitam cada vez mais adequar-se aos desejos e especificidades desses públicos.

Não se pode negar que ainda exista uma grande resistência por determinada parcela dos produtores artísticos, dos projetos culturais e das empresas que os financiam em direcionar verbas para a questão a acessibilidade, ainda considerada

como algo supérfluo por muitos. Essa é uma afirmação mais de vivência do que propriamente científica, dado que como audiodescritor também percebo as dificuldades que encontramos para sensibilizar os produtores culturais no sentido de que a acessibilidade na cultura não é um acessório, mas uma ampliação de mercado, um respeito às peculiaridades do público consumidor, que poderia ser multiplicado com a inserção dos recursos acessíveis nos projetos culturais.

Como a inclusão tem feito parte das chamadas “agendas positivas” dos Estados e dos órgãos financiadores da cultura, talvez essa resistência aos recursos de acessibilidade aos produtos para pessoas com deficiência, possa estar mais ligada à não-percepção ou desconhecimento do potencial mercadológico que esse grupo de pessoas representam.

Logo, a inclusão como um imperativo, permite aos sujeitos com deficiência evocar a necessidade de prover acessibilidade nos diversos produtos e ambientes culturais, e, mais que isso, a obrigatoriedade – já que existem leis sobre o tema. Isso significa, dentre tantas coisas, que esses sujeitos têm a possibilidade e o poder de exigir que de algum modo tenham acesso e possam consumir. E, assim, se por um lado existem certas resistências, por outro, há uma série de elementos que reforçam a ideia da necessidade dessa implementação.

Além disso, diante dos argumentos até aqui apresentados, um produto que lança mão de um ou mais recursos que possibilitem o consumo de pessoas com deficiência apropria-se do argumento de respeito à diferença e da constituição de novos mercados como uma das formas de divulgar a obra. Ainda nesse sentido, embora minha opinião seja discordante quanto ao chamado “politicamente correto”, devo reconhecer que seu poder midiático auxilia para ajudar a divulgar produções que possuam recursos de acessibilidade. Afinal, isso ainda é tido como uma benesse e não como um direito constituído. Ainda assim, o argumento do respeito à diferença e o da constituição de novos e vindouros mercados tem sido muito importantes para formar e ampliar a quantidade de consumidores culturais com deficiência.

Os processos de identificação através do consumo embora talvez não sejam tão recentes assim, têm tomado uma direção no sentido de que o consumidor deseja ver pelo menos algumas de suas marcas identitárias presentes nos produtos consumidos. Esse processo, por exemplo, pode se dar por meio de um personagem de novela cego, ou por um filme ou obra literária que traga a questão da deficiência

visual. Isso se intensifica se tivermos sujeitos que pertencem a esse grupo – ou imaginamos que pertençam – falando sobre si, suas vivências e experiências de vida.

Portanto, meu objetivo nessa seção foi analisar como a inclusão também possibilita a constituição de mercados voltados ao consumo dos sujeitos considerados diferentes. Esses grupos minoritários promovem muitos de seus processos de identificação por meio do consumo dos produtos que tenham recursos de acessibilidade e/ou que tenham sujeitos com deficiência envolvidos nos projetos, seja como autores, produtores ou o objeto da produção cultural. Assim, a seguir procurarei analisar algumas questões sobre as relações entre acessibilidade e consumo, tomando como exemplo o recurso da audiodescrição.

3.2 CONSUMO E ACESSIBILIDADE: CONDIÇÕES QUE POSSIBILITAM A CONSTRUÇÃO DAS MARCAS DE IDENTIFICAÇÃO

Creio que seja interessante recordar que até meados do século XX, muitos grupos tidos como minoritários tinham acesso muito limitado ao consumo de bens culturais. Nesse mesmo período, as pessoas com deficiência ainda permaneciam quase que isoladas do convívio social, pois as ações afirmativas ainda eram muito incipientes e esses sujeitos ficavam segregados à escolas especiais ou instituições específicas para “tratamentos” médicos e de reabilitação de sua deficiência. Logo, não constituíam um mercado em potencial por não terem acesso ao consumo. Quando essa prática começou a mudar, as pessoas com deficiência passam, gradualmente, a ter possibilidades de consumir.

Por outro lado, é preciso ressaltar que nessa moeda polifacetada, ao mesmo tempo em que os sujeitos com deficiência passam a consumir por meio dos recursos de acessibilidade, eles tornam-se também mercadorias a serem consumidas. Estão “na moda” a produção e a circulação de artefatos artísticos com acessibilidade, e muito pelo fato de ser possível explorar o politicamente correto e fazer uma certa espetacularização da diferença ao demonstrar que o produto exposto é acessível a todos e por isso mesmo, é merecedor de simpatia.

Confesso que até pouco tempo atrás essa exploração e espetacularização midiática da diferença, usando a deficiência do sujeito como propaganda para determinados produtos, me incomodava bastante. Porém, comecei a notar que esse espaço que se abre para a divulgação dos recursos de acessibilidade e dos diversos produtos que o utilizam são fundamentais para constituir um grupo de consumidores

que talvez não tenham conhecimento dessas possibilidades, ou que essa forma de propaganda torna-se um trunfo para que possamos reivindicar mais e mais produtos com acessibilidade.

Permito-me contar-lhes um exemplo marcante para essa percepção. No 40º Festival de Cinema de Gramado, foi realizada pela segunda vez a audiodescrição de um filme concorrente na mostra competitiva, nesse caso, da obra *Colegas – O filme*¹¹, feito pela Tagarellas Audiodescrição, na qual também atuei como audiodescritor, na função de consultor com deficiência visual. Através de uma divulgação em blogs e jornais brasileiros, conseguimos mobilizar quase cinquenta pessoas com deficiência visual para comparecer e usufruir da audiodescrição.

A imprensa e a organização do festival deram pouco destaque ao fato no dia da exibição do filme, isso até o momento em que diversas pessoas com deficiência visual desceram de um ônibus e começaram a adentrar no Palácio dos Festivais, local do evento. Aquele grupo de bengalantes chegando ao mesmo tempo chamou a atenção de todos os fotógrafos que ali estavam. Após, começamos a ser procurados pela imprensa, pela organização do festival e até pelos atores e cineastas presentes. A partir de então, foi intensamente divulgada a notícia de que acontecera uma sessão de cinema com audiodescrição em um importante festival da sétima arte.

Resultado disso, os organizadores do evento e muitos produtores culturais da área audiovisual se interessaram pela audiodescrição, propuseram parcerias e ficaram surpresos com a repercussão que o uso desse recurso pode proporcionar. Creio que isso seja uma espécie de espetacularização, e transformação da diferença em mercadoria, mas, ao mesmo tempo, a audiodescrição teve uma grande projeção e a divulgação da necessidade do recurso ficou muito evidente. Portanto, creio que ao contrário de negar-se a participar dessa espetacularização e mercantilização da diferença, podemos subvertê-la de modo que favoreça a reivindicação identitária e das marcas culturais, como por exemplo, encontrar-se no cinema e assistir a um filme com audiodescrição, por exemplo.

No que tange ao consumo, a acessibilidade é um importante instrumento que possibilita aos sujeitos com deficiência usufruírem tanto dos ambientes quanto dos

¹¹ *Colegas – O filme* (2011), é dirigido por Marcelo Galvão, conta a história de três jovens com Síndrome de Down: Aninha (Rita Pokk), Stallone (Ariel Goldemberg) e Márcio (Breno Viola), fogem de um instituto em que viviam, para realizarem seus sonhos. Importante ressaltar que a obra é uma comédia, e um dos grandes méritos é o fato de ridicularizar o preconceito e os estereótipos em torno da deficiência. Em 2012, essa obra recebeu o prêmio de Melhor Filme do Festival de Cinema de Gramado.

bens culturais de acordo com as suas particularidades. É a disponibilização dos recursos acessíveis que proporciona aos sujeitos com deficiência muitas das condições para que essas pessoas se tornem consumidoras dos produtos culturais, e ao mesmo tempo estabeleçam relações de identificação com aquilo que estão consumindo. Além disso, a acessibilidade promove uma maior circulação dos sujeitos com deficiência nos mais diversos ambientes, bem como facilita a circulação dos produtos culturais que sem tais recursos dificilmente seriam consumidos por esse grupo.

Como pesquisador e – principalmente – como consumidor de recursos acessíveis, entendo que é inequívoca a imensidão de possibilidades e de autonomia que a acessibilidade pode prover tanto no consumo quanto na vida cotidiana. Uma das principais estratégias para pôr em prática a inserção social das pessoas com deficiência na Europa e nos Estados Unidos, desde meados dos anos 1960, foram as leis que estabeleceram direitos de acesso e consumo aos bens culturais por parte desses indivíduos. Atualmente, já é comum os ambientes serem acessíveis em quase todos os locais. É preciso alertar que nem sempre ter o recurso garante uma efetiva inclusão, ou seja, não necessariamente prover os sujeitos com acessibilidade significa compartilhar, aceitar ou “tolerar” o considerado diferente.

No Brasil, as primeiras legislações significativas sobre o tema da acessibilidade são da década de 1990, as quais aos poucos vêm se intensificando e atingindo uma abrangência maior, embora ainda careçam de efetividade no cumprimento das leis já existentes, infelizmente, algo um tanto comum em nossa nação. Ainda assim, a legislação existente é considerada uma das mais “evoluídas” do mundo, tida inclusive como referência para diversos países, tanto na questão da inclusão educacional, quanto da regulamentação para a acessibilidade arquitetônica e de outros bens culturais.

Em pesquisas bibliográficas, assim como pesquisando nos sites do Ministério da Educação (www.mec.gov.br) e no Blog da Audiodescrição (www.blogdaaudiodescrição.com.br), é possível encontrar nos mesmos ou em em outras fontes recomendadas, parte das legislações sobre acessibilidade para pessoas com deficiência visual. Não irei me deter em comentar cada uma delas ou fazer referência a todas, afinal, o leitor talvez desejasse lembrar-me que esta é uma tese na área da Educação, e não do Direito.

Porém, farei menção às leis que entendo que sejam importantes para essa pesquisa e para o desenvolvimento da acessibilidade no Brasil. A lei 9.045/1995¹², obriga que todas as editoras imprimam exemplares em braile dos títulos que forem por elas lançados, obedecendo à proporcionalidade de habitantes com deficiência visual no local de origem das edições. Tratava-se de algo um tanto difícil para aquela época, pois não havia números concretos sobre a quantidade de pessoas com deficiência visual em cada cidade do país, já que esta aferição era realizada por amostragem nos censos nacionais.

Já a Lei 10.098 de dezembro de 2000, regulamentada pelo decreto lei 5.296 de dezembro de 2004, estabelece as normas e critérios para a implementação dos recursos de acessibilidade arquitetônica e atitudinal, nos meios de comunicação e audiovisuais, além de todas as adaptações que se façam necessárias para a inserção das pessoas com deficiência aos ambientes e bens públicos e privados. Vale a pena observar que conforme se pôde perceber acima, essa lei levou quatro anos para ser devidamente regulamentada e entrar em vigor.

Mesmo assim, essa é a norma geral para as políticas de acessibilidade, como a implantação de rampas e sinalização adequada, além da colocação de pisos específicos para pessoas com deficiência visual, conhecidos como 'piso contínuo' e 'piso podotátil', por meio dos quais esses sujeitos conseguem transitar com segurança pelos diferentes espaços. Contudo, essas diversas regulamentações ainda carecem de cumprimento pela maioria das instituições públicas e privadas.

Em 2005, foi promulgada a lei 11.126, a chamada Lei do Cão-guia, na qual existe o pleno direito de que os cães-guia sejam utilizados em quaisquer ambientes frequentados por pessoas com deficiência visual que utilizam essa forma de recurso de acessibilidade. Uma das ativistas mais importantes para o estabelecimento dessa lei, é Thays Martinez, autora do livro *Minha vida com Boris*, que será uma das obras analisadas no próximo capítulo. Em seu livro, , ela relata diversas experiências e a luta para que possa usar seu cão-guia na cidade de São Paulo. Infelizmente, o país ainda não possui uma política efetiva para o fornecimento de cães-guia, o que dificulta que muitas pessoas possam tê-los, por isso mesmo, menos de uma centena de brasileiros contam com esse recurso.

¹² Todas as legislações aqui apresentadas, podem ser acessadas em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16761&Itemid=1123

Em 2006, foi promulgada pela Organização das Nações Unidas a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da qual o Brasil tornou-se signatário, constituído a ela força de lei com o decreto 6.949/2009. Nelas estão dispostas uma série de metas que os Estados devem cumprir. Foram estabelecidas normas e compromissos a serem empreendidos para efetivar políticas educacionais, garantias dos direitos humanos e culturais.

3.3 DISABILITY STUDIES E O MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA

Muitas leis e diretrizes sobre acessibilidade e inclusão foram estabelecidas por conta de diversas condições que tornaram possíveis que os discursos sobre acessibilidade fizessem parte do cenário de debates da sociedade. Como já dissera antes, nos anos 1960, as ações em favor dos direitos humanos começaram a ter mais continuidade e intensidade. Um dos motivos para que tal ocorresse foi a construção e articulação de movimentos sociais das pessoas com deficiências, que começaram a debater as temáticas referentes a esses grupos a partir de outros pontos de vista para além dos parâmetros clínicos.

Os Disability Studies (ou, Estudos sobre Deficiências, como tem sido traduzido no Brasil), tornaram-se um campo de estudos mais consolidado nos anos 1970, principalmente nos EUA e no Reino Unido, onde seus parâmetros e aproximações com a Teoria Crítica delinearam suas primeiras formas de abordagens sobre as deficiências. Dos entendimentos biomédicos e clínicos sobre esse tema, passou-se a pensar sob o ponto de vista social.

A maior modificação nessa forma de lidar com as deficiências, é que se o campo biomédico atua no “defeito” corporal da pessoa, os Estudos sobre Deficiência direcionam seus focos de pesquisas sobre a “opressão” imposta pela sociedade aos sujeitos com deficiência (DINIZ; 2007). Como uma maneira de contrapor os modelos médicos predominantes na sociedade, construiu-se o chamado “modelo social da deficiência”, que apresenta diversas formas de pensar a deficiência a partir das ideias advindas das ciências humanas e sociais.

Nesse sentido, os diagnósticos e classificações médicas se configuram como mais uma ferramenta para a construção de estigmas de incapacidade e anormalidade. Uma pessoa com deficiência passaria a ser caracterizada como alguém que vive essa experiência social e política de viver em um corpo diferente, e não apenas por meio das classificações apresentadas pela medicina (Linton, 2010). Isso não significa virar-

se de costas para a medicina ou para os avanços e melhorias que o campo biomédico oferece, mas sim, de a pessoa com deficiência não pautar a centralidade de sua vida em um diagnóstico. Portanto:

Com o modelo social, a deficiência passou a ser compreendida como uma experiência de desigualdade compartilhada por pessoas com diferentes tipos de impedimentos: não são cegos, surdos ou lesados medulares em suas particularidades corporais, mas pessoas com impedimentos, discriminadas e oprimidas pela cultura da normalidade. Assim como há uma diversidade de contornos para os corpos, há uma multiplicidade de formas de habitar um corpo com impedimentos. (DINIZ, 2009, p. 69)

Também por isso, existem diversas semelhanças entre os estudos Culturais e os Estudos sobre Deficiências, pois ambos tomam os estilos de vida de grupos socialmente minoritários como muitas de suas agendas de pesquisas. E, uma das temáticas principais desses campos são as identidades e o modo como as mesmas podem estabelecer laços comunitários e políticos entre os grupos das pessoas com deficiências. Embora cada uma tenha suas particularidades, pertencem a grupos muitas vezes estigmatizados por suas diferenças corporais.

Alguns pesquisadores, tais como Kent (2011) apontam que um dos pontos negativos do modelo social é que o fato de deslocar a deficiência para os ambientes e não para as pessoas, pode borrar alguns dos pontos de identificação entre esses grupos, tais como as dores, o envelhecimento, as diferenças anatômicas e/ou funcionais dos corpos. Ou seja, negar os impedimentos físicos pode ser um obstáculo para a ampliação desses processos de identidade, afinal, eles fazem parte da vida das pessoas com deficiência.

Já para Shakespeare (2010), o modelo social é importante para propor novas formas de reflexão sobre os estilos de vida das pessoas com deficiência. Todavia, não pode ser tomado como o único e melhor caminho a ser seguido na direção de derrubada das barreiras existentes. Até porque, ao radicalizar suas ações, muitos grupos minoritários que lutam contra a exclusão, podem acabar usando as mesmas estratégias e ações excludentes que combatem. Assim, para fortalecer um grupo não é preciso necessariamente tentar enfraquecer o outro, pois talvez seja mais interessante a busca do convívio harmônico.

Outro perigo do modelo social da deficiência é a tendência de reduzir os papéis sociais e as relações de poder entre “opressores” e “oprimidos”, já que por ter surgido

na Teoria Crítica, esse modelo privilegia questões mais voltadas às relações de classes e do combate às hegemonias das maiorias. Dentro da perspectiva que adoto nesta pesquisa - os Estudos Culturais em Educação -, entendo que as relações de poder e de posicionamentos sociais são bem mais complexas do que a luta entre opressores e oprimidos. Até mesmo o papel que as pessoas com deficiência exercem nesses cenários pode ser questionado, dependendo do ponto de vista que adotamos.

Tenho percebido uma ampliação cada vez maior dos trabalhos vinculados aos Estudos sobre Deficiências, seja por minha percepção pessoal ou nas consultas que faço constantemente a periódicos como *Disability Studies Quarterly* (www.dsq-sds.org). Nessa revista on-line, os trabalhos publicados são em áreas cada vez mais diversas e com posicionamentos teóricos cada vez mais amplos, o que pode ser um indício de que sua intersecção com outros campos, como os Estudos Culturais, por exemplo, tem permitido que o modelo social da deficiência esteja incrementando outras visões para além da Teoria Crítica.

Outro aspecto fundamental dos Estudos sobre Deficiências é a utilização dos conceitos denominados como *ableism* (LINTON, 2010, p. 223) e *disablism* (DINIZ, 2009, p. 65), quem embora sendo palavras diferentes, têm sentidos muito semelhantes. Ainda não há uma tradução específica para o português que abarque o sentido adequado que eles têm no inglês. Ambos os vocabulários fazem referência ao conjunto de representações e das relações de poder existentes entre os grupos com ou sem deficiência.

Esse conjunto de representações tem como objetivo principal manter o domínio e a hegemonia da normalidade. Sua operacionalização ocorre através dos estereótipos, estigmas, preconceitos e discriminações existentes na sociedade, cuja finalidade é manter uma relação hierarquizada e de superioridade, bem como manter a dependência que as pessoas com deficiência ainda possuem diante daqueles consideradas normais.

Tudo isso, não baseados nas ações culturais e socioantropológicas e não somente processos políticos e econômicos, como referem alguns estudos da Teoria Crítica. Não se trata de “oprimir” por questões financeiras, mas por uma série outras formas de levar adiante os discursos tidos como hegemônicos no caso os modelos biomédicos e dos grupos que se consideram normais.

Refleti sobre essas situações e busquei uma tradução para o *ableism* e *ableist* termos que tem muito a ver com aquilo que afirmo ao longo da tese, e que poderiam

conceituar com mais objetividade e condensar em uma palavra o conceito que procuro expressar. Ao pensar nesses processos relativos às pessoas com deficiência visual, tive uma ideia, e depois de conversar com minha orientadora e alguns atenciosos colegas, criei o termo “videntismo”.

O *videntismo* é a operacionalização do *ableism* tendo em vista as peculiaridades dos grupos das pessoas cegas e com baixa visão. Ainda mais se pensarmos que estamos cada vez mais em um mundo repleto de estímulos visuais e até onde o “rótulo” pode ser até mais importante do que o “conteúdo”. É inegável que temos mais acessibilidade do que há alguns anos, no entanto, insuficiente para termos a autonomia necessária, sem depender das pessoas que enxergam em muitas ocasiões.

No *videntismo*, as pessoas com deficiência visual são vistas simplesmente como “olhos que não enxergam”, pois seu enfoque é nos impedimentos e problemas causados pelos acometimentos físicos causados pela deficiência. Bem como, uma série de representações advindas dos discursos construídos, como os estereótipos de que cegos podem ser apenas vendedores de bilhetes de loterias.

Na lógica videntista, uma pessoa cega ou com baixa visão que alcança uma posição social de destaque ou que ultrapassa as rasas expectativas que lhes são outorgadas, é um exemplo de superação. Para muitas pessoas com deficiência isso ter baixa visão é uma das características dentre tantas que essas pessoas possuem, e em muitos casos, são inclusive as menos centrais em suas vidas.

Atualmente, não são mais tão aceitos os discursos diretamente preconceituosos e discriminatórios, embora eles ainda existam. Porém, essas representações, como a ideia de superação, por exemplo, são também formas sofisticadas de manter essa dominação daqueles que enxergam, agora com outros instrumentos que a levam a cabo.

Exemplos de como é operado o *videntismo* são muitos e bem variados. Basta sair pelas ruas e verificar as precárias condições das calçadas, a falta de sinalização adequada e de transporte coletivo adaptado, para notarmos a pouca ou nenhuma acessibilidade para as pessoas cegas e com baixa visão. Embora existam leis prevendo acessibilidade, muitas são deliberadamente descumpridas tendo como justificativa a “inviabilidade financeira e estrutural”, como a não colocação de pisos táteis nas ruas, por exemplo.

Nos concursos públicos em que há reserva de vagas para pessoas com deficiência, mas a realização dos processos seletivos são outro exemplo do quanto se tenta dificultar a inserção dessas pessoas. Na maioria das vezes, sujeitos cegos e com baixa visão não têm todas as necessidades atendidas para realizar os certames em igualdade de condições. Os problemas se estendem desde não disponibilizarem as provas em letras com fontes ampliadas até as questões que contem imagens e tabelas, que dificultam a execução das mesmas¹³.

Tudo isso, passando pelos constantes problemas de reprovações nos exames médicos por “inaptidão” aos cargos pelo fato de o candidato ter deficiência, assim como contei no primeiro capítulo da tese, sobre o que ocorreu comigo. E mesmo que leis amparem nossos direitos, ainda verifica-se que são inúmeras as dificuldades para que sejam cumpridas. Conforme a cultura videntista, fazer material em braile, em fontes ampliadas ou descrever uma imagem, é um problema e não a execução de um direito. Isso indica que há diversas tensões e tentativas de manter sob controle a participação social desses sujeitos.

Outro exemplo bem elucidativo do *videntismo*, diz respeito às reivindicações por audiodescrição na TV aberta brasileira. Durante muitos anos a audiodescrição tem sido implementada no Brasil, e que existe legislação específica prevendo que esse recurso seja implementado gradativamente nas emissoras de televisão abertas. Desde 2006, as negociações para a construção de legislação para o tema tem sido um campo de tensão entre as concessionárias de emissoras de televisão, Ministério das Comunicações e movimentos sociais de pessoas com deficiência visual.

Inicialmente, as televisões deveriam transmitir 100% de seus programas com audiodescrição até o ano de 2018, conforme estabelecido pelas portarias do Ministério das Comunicações. Mas, em 2010, por conta de pressões da ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Radio e televisão), o governo federal, decidiu emitir outra portaria, refazendo o cronograma de implantação, onde apenas 20 horas semanais da programação seriam audiodescritas, e essa quantidade seria gradativamente implantada até 2021.

¹³ Para ilustrar com apenas uma dentre tantas histórias referentes as questões dos problemas que as pessoas cegas e com baixa visão tem nos concursos públicos, sugiro a leitura do texto Evoluindo com a acessibilidade: <http://tresgotinhas.com.br/evoluindo-com-a-acessibilidade/> escrito por Mariana Baierle, cujo blog faz parte dos materiais analíticos dessa tese.

O Ministério Público impetrou ação pública, exigindo o cumprimento da portaria promulgada em 2006. O requerente teve ganho de causa em primeira instância, mas perdeu nas subsequentes, e o cronograma estabelecido ficou sendo o determinado em 2010 pelo Ministério das Comunicações, contemplando os pedidos da ABERT.

O interessante nesse caso, são os argumentos usados pelos representantes das emissoras e da Advocacia Geral da União para defender a derrubada da ação do Ministério Público. Dentre eles, a falta de recursos financeiros das emissoras de TV, a falta de profissionais para atuar nesse campo. Contudo o argumento mais utilizado foi o do “princípio da razoabilidade”, dado que segundo eles, seria impossível implantar a audiodescrição em programas jornalísticos ou ao vivo, e que a mudança do sistema analógico para digital em 2018, tornaria o gasto inócuo¹⁴.

É possível notar, que não há o reconhecimento do direito de acesso de todos a um serviço público concedido a entidades privadas. Isso porque, não foi levado em conta ou admitido que pessoas cegas e com baixa visão devam ter o máximo de acessibilidade possível à televisão. Outros fatores, como econômicos e estruturais foram usados para balizar o não atendimento de um direito já previsto pela Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da qual o Brasil é signatário.

Ao usar o “princípio da razoabilidade” para justificar audiodescrição na TV aberta, essas instituições estão, por outro lado, afirmando que não é “razoável” cumprir a um direito consolidado de acessibilidade nos meios de comunicação. Há, na minha opinião, uma clara relação de hierarquização sobre quem decide os direitos que serão ou não atendidos e, que grau de importância tem a acessibilidade e a contemplação das necessidades dos usuários cegos e com baixa visão.

Indo um pouco mais além, nessa manutenção de hierarquia e de dependência, enquanto não tivermos recursos de acessibilidade iremos ser quase sempre obrigados a ver o mundo – ou parte dele – através “dos olhos dos outros”, sem que tenhamos autonomia plena e liberdade de utilizar e usufruir daquilo que desejemos tendo nossas especificidades contempladas. Assim, a reivindicação por autonomia é também uma das marcas das pessoas cegas e com baixa visão, e faz parte de uma das categorias analíticas que desenvolverei no próximo capítulo.

¹⁴ Como audiodescritor e usuário do recurso, acompanhei com muita atenção esse processo, e tive informações por meio desse envolvimento. Porém, tais informações podem ser encontradas em: <http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/2014/09/supremo-joga-pa-de-cal-na-esperanca-de-brasileiros-com-deficiencia.html> (acessado em 29/09/2014)

Este é um dos exemplos de como são operacionalizadas as ações videntistas, que também têm como base, os parâmetros biomédicos que objetivam normalizar ou ao menos subjetivar os sujeitos com deficiência visual para desejarem enxergar tanto quanto for possível, não valorizando o modo de vida desse grupo, mas sim a possibilidade de ter uma visão “perfeita”.

Essa vontade de “enxergar como todo mundo” é fomentada cotidianamente, nos discursos que tematizam a cegueira como um “problema”, ou “defeito”, ou ainda algo que deve ser “curado” para que o sujeito passe a ser feliz. Caso continue cego terá uma vida infeliz e de dificuldades de relacionamento social, como na crônica do colunista Paulo Sant’anna (2012, p. 173) que em seu texto: “A cega do elevador” escreveu dentre tantas coisas: “*Certamente ela foi à festa para livrar-se da pior solidão humana que é a cegueira*”. Não pretendo julgar a referida frase, mas é preciso ter em conta, que se foi escrita por um renomado colunista em um jornal de grande circulação, é porque provavelmente, seja uma ideia circulante socialmente, pois se não o fosse, o autor não a teria feito em tal publicação.

Outra situação que pode ser apontada é um certo domínio da visualidade ou da visão perfeita, pois só através dela é que os sujeitos poderiam desfrutar do que há no mundo. Mais que isso, há muitas vezes o pensamento de que os cegos vivem nas trevas e na escuridão por não verem cores, formas e outros estímulos que a visualidade pode proporcionar. E, portanto, para o videntismo, todas as pessoas cegas e com baixa visão devem desejar enxergar plenamente, pois esse seria talvez o único modo da pessoa a ser “feliz”, citando a expressão usada pelo colunista acima referido.

Nesse sentido, também veremos no próximo capítulo como mais uma de minhas categorias analíticas, uma das marcas de identificação de cegos e baixa visão: é a ideia de que não tem uma visão defeituosa, mas, formas diferentes de ver o mundo. Nas narrativas que analiso na tese e em outras que não utilizei como material analítico, percebi que é muito forte esse discurso de que a cegueira não é a escuridão, mas uma forma peculiar de “ver” as coisas que nos cercam, seja com os demais sentidos ou outras percepções.

Entendo, que tanto a reivindicação por autonomia quanto a ideia de ver o mundo de outros modos, são maneiras de tensionar o domínio do videntismo, propondo novos caminhos e possibilidades para pensar a deficiência visual como estilo de vida de um grupo e não como um defeito. A utilização de outras formas para

formar imagens e interagir com o mundo não usando os olhos é também uma maneira de pôr em xeque a hegemonia videntista e até dar alguns passos adiante nessa luta por significações. Ou seja, propor inclusive, que ultrapassemos ou ao menos, tenhamos outros caminhos que não os apontados até então.

Ao utilizar a ideia de videntismo, não quero com isso dizer que os videntes sejam “contra” as pessoas com deficiência visual, mesmo porque, há muitos cegos e baixa visão subjetivados pelas representações videntistas. Diante disso, seria simplificar demais a questão ser binarista em apresentar os dois grupos como antagonísticos. Se o fizesse, estaria usando a mesma lógica excludente que questiono, para buscar afirmar a diferença desse grupo, o que seria um tanto incoerente. Portanto, creio ser possível enfraquecer o videntismo e propor algumas linhas de fuga, e tudo isso, sem ter os videntes como adversários ou oponentes.

Seja por essas ou outras reflexões, os Estudos sobre Deficiências e em especial o Modelo Social da Deficiência, incentivam a participação social cada vez maior das pessoas com deficiência em todas as áreas, bem como de uma maior e duradoura união entre os diferentes movimentos de pessoas com deficiência visual, física, auditiva, e outras. Essas formas de participação, provocam debates sobre a importância do protagonismo e da união de forças entre esses diferentes grupos. Nesse sentido:

Seus estratégias para libertação incluem o desenvolvimento de conexões com outras pessoas com deficiência, inclusive criando comunidades para suportes mútuos, explorando condições sociais e a auto-confiança positiva, abolindo toda a segregação, buscando o controle sobre a representação da mídia [...] encorajando a formação de grupos de pessoas com deficiência. (SHAKESPEARE, 2010, p. 267)

Outros dos pontos importantes desenvolvidos nos Estudos sobre Deficiências é que as barreiras existentes não são apenas as arquitetônicas e/ou instrumentais como escadas, espaços sem sinalização ou com muitos obstáculos. Passou-se a dar ênfase às barreiras atitudinais como os estigmas e preconceitos que circulam socialmente. Afinal, se um prédio é feito sem acessibilidade, alguém que não conhece ou não se importa com a acessibilidade o projetou. Sendo assim estamos quase sempre envolvidos com os fatores das culturas e discursos das sociedades em que

vivemos. As barreiras atitudinais e sociais são aquelas que provocam a maioria das desigualdades (DINIZ, 2009).

As diversas políticas públicas aliadas com as perspectivas propostas pelos Estudos sobre as Deficiências têm como um ponto forte o aumento da participação de pessoas com deficiência no meio acadêmico e nas demais esferas da sociedade que não aquelas cujos estigmas dos modelos clínicos impuseram. Creio que seja importante esse protagonismo de pessoas com deficiência nos debates que envolvem a acessibilidade e a inclusão, seja pelas legislações existentes ou pelas condições sociais construídas nesse sentido.

Especialmente no Brasil, é preciso aumentar a quantidade de estudos que tomem o modelo social de deficiência como parâmetro, até mesmo investigações metodológicas sobre sua inserção no meio acadêmico levando em conta as particularidades do nosso país. Minhas pesquisas têm tomado cada vez mais esses rumos, ainda que eu não me filie plenamente ao modelo social, pelas implicações que já mencionei anteriormente. Creio que essa perspectiva pode nos beneficiar com a ampliação desse modelo, pois como afirma Diniz (2009, p. 78):

oferece ferramentas analíticas e políticas para tornar essa revolução ainda mais permanente. O novo desafio dos estudos sobre deficiências será o de não permitir que se perca a força conceitual e política da categoria “deficiência”. Afirmar que a deficiência é um estilo de vida não significa igualá-la em termos políticos a outros estilos de vida disponíveis.

Ao tomarmos a deficiência como uma construção social, e que se trata não de uma anormalidade, mas de estilos de vida peculiares a cada sujeito ou grupos, estamos nos instalando em um espaço diferente daquele que muito tempo estivemos, o da medicalização. Essa mudança está sendo processada aos poucos como toda transformação cultural. Para a consolidação desses modos de vida faz-se necessário, dentre tantas coisas, o fortalecimento das identidades desses grupos.

Ao adotar o viés sociocultural da deficiência, os processos de identidade e do estabelecimento das marcas de identificação tomam conta dos diversos campos culturais, e muitos dos indivíduos com deficiência narram suas histórias também baseados nesses pilares e não apenas nos modelos biomédicos. Os recursos de acessibilidade, passam a ser mais do que a equiparação de condições de acesso, e

promovem a emergência de novos caminhos para as identificações entre esses grupos.

3.4 AUDIODESCRIÇÃO: RECURSO DE ACESSIBILIDADE E POSSIBILIDADE DE IDENTIFICAÇÃO

Em complemento à lei 10.098 de 2000 - sobre a qual escrevi antes -, foram editadas duas portarias para regulamentar a implementação do recurso de audiodescrição na televisão aberta brasileira. As portarias 310 (de 2006)¹⁵ e depois a portaria 188 (de 2010), estabeleceram a obrigatoriedade da disponibilização por todas as redes de televisão aberta do recurso de audiodescrição. Essas empresas estão obrigadas a exibir no mínimo duas horas semanais do recurso em sua programação, algo que será ampliado gradativamente, chegando a 24 horas diárias em 2021. Contudo, esse recurso só pode ser acessado em aparelhos de televisão que possuam a tecnologia HD (High Definition), e só fica obrigada a cumprir a lei a emissora de TV que também transmitir em HD. Ou seja, ainda é algo longe do alcance da grande maioria dos brasileiros.

Já fiz algumas referências ao termo audiodescrição, e confesso não ter escrito antes sobre o tema, pois seria necessário mais de uma menção para apresentá-la. Porém, creio que a audiodescrição tem um potencial muito grande no que diz respeito às possibilidades de acesso cultural para pessoas com deficiência visual. Dessa forma, configura-se como um dos mais importantes instrumentos de consumo e que possibilita a circulação de bens culturais entre o grupo das pessoas com cegueira e baixa visão. Sendo assim, de acordo com Motta (2010, p. 68), a audiodescrição

Transfere imagens da dimensão visual, por meio de informação verbal e sonora, ampliando, desta forma, o entendimento e provendo o acesso à informação e à cultura, possibilitam que pessoas com deficiência visual assistam a peças de teatro, programas de TV, filmes, exposições e outros, em igualdade de condições com as pessoas que enxergam, o que nos remete a ideia de acessibilidade cultural. A audiodescrição assim, amplia o entendimento não só das pessoas com deficiência visual, como também de pessoas com deficiência intelectual, com dislexia e pessoas idosas.

A ação de descrever imagens acontece desde que há uma pessoa cega ou com baixa visão no mundo, pois aquela pessoa que a acompanhava o fazia ainda que

¹⁵ A íntegra de todas as portarias e leis dessa seção podem ser encontradas em www.blogdaaudiodescricao.com.br

não do mesmo modo ou com as técnicas empregadas atualmente. Hoje em dia, a audiodescrição está vinculada aos estudos sobre Tradução Visual, ainda que como área de investigação seja relativamente recente, cuja utilização por pessoas com deficiência passou a ser mais efetiva a partir dos anos 1980 (ARAÚJO; ADERALDO, 2013).

No Brasil, a audiodescrição passou a ser realizada com mais intensidade desde 2003, cujo marco histórico é o *Festival Assim Vivemos*¹⁶, em que todos os filmes foram apresentados com o recurso (FRANCO, 2010). Desde então, a AD tem ganho abrangência cada vez maior tanto em termos de produtos quanto de locais onde são disponibilizados. A quantidade e amplitude de alcance dos materiais audiodescritos é cada dia maior e com isso atingem-se mais usuários e se aumenta o público que tem acesso ao recurso.

Qualquer imagem pode ser audiodescrita, o que muda é a forma de descrevê-la. Ainda que não haja regulamentação específica, esse recurso tem diversas vertentes e formas possíveis de ser realizado, embora existam algumas normas, como seguir, como descrever apenas aquilo que se está vendo, sem fazer afirmações que não fazem parte da imagem.

A descrição deve ser baseada naquilo que o descritor acredita ser fundamental para a compreensão do usuário, já que na maioria dos casos é feita em produtos como filmes e peças teatrais; nesses casos, a audiodescrição deve ser inserida entre os diálogos, logo, resta pouco tempo para se dizer tudo que há na imagem (LEÃO, 2013). Seja nos filmes ou em outras formas de recepção de imagens, é possível dizer que:

A descrição de um personagem, o pincelar de uma paisagem, a sugestão de emoções expressas em metáforas visuais, a própria explicitação de sons pouco perceptíveis, permitem ao espectador cego fruir a experiência fílmica em termos narrativos e estéticos (NEVES, 2009, p. 23)

Acredito que todos somos audiodescritores e usuários ao mesmo tempo. Isso porque, nós sempre vemos o mundo através dos olhos do outro, e ao mesmo tempo esse outro também vê o mundo a partir daquilo que descrevemos a ele. Indo um pouco

¹⁶ O Festival Assim Vivemos, é uma mostra internacional de filmes cujo a temática é são as pessoas com deficiências e/ou surdas.

além do que nos disse Saramago, “somos todos um pouco cegos””, assim como somos todos um pouco audiodescritores

A audiodescrição requer um trabalho praticamente artesanal, e que recomendado para que seja feito em equipe, pois existem funções bem específicas. Existe o roteirista, aquele que descreve as imagens e as transforma em palavras. Temos também o revisor/consultor, que necessariamente é alguém com deficiência visual, que dará seu parecer sobre a qualidade da descrição, se esta contempla as necessidades da maioria dos sujeitos cegos e com baixa visão, dizendo se falta ou se há informação em excesso. Por fim, temos o narrador, que é aquele que fará a leitura do roteiro da audiodescrição. Essa é uma explicação muito resumida, dado que existe uma série de detalhes, critérios e diretrizes que os audiodescritores devem seguir¹⁷.

No Brasil, ainda não existem normas ou diretrizes oficiais sobre a realização do trabalho de audiodescrição. Por isso mesmo, os audiodescritores baseam-se em alguns parâmetros que orientam como descrever “apenas aquilo que se está vendo”. E embora não haja discordâncias quanto a essa regra, existem formas diversas de *como* descrever aquilo que consta nas imagens. Há aqueles que defendam uma maior objetividade, e outros que optem por audiodescrições mais interpretativas e até poéticas (FARIAS; NEVES, 2013).

A distinção entre ambos os estilos está na maneira como a informação é transmitida através do texto escrito pelo roteirista. Este, pode optar em privilegiar a informação que ele acredita estar presente na imagem, fazendo uma descrição mais objetiva. Já uma descrição mais “poética” é feita almejando contemplar a fruição artística e da transmissão das sensações provocadas pelas imagens.

Cada sociedade tem suas culturas e modos de vida específicos e por isso os estilos de audiodescrição devem ser pensados levando isso em consideração. Porém, resumidamente, quem decide qual o estilo preferido é o público com deficiência visual. Seja na consultoria ou como usuário, são eles quem definem a maneira mais adequada das descrições para suas realidades. Assim, pode-se dizer que, de certa maneira, são os usuários desse recurso de acessibilidade que influenciam – para não dizer que são os avalistas – os estilos utilizados em cada nação ou comunidade.

¹⁷ Para mais informações sobre as normas e diretrizes sobre audiodescrição, ver em MOTTA; ROMEU FILHO (2010) e ARAUJO; ADERALDO (2013)

Conheci o recurso da audiodescrição em 2010, através do site *Blindtube*¹⁸, e aos poucos, fiquei fascinado com a possibilidade de poder ouvir aquilo que eu não conseguia enxergar. Sempre gostei de cinema, teatros e exposições, muito mais por ser teimoso e insistente do que por um apreço estético, já que eu não conseguia enxergar as imagens mesmo! Para mim, ir ao cinema sempre exigiu um esforço físico enorme, forçando o pouco da visão que tenho, esticando o pescoço o mais próximo possível da tela e entre outras estratégias que me cansavam. Mesmo assim, ao final, se eu tivesse muita sorte conseguiria entender metade do filme.

Quando conheci o recurso da audiodescrição, minha vida modificou-se bastante, na medida em que eu já não passava um instante sem pensar em como aquilo que eu não enxergo poderia ser audiodescrito desde os slides nas apresentações de trabalho em eventos científicos às exposições nas quais eu comparecia para admirar as demais pessoas contemplando os objetos que eu não conseguia enxergar. Esse recurso ainda não é muito difundido no país, embora já seja usado há quase dez anos. Assim, sempre que existe um artefato cultural sendo audiodescrito, faço questão de conhecer e consumir o produto tanto quanto possível.

Utilizo aqui o meu exemplo não por acaso, mas para demonstrar o quão benéfico é contar com essa possibilidade, que amplia o campo de conhecimento cultural e os produtos que podemos consumir com um desses recursos que tornam a cultura acessível à grande maioria das pessoas com deficiência visual. Desde que tive acesso à audiodescrição, tenho a oportunidade de conhecer obras de arte famosas, filmes considerados clássicos, conhecer detalhadamente lugares históricos e outras tantas formas de conhecimento, as quais me eram sonegadas pela falta da imagem. Portanto, nossas possibilidades de consumo cultural são consideravelmente ampliadas.

Em 2011, realizei um curso de formação para audiodescritores na UFRGS, e posteriormente, comecei a atuar como audiodescritor na função de consultor de roteiros e narração. Tenho grande satisfação em participar de cada evento em que atuo como audiodescritor. Contudo, trata-se ainda de um trabalho quase artesanal, o de disseminar a informação para as pessoas de que estamos fazendo eventos com esse recurso em Porto Alegre, por exemplo. Percebo que ainda existe desinformação por parte do público e dos produtores culturais sobre o tamanho dessas

¹⁸ www.blindtube.com.br. Este site não se encontra mais em atividade, mas foi o primeiro local onde concentraram-se diversos vídeos com audiodescrição feita no Brasil.

possibilidades, assim como, do entendimento de que recurso de acessibilidade não é uma caridade, mas um direito adquirido.

Estamos ainda em um estágio incipiente de implantação da audiodescrição no Brasil, e sequer existem estatísticas que nos indiquem a quantidade de produtos que já foram audiodescritos, ou se há dados sobre qual seu crescimento ou em qual região o recurso é mais utilizado. Por isso, as percepções que apresento sobre o tema se dão mais pelo conhecimento que tenho como parte do público e como audiodescritor. Mas é possível afirmar que São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul são os estados onde se concentram a maior parte de eventos culturais que contam com essa possibilidade, e essa informação pode ser comprovada em pesquisas no Blog da Audiodescrição¹⁹.

Contudo, é preciso ressaltar também, que depois de alguns projetos realizados em 2011, objetivando divulgar a audiodescrição para as pessoas com deficiência visual e produtores culturais, percebo que o quadro tem se modificado um pouco. Embora a maioria dos agentes culturais ainda tratem a audiodescrição como algo supérfluo e, portanto, não invistam tanto quanto seria necessário, é possível notar que, aos poucos, essa percepção tem se modificado, sobretudo à medida em que o público dos eventos com audiodescrição vem aumentando.

Em 2012, participei de alguns projetos como audiodescritor, dentre eles as exposições *Essa Cidade é a Minha Cara* e *Sombras e Lugares* (ambas disponíveis no site da empresa Midiace²⁰), e o documentário *Olhares* e do longa-metragem *Colegas – O filme*. Sei que existiram outras tantas iniciativas de audiodescrição de produtos culturais, mas cito essas por tê-las acompanhado de perto, e poder detalhar com maior exatidão as percepções sobre as mesmas. Nesses casos, pude notar que em cada uma delas tem ocorrido um aumento substancial de público que consome esses produtos acessíveis, e portanto, começa a existir a consolidação de uma plateia para essas atividades.

Se no princípio as atividades que realizávamos contavam com menos de uma dezena de pessoas, pude notar que além das mesmas pessoas continuarem

¹⁹ www.blogdaaudiodescrição.com.br, é atualmente, o blog reconhecido como o mais importante para a divulgação de produtos culturais audiodescritos, e que apresenta o maior número de informações sobre o recurso.

²⁰ www.midiace.com.br - Esse site pertence a uma instituição cuja finalidade é expor na internet obras voltadas à área das artes visuais que contem com audiodescrição, sejam exposições fotografias, de esculturas ou pictóricas.

comparecendo aos eventos que promovemos, tem ocorrido um aumento constante e intenso de participação de outros sujeitos com deficiência visual. Com isso, é evidente a constituição de um público consumidor dessas produções culturais, que, se não é ainda a grande maioria da população, podem ser considerados como difusores da ideia para outras tantas pessoas com deficiência visual que passam a conhecer e a se interessar pela audiodescrição. Creio que essa rede que se constrói, além de formar um público que consome esses produtos, e que os fazem circular, tem a capacidade de estabelecer relações de identificação, de união grupal e, por que não dizer, de marcas de identificação.

Muitos sujeitos com deficiência visual que passaram a frequentar as atividades culturais com audiodescrição em Porto Alegre relatam informalmente que se sentem felizes por poderem conviver com outras pessoas cegas e com baixa visão, algo que outrora era um tanto difícil de acontecer para além dos encontros promovidos por associações e movimentos sociais. Tenho notado que esses ambientes culturais têm se tornado também locais de encontro e de convivência entre essas pessoas, o que tem fortalecido uma ideia de grupo, de unidade que acontece nos ambientes culturais e que além de formação de um mercado consolidado, proporciona o estabelecimento de laços identitários entre essas pessoas.

Essa convivência em grupo pode ser entendida de diferentes modos, de acordo com cada sujeito e suas subjetividades. No entanto, nos relatos que encontrei no material analisado, os autores afirmam ser um aprendizado necessário, e que fortalece as pessoas com deficiência visual pessoal e coletivamente, conforme podemos verificar nos excertos a seguir:

Era o primeiro contato que eu tive com algum deficiente. E, ao perceber-me incluído nesse contexto, gerou-se em mim um sentimento estranho, eu que sempre tinha visto essas pessoas de um modo distante da minha realidade, como dignas de piedade, estava incluído nessa mesma “categoria”.

Ao mesmo tempo em que essa experiência me era assustadora, compreendi que representava muito mais que isso. Ela me soava como um aprendizado:

Experimentei um sentimento estranho, eu, em uma sala fechada, com um deficiente visual que falava dos deficientes como nós (ASSUNÇÃO; SETTE, 2010, p 62)

Ocorre-me às vezes, que meu colega cego da escola elementar, falava mesmo a verdade quando constatava que não estamos sós. Seria preciso, pois, definir de outra forma a cegueira em relação ao mundo dos videntes que acreditam tudo ver, [...] É por isso que não quis jamais considerar a cegueira no plano individual, ou seja, no gueto de um grupo social ao qual pertença, mas sempre no contexto mais amplo da experiência universal. (BAVCAR,2003, p 141)

Por outro lado, as diversas marcas de identificação das pessoas com deficiência visual, como a bengala ou a busca por autonomia²¹ têm o objetivo de utilizar os demais sentidos para com

Politicamente tenho responsabilidade de prestigiar todo evento que disponha de AD e de exigir direitos legalmente adquiridos. Porque compreendo que a acessibilidade é uma questão política, independente de gostar ou não de um filme. Faço questão de prestigiar todos os festivais e mostras de cinema com esse recurso. Até para emitir opinião positiva ou negativa sobre a obra, resguardando o direito de gostar ou não de um filme [...] tenho compromisso de informar, divulgar e estimular a frequência ao cinema. Sinto-me na obrigação de difundir esse recurso, pois existe um público com deficiência visual com necessidades de opções de lazer, de obtenção de informação, de conhecimentos, de interação com elementos da cultura e ávidos por um cinema que seja acessível

Recordando o que fora escrito anteriormente, os processos de identificação pelo consumo, permitem ao consumidor tanto a identificação com um grupo quanto a demonstração aos outros das identidades que desejam assumir. Por outro lado, a subjetividade também está presente, já que cada um de nós se autodefine através dos gostos que demonstra ter e dos produtos e recursos que consome (CAMPBELL, 2006, p. 51).

É necessário alertar, que não quero dizer, com isso, que o ato de gostar ou não de algo, de se identificar ou não com determinado produto, seja um movimento livre de subjetivações. Pelo contrário, creio que as escolhas não acontecem sem subjetivações, e podem ou não constituir algumas marcas de identificação grupal.

Outro aspecto interessante nos processos de identificação com os produtos culturais é o fato dos sujeitos sentirem-se acolhidos de alguma forma quando acreditam que algum membro do seu grupo faz parte da produção do artefato cultural. Continuando com o exemplo da audiodescrição, é necessário que haja uma pessoa com deficiência visual na equipe de audiodescritores preender e sentir o mundo, dentre outras. Embora não seja voltada apenas às pessoas com deficiência visual, a audiodescrição ao mesmo tempo que é um produto também pode ser uma marca

²¹ Reivindicar autonomia, por si não configura uma marca, mas o que a faz tornar-se, é o modo como empreendem essa autonomia e suas especificidades de ação

cultural desse grupo. Isso porque, se ampliarmos um pouco a noção de marca, e entendermos que ela é também caracterizada pela ligação de um produto a sujeitos com determinadas especificidades, podemos dizer que ela é uma marca importante para demonstrar o interesse das pessoas cegas e com baixa visão em produzir e consumir produções artístico-culturais.

A ampliação da plateia demonstra que existe um mercado em expansão para esse recurso e para os produtos culturais acessíveis, mesmo porque, conforme o censo do IBGE já citado anteriormente, oficialmente 18,8% da população brasileira tem algum tipo de deficiência visual, o que representa mais de 35 milhões de pessoas com cegueira ou baixa visão, também cada vez mais incluídas e possibilitadas de consumir, configuram-se em um mercado muito vindouro. Portanto, além do imperativo da inclusão, as políticas e recursos de acessibilidade podem proporcionar a ampliação de um mercado voltado a determinados grupos, como no caso das pessoas cegas ou com baixa visão.

A acessibilidade dos ambientes e produtos culturais tornam possíveis essas relações de consumo, que outrora não aconteciam por não se pensar em políticas de inclusão cultural ou na acessibilidade como um direito dos grupos de pessoas com deficiência. Diante disso, ocorre também o estabelecimento de laços identitários por meio dessas relações de consumo. Nesse sentido, Vilaronga (2010, p. 68):

, nesse caso, o consultor/revisor.

Um dos motivos que fazem com que as pessoas compareçam é o fato de ouvirem algo que também foi produzido por alguém com quem se identificam. Isso fica evidente nos debates e nas sessões de exposições e filmes com o recurso, em que muitas pessoas cegas e com baixa visão relatam o apreço por ter alguém “como elas” produzindo o recurso.

Muitas dessas pessoas quando conversam comigo logo após algum desses eventos em que exerço a função de revisor/consultor, demonstram alegria em saber que, além de tornar a arte acessível, proporciona que algumas das pessoas com deficiência visual também sejam protagonistas na produção da audiodescrição, assim, diversas delas se interessaram na formação para exercer a revisão/consultoria.

A amostragem que tenho sobre essas opiniões não é tão grande, mas também não é pequena, e aliado a outras manifestações encontradas nas obras analisadas para essa tese e em outras produções culturais, essa reivindicação por protagonismo, além de uma marca cultural evidente, estimula o consumo e amplia a identificação.

Isso pode ser percebido pelo substancial aumento das biografias, memórias e histórias de vida escritas pelos considerados diferentes, nesse caso, com deficiência visual, tema a ser desenvolvido no capítulo seguinte.

A questão de tomar para si o protagonismo de suas existências e das representações sobre si mesmos é um tema que começa aos poucos a ser debatido no Brasil e no mundo, haja vista a utilização cada vez maior da ideia do “Nada Sobre Nós Sem Nós” originalmente chamado de “*Nothing About Us Without Us*” advindos dos movimentos pelos direitos das pessoas com deficiências dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, tendo como objetivo garantir a plena participação dos sujeitos com deficiência em todas as esferas sociais, principalmente, nas políticas e diretrizes nas quais os seus interesses estiverem envolvidos.

Essa possibilidade de estar sempre participando ativamente do jogo social é fundamental para a sensação de inclusão, mesmo que saibamos que existe ainda uma série de dificuldades em efetivar essas participações. Contudo, é inegável que o envolvimento das pessoas com deficiência visual em projetos culturais tem sido maior, como no exemplo que citei antes sobre a participação nas equipes de audiodescrição. Como afirmei anteriormente, talvez seja preciso refletir que a questão não é mais rejeitar os atuais modelos de inclusão ou aceitá-los totalmente. Talvez, seja mais interessante pensar sobre como podemos utilizar essas oportunidades para propor outras formas de representação, buscando acabar com preconceitos e estereótipos.

Os processos de inclusão, as condições de acessibilidade e a disponibilização de produções em ambientes culturais acessíveis a pessoas cegas e com baixa visão, têm proporcionado essa interação e consolidação grupal que estimula o consumo e a constituição de determinadas marcas culturais de pessoas com deficiência visual. Porém é necessário dizer que não estou afirmando que todos os grupos agem do mesmo modo, ou que tais marcas sejam fixas e assumidas por todos os sujeitos. É possível, entretanto, verificar que isso começa a ocorrer contínua e progressivamente, embora talvez não aconteça de maneira semelhante em todas as regiões do país.

Na maioria dos casos, nos são dadas as ferramentas para que possamos estar ativamente participando da vida social, reivindicando o direito à diferença, embora quanto mais normal o diferente pareça, “melhor” e mais exaltado poderá ser. Uma das frases que mais circulam atualmente quando se trata de comentar sobre as diferenças é: “ser diferente é normal”. Eu fico muitas vezes refletindo que pelo fato de cada vez

mais a anormalidade proliferar, talvez fosse mais interessante dizer: “ser normal é ser o diferente”.

Nem vou entrar nos debates sobre o que a medicalização tem produzido ao ampliar seu leque de atuação e sua quantidade de intercorrências que transformam a todos em anormais, tanto é que acredito que até mesmo Simão Bacamarte de *O Alienista* ficaria surpreso com tamanha variedade de anormalidades.

Assim como no perspicaz conto machadiano, em que quase todos estão albergados na Casa Verde, a sociedade tem o objetivo de fazer com que todos fiquem em um mesmo espaço, atualmente, aglutinados no mundo do consumo e da participação no jogo social. Ou seja, não creio que a reivindicação de direito à diferença fomentada pela política econômica neoliberal e pelo imperativo da inclusão, abandone a lógica de classificar ou de tentar capturar a diferença. Portanto, é importante continuar refletindo sobre os efeitos dessas novas estratégias de lidar com os considerados diferentes.

Quero dizer com isso que mesmo em tempos de inclusão, a exclusão e a normalização continuam andando juntas, e que não podemos pensar que os recursos de acessibilidade disponibilizados farão com que as coisas se modifiquem em um piscar de olhos. Por isso, a acessibilidade cultural como promotora das condições que possibilitam a reivindicação de identidades através dos direitos à diferença, talvez não seja exatamente uma solução, mas provoca fissuras sociais através de construções de novas formas de pensar a deficiência visual, possibilitando a esses sujeitos passarem a refletir sobre si mesmos, seu cotidiano, formando representações diferentes – ou não - daquelas que lhes são imputadas.

Assim, as diferentes formas de acessibilidade permitem que os produtos culturais circulem e sejam consumidos por um grupo outrora não pensado como consumidor. Pessoas cegas e com baixa visão constituem uma parcela substancial da população, e pelas questões já analisadas anteriormente, formam um mercado com grande potencial de circular nos diferentes ambientes culturais e tornando-se consumidores e, mais ainda, produtores e protagonistas nas produções artístico-culturais.

Até aqui analisei algumas das relações entre as políticas neoliberais, a emergência do imperativo da inclusão e das políticas e recursos de acessibilidade. Estas, tornam-se também condições de possibilidade para a constituição de mercados voltados ao incentivo do consumo de produtos e bens culturais por pessoas com

deficiência - neste caso, visual -, além do fortalecimento da reivindicação das identidades através dos direitos à diferença por meio do campo cultural. Tais fatores tornaram possíveis a proposição de outras formas de pensar e de representar as pessoas com deficiência visual, bem como algumas mudanças quanto ao que dizem pensar sobre si mesmas e sobre suas relações com a sociedade, mais especificamente com a cultura.

Embora a baixa visão não me permita ser tão bom guia quanto eu gostaria, é preciso seguir adiante pela tese, antecipando os próximos passos – e por que não dizer emoções? – que virão no próximo capítulo. Pretendo, pois, analisar as narrativas autobiográficas de pessoas com deficiência visual, que contam suas histórias de vida, nas quais muitos dos pontos me encorajam a tratar algumas das situações relatadas como marcas de identificação das pessoas com deficiência visual. Esses autores, muitas vezes, são tomados como exemplos de conduta, como sujeitos que demonstram a efetiva superação e compensação de suas deficiências.

Pretendo, pois, analisar no próximo capítulo os artefatos escolhidos para fazer parte do material analítico da pesquisa, voltadas substancialmente aos produtos culturais produzidos por pessoas com deficiência visual. Tudo isso para demonstrar algumas das marcas de identificação construídas por pessoas cegas e com baixa visão, para caracterizarem-se como grupo e/ou para propor novas possibilidades de pensarmos e percebermos o mundo, em que o fato de não enxergar talvez nem seja tão importante quanto se possa imaginar.

4. MARCAS DE IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

*Vou te contar.
Os olhos já não podem ver.
Coisas que só o coração pode entender.
Fundamental é mesmo o amor.
É impossível ser feliz sozinho.
(Tom Jobim - Wave)*

Nesta tese venho tentando, desde o primeiro capítulo, equilibrar-me na corda bamba entre resguardar-me e expor-me, entre o rigor teórico e a autoria no texto. Tudo isso, aliado ao desafio de ver as coisas de outros modos, faz-me desejar seguir pesquisando mesmo sabendo que não chegarei a uma resposta definitiva e incontestável. Contudo, é preciso dizer que todo esse processo tem deixado marcas impressas no meu modo de ser e de perceber o mundo.

Nos capítulos anteriores procurei expor os caminhos que trilhei para realizar a pesquisa. Analisei algumas possibilidades para o uso da cultura na contemporaneidade e a constituição de direitos culturais como reivindicação de identidade através da luta pela diferença. Também discuti condições que possibilitam a emergência da acessibilidade cultural e da produção, circulação e consumo das narrativas autobiográficas de pessoas com deficiência visual.

Neste capítulo, meu objetivo é analisar algumas das marcas de identificação das pessoas com deficiência visual. Não pretendo falar sobre todas essas marcas – o que seria inviável em uma tese, tampouco afirmo que essas sejam as únicas ou as mais importantes marcas desse grupo. Conforme os materiais selecionados, tratarei aqui daquelas que mais me pareceram recorrentes e interessantes de analisar: (a) *Reivindicação de autonomia*, (b) *cegueira e baixa visão como formas diferentes de ver o mundo* e, por fim, (c) *experiências educacionais e suas peculiaridades*.

4.1 CALEIDOSCÓPIOS IDENTITÁRIOS E AS MARCAS DE IDENTIFICAÇÃO

Toda vez que tenho que refletir sobre as diferenças, a primeira imagem que construo é de um grande e colorido caleidoscópio. Isso porque, a beleza de ver através desses equipamentos está no fato da grande diversidade de formas e cores

que apresentam. Além disso, o que se pode enxergar pode variar de acordo com as condições de luz ou da perspectiva em que se situam para olhar.

Retomando o que tratei no capítulo três, diferença é um conceito construído pelos processos discursivos, e não algo que existe naturalmente. A partir do momento em que nomeamos as coisas, estamos de alguma forma as diferenciando (SILVA, 2000). O que pode caracterizar uma diferença ser entendida de um modo ou de outro são as representações que utilizamos para concebê-las, bem como os parâmetros que usamos para diferenciar algo. Ainda que a diferença não possa ser categorizada nem capturada, muitos grupos a utilizam como processos de reivindicação de identidades. Por isso, grupos considerados minoritários fazem dos processos de reivindicação, através da cultura, um campo de tensão e de luta por suas identidades.

A cultura tem sido usada como um instrumento para que grupos considerados diferentes reivindiquem o direito à identidade por meio dos artefatos culturais. Esse uso pode se dar de diversas formas, assim como as identificações não são fixas ou ocorrem tranquilamente. Exemplo disso, é que nem todos os sujeitos com deficiência visual assumem essa identificação. Nem mesmo podemos dizer que todos podem ser representados ou ter suas especificidades contempladas a partir das identidades grupais. Ou seja, não é possível afirmar que todas as pessoas cegas e com baixa visão, pensem e ajam da mesma maneira, sendo isso um dos fatores que podem contribuir para a riqueza de pluralidades encontradas nas produções culturais e nos modos de vida dessas pessoas.

Assumir ou não determinada identidade é entendida por muitos como uma escolha de cada sujeito. Contudo, é preciso ressaltar que somos subjetivados por uma imensidão de discursos que nos atravessam. Na maioria das vezes, essas escolhas não são ocasionais, mas fruto de condições que possibilitam o estabelecimento de determinadas posições identitárias.

Nessas relações – quase sempre tensas – entre identidade e diferença é que as tramas culturais também encontram condições de desenvolvimentos do que chamo de marcas de identificação. As características que representam determinados grupos podem ou não ser assumidas pelos seus membros, mas de uma maneira geral são consideradas fatores de identificação, que promovem sensações de pertencimento a uma comunidade. Além disso, em uma sociedade como a nossa em que quase tudo se processa de maneira dinâmica, é necessário registrar que essas marcas pertencem

sempre a um tempo e espaços específicos, ou seja, nem sempre foi assim, e não podemos afirmar que assim continuará.

Em conversas com uma de minhas colegas de doutorado encontrei uma alternativa para pensar sobre como nomear esse processo. Logo, ao ler os primeiros escritos de Muller (2012) - que originou sua dissertação de mestrado - pensei na ideia de marca, nesse caso, entendida como:

Marcador, conforme o dicionário Aurélio, pode ser entendido como 'aquilo que marca', que se sobressai, que produz forte impressão e se evidencia. Marcas, ainda no sentido proposto pelo vocabulário da língua portuguesa, estão relacionadas a sinais distintivos que identificam um grupo, uma instituição, uma categoria, indicando impressões e demarcando fronteiras. (MULLER, 2012, p. 59)

Além de encontrar um termo que melhor explicita aquilo que eu desejava afirmar, pude também rever alguns pontos de minhas análises, ao estudar a noção de marcadores culturais. Quase em ato contínuo, tive acesso a alguns textos que faziam referências a palavra marca, ao debater sobre as identidades surdas, que me levaram a ter certa segurança em optar pelo uso desse termo. Assim, embora minhas pesquisas não sejam direcionadas à área dos Estudos Surdos, pensei em usar essa percepção de marcas culturais como possibilidades de identificação do grupo das pessoas com deficiência visual.

Há muitos usos possíveis para a palavra marca; mas conforme os objetivos dessa tese, estou de acordo com Lopes e Veiga-Neto (2010, p. 119), ao afirmar que:

[...] a noção de marca quando atribuída à cultura, fundamenta seu significado tanto no que é impresso nas alteridades e nas almas dos sujeitos, quanto no que é impresso na materialidade dos seus corpos. Marcas, portanto, não são somente traços materiais, marcas são também, impressões que, ao informarem como o outro nos vê; imprimem em nós sentimentos que nos constituem como sujeitos marcados pelo outro e, por isso, diferentes em relação ao outro.

Também não pretendo que nesse caso as marcas sejam compreendidas como impressões imutáveis ou que não possuam pequenas variações de acordo com a percepção de cada sujeito. Quase todas as marcas fazem parte de malhas discursivas que pertencem a um enquadramento de espaço e tempo específicos. Isso quer dizer que as marcas que caracterizavam as pessoas com deficiência visual há

algum tempo atrás não são, em sua maioria, as mesmas dos nossos tempos, e provavelmente, no futuro também serão outras.

Após qualificação do meu projeto de tese, a banca sugeriu que a ideia de marcador cultural talvez pudesse ser repensada e que eu passasse a empregar outro termo para caracterizar esse processo de construção de identidades. Isso porque, 'marcador' trataria daquilo que confere a marca e, de acordo com os usos dessa palavra, poderia dar um sentido mais estático e com menos precisão do que gostaria.

Ao usar marcas de identificação, seria mais objetivo e específico em dizer aquilo que pretendo. Ou seja, demonstrar essas marcas que conferem identificação grupal – ou não. Ao mesmo tempo, não denominando como 'marcador cultural' deixarei de entrar numa seara complicada ao desviar do 'cultural', pois por mais que saibamos ser um processo que envolve culturas, se usasse esse conceito, estaria caracterizando essas marcas como sendo formadoras da cultura de um determinado grupo. Ao utilizar 'marca de identificação' me refiro especificamente aos processos de construção de identidades.

Para que as marcas de identificação de um grupo se consolidem é necessário que exista uma quantidade considerável de sujeitos que se digam pertencentes a essa comunidade e que tenham uma identificação mais ou menos semelhante com o artefato ou representação que se constitui como uma marca. Ou seja, não basta que seja algo isolado, uma característica partilhada por um número muito pequeno de pessoas.

Como já dito no capítulo um, por outro lado, as marcas que escolhi para analisar, além de não serem as únicas existentes, também não podem ser atribuídas a todas as pessoas cegas e com baixa visão. Existe pluralidade entre os modos de vida dos membros desse grupo, e seria muito temerário caracterizar a todos de uma mesma forma.

Por isso, nas análises que empreendo, procuro não generalizar e afirmar que todos pensam e representam o mundo do mesmo jeito, mas sim, que existem determinadas marcas partilhadas por uma grande quantidade de pessoas desse grupo, e que se configuram como marcas que muitos indivíduos com deficiência visual tomam como referência para a reivindicação identitária.

No que tange às pessoas com deficiência, essas marcas, na maioria das vezes, estão de alguma forma apoiadas em algumas materialidades. Pode ser uma cadeira de rodas, uma bengala branca ou algum traço corporal específico através do qual as

demais pessoas caracterizem determinado sujeito como pertencente a esse grupo. Por outro lado, adquire também uma marca quando se trata das nomenclaturas utilizadas para nomear essas pessoas.

Comumente, existem controvérsias sobre os termos a serem usados para nomeá-los. Durante muito tempo, as pessoas com deficiência foram chamadas de excepcionais; posteriormente – desde os anos 1990 -, as nomenclaturas se modificam constantemente de acordo com as reivindicações dos movimentos sociais e da atuação do politicamente correto'. Ainda circulam nomes como: pessoas com necessidades especiais, pessoas portadoras de deficiência, pessoas deficientes e, o que atualmente vigora, pessoa com deficiência.

Nesse sentido, a deficiência é uma palavra que impacta e marca a vida de cada um de nós. Assim como tantas coisas atualmente, essa marca pode ser usada em favor das pessoas com deficiência, pois:

Enquanto se mantém o termo deficiência, apesar de sua origem médica, a maior parte dos pesquisadores do *Disability Studies*, pensa que a deficiência pode ser melhor entendida como um marcador de identidades. Como tal, pode estabelecer alianças com outros grupos e pessoas discriminadas. (LINTON, 2010, p. 223)

Também é preciso dizer que não creio que seja possível pensar em uma marca como algo em *si mesmo*. Pois, conforme os Estudos Culturais, dificilmente podemos classificar algo como sendo *per si*, já que de acordo com as perspectivas culturalistas somos nós que damos sentido às coisas, nós estabelecemos determinados discursos e posicionamos as coisas no mundo. A maioria dessas marcas é construída pelos grupos e por seus sujeitos, que podem determinar parâmetros e fronteiras de acordo com o ponto de vista que utilizam para ver certos pontos.

Diante disso, ao falar em algo como sendo uma marca, é preciso deixar claro que ela se caracteriza não pelo fato de existir enquanto ação ou materialidade, mas sim, através do modo como é constituída e representada. Quero dizer com isso, por exemplo, que a reivindicação de autonomia é algo comum entre muitos grupos considerados diferentes; logo, isso não constitui uma marca de identificação específica de uma dessas comunidades. Porém, o que faz da reivindicação de autonomia uma marca das pessoas com deficiência visual são as formas de reivindicar, e as peculiaridades que as constituem, como a necessidade do cão-guia e a luta para que possam entrar em todos os espaços, ou a reivindicação pela

audiodescrição para que se possa ir ao cinema e compreender o filme sem ter que solicitar ajuda de outrem.

Além disso, existem inúmeras marcas que podemos demonstrar e estabelecer como laços identitários da maioria das pessoas cegas e com baixa visão. Dentre tantas possibilidades, tive que fazer algumas escolhas, e analisar aquelas que dentro de meu *corpus* analítico pareceram mais evidentes, de acordo com os critérios já mencionados anteriormente, as quais, na próxima seção pretendo desenvolver mais detidamente.

Diante de tudo que comentei até aqui, e como uma forma de relembrar o leitor, cabe reafirmar que meu problema de pesquisa é o seguinte: *Como a reivindicação da identidade através da cultura proporciona a construção de marcas de identificação das pessoas com deficiência visual?* E, neste capítulo pretendo demonstrar como essas marcas se constituem, bem como, analisar suas implicações e possibilidades, buscando responder a essa questão e propondo outras para continuar girando a roda das pesquisas.

4.2 TRAÇANDO CAMINHOS, RASTREADO ALGUMAS MARCAS

Tal qual alguém com deficiência visual que usa bengala – o que às vezes é o meu caso – vou rastreando os caminhos pelos quais devo seguir, com todos os perigos e inseguranças inerentes. Aos poucos, vou encontrando obstáculos e desviando dos mesmos, buscando outras possibilidades com minha bengala reflexiva. Para falar sobre marcas de identificação de pessoas cegas e com baixa visão foi necessário fazer escolhas e delimitar parâmetros de análise.

É possível perceber que, no caso das pessoas cegas e com baixa visão, algumas materialidades os caracterizam e são marcas desses sujeitos. Ao falar em bengala, e acrescentando também o cão-guia, podemos dizer que também se tratam de marcas da deficiência visual, nesse caso, configuram-se por constituírem uma (das) materialidade(s) da deficiência.

A bengala branca pode ser até considerada um ícone para as pessoas cegas, que serve como uma marca material de suas identidades, e também representa a materialização da não visão. Podemos notar isso nos excertos a seguir:

Olhando para o passado, eu devia ter aprendido primeiro a andar com uma bengala. Mas, às vezes, as pessoas têm sensações complicadas com relação à bengala e a veem como um sinal de fraqueza ou incapacidade. Ou até mesmo como uma barreira para se adequar à comunidade. Não sei se meus pais se sentiram assim ou não, mas eu não tive uma bengala antes de eu mesmo encomendar uma, anos mais tarde. (HINGSON, 2012, p. 47)

- Uma bengala? Para mim é o fim do mundo!
Mas novamente, como no caso do Braille, me veio a imagem do cego, com olhar vago, só que agora andando e pedindo ajuda para atravessar a rua, eu não conseguia me ver naquela situação. (ASSUMÇÃO, 2010. p. 52)

Com a bengala eu aprendi a não ter vergonha de ser eu mesma. Com a bengala em aprendi a não disfarçar meu problema de visão. Com a bengala, passei a ser mais espontânea, descontraída e autêntica. Passei a rir mais, fazer mais piadas e até a contar histórias engraçadas sobre quando não enxergo alguma coisa e passo por situações cômicas.
Com a bengala eu aprendi a ser menos ansiosa. Percebi que precisava literalmente dar um passo de cada vez – embora minhas pernas quisessem correr mais rápido. (BAIERLE, disponível em: <http://tresgotinhas.com.br/o-que-a-bengala-me-ensinou/>)

Como pudemos verificar nos excertos, há diversas formas de lidar com o uso da bengala branca, que pode gerar desconforto, medo, sensações de isolamento, autonomia e até liberdade. Mas todos estão de acordo que o uso da bengala não é apenas uma ação de funcionalidade ou que ajuda na mobilidade, indo muito além disso. Configura-se também, como uma representação sobre a deficiência, uma marca material que pode caracterizar a cegueira e a baixa visão de diferentes modos.

É possível notar que aprender a usar a bengala representa uma transição para as pessoas que deixaram de enxergar há pouco tempo ou que começaram a sentir a necessidade de utilizá-la como instrumento de segurança, tanto é que Assumção (2010, p 69) também afirma que: “*Aos poucos ia percebendo que a imagem do cego com a bengala, que tanto me aterrorizava, pouco significava em comparação com a segurança que obtive*”. Mais adiante tratarei a questão da autonomia, mas o que desejo ressaltar nesse momento é que embora haja um impacto inicial, a bengala é também um instrumento que possibilita além da mobilidade, a percepção e a marcação de identidades.

Historicamente a bengala branca e o cão-guia são tidos como materialidades da representação da cegueira. Ou seja, quando se menciona algum desses dois ícones, sabemos que estão de alguma forma ligados à deficiência visual de seus usuários, e que são tomados também como símbolos dessa condição. Certa ocasião, lendo a biografia da cantora brasileira Dolores Duran, encontrei um excerto muito interessante em que ela fala sobre a questão de modo irreverente, fazendo uma brincadeira sobre a questão da deficiência visual, em 1957:

Conta Judit Joy que Dolores Duran foi a um oculista. Este lhe receitou o uso de óculos. Ela foi a uma casa de artigos de ótica. Lá lhe informaram que o óculos custava mil e seiscentos cruzeiros. Então, Dolores pegou a receita e colocou-a de volta na bolsa e disse: “é mais fácil comprar um cachorro e uma bengala branca”. Não se sabe se comprou! (FAOUR, 2012, p. 185)

Quase sempre que se vê uma bengala branca nas ruas, logo associamos à imagem de um cego, e como pudemos verificar anteriormente, não é algo tão recente assim. Além disso, o som característico da bengala tocando o solo permite àqueles que não enxergam, ouvirem que esse instrumento está sendo impunhado por alguém que está perto, tanto no sentido geográfico quanto na proximidade identitária. Nesse sentido, Queiroz (2005, p. 112) afirma:

Acostumei a usar a bengala mesmo sendo guiado, pois se alguém esbarra em mim, pede desculpas; sem ela, sou xingado. A bengala é um símbolo significativo da cegueira, em especial para as pessoas que não têm aparência de cegas, quando isso acontece, colocar também óculos escuros completa a fantasia.

Este pequeno excerto contém ideias interessantes. A primeira delas é a ideia circulante de que todo cego tem que ‘parecer cego’. Ou seja, ter olhos com aparência ‘fora do normal’, ou usar bengala branca e/ou óculos escuros. E, essa indumentária comumente atribuída aos cegos, evita confusões; por exemplo, com pessoas cegas e com baixa visão que não têm a aparência de olhos diferentes das demais pessoas, e que podem parecer videntes. Essa ‘fantasia’ é de fato um estereótipo muito comum entre as pessoas que enxergam, quando cada vez menos corresponde à realidade. Afinal, muitos cegos já não usam os óculos escuros, e muitas pessoas com baixa visão andam sem bengala.

Certamente, a bengala branca tem seu papel utilitário e funcional no sentido de permitir uma locomoção mais segura e rastreando muitos objetos e declives ou aclives no caminho. Pode também servir como orientação para sabermos em que tipo de solo estamos andando, se é liso, se é de terra ou se há pedras pelo trajeto, por exemplo. Conforme Hingson (2012, p 118):

A maioria das pessoas pensa que a bengala é apenas uma ferramenta para detectar objetos no caminho, mas ela é muito mais do que isso. O bater da bengala cria sons distintos pelo terreno. Terra, pedra, cimentos, asfalto, azulejo e borracha, criam sons diferentes, e quem se acostuma a andar com a bengala é capaz de detectar esses sons e identificá-los. No entanto, as pancadinhas também criam um eco que as pessoas mais experientes aprendem a usar para decodificar informações sobre o espaço a sua volta.

Certamente ainda circulam ideias de que as pessoas que utilizam esses recursos sejam inferiores e isso causa constrangimento a muitas pessoas. Porém, cada vez mais pessoas e suas bengalas circulam por diversos espaços e a usam também como um modo de marcar e demonstrar sua identidade de maneira 'positiva'.

Sobre esse tema escrevi o seguinte em meu blog - chamado *arteficienciavisual* – o qual cito aqui:

Quando ouço o típico tilintar da bengala, penso que não estou sozinho, que há por perto mais alguém que percebe o mundo mais ou menos como eu, que tem dificuldades parecidas, que me faz sentir próximo [...]. E o que me torna ainda mais feliz é ver que a quantidade de bengalas e seus donos circulando pelas ruas tem aumentado vertiginosamente nos últimos tempos. (<http://arteficienciavisual.blogspot.com.br/2011/11/o-badalar-das-bengalas.html>; acessado em 02/10/2012)

Outra marca que vem tendo cada vez mais destaque é uma 'variação da bengala', e que também constitui uma marca material que se destina a um recurso de acessibilidade que permite a mobilidade das pessoas cegas. Trata-se do cão-guia, que ainda é muito raro no Brasil em razão do alto custo de treinamento e socialização dos animais.

Os cães-guia ainda são tratados quase como figuras exóticas, dada a escassez de animais que circulam com seus donos. Nesse caso, a marca se restringe a um número pequeno de pessoas que possuem esses animais no Brasil, mas sempre que

são vistos têm sua imagem associada a de pessoas cegas, assim como muitas dessas pessoas nutrem o desejo de ter um desses cães.

São constantes as campanhas de associações e ONGs para o estabelecimento de centros de treinamento e socialização de cães para essa finalidade, reivindicando ajuda financeira tanto do governo quanto da iniciativa privada. Existem também diversos procedimentos de conscientização das pessoas sobre as funções do cão-guia, e sobre os direitos que seus donos têm de levá-los a todo e qualquer ambiente público e privado. Muitos afirmam que ter um cão guia ajuda na socialização das pessoas, além de ser um ‘recurso’ muito mais eficiente do que a bengala, gerando maior segurança e, por vezes até, menos discriminação por parte da sociedade. Isso pode ser notado ao lermos o excerto de Martinez (2011, p 91), que segue abaixo:

É verdade que sua presença [de Boris, o cão guia] me trouxe grandes facilidades de locomoção, mas os benefícios mais importantes foram muito além do plano físico. Com ele, passei a sair, e a me expor muito mais, o que favorecia o contato com um número muito maior de pessoas. [...]

O cão-guia faz mais do que um auxílio técnico, faz muito pela imagem da pessoa. Ele projeta a independência e todos passam a ver e tratar a pessoa com deficiência de outra forma. Essa mudança foi muito importante para mim. Antes, alguns comentários que eu ouvia tinham a conotação de piedade: “Coitadinha que dó”. Se não estivemos fortalecidos, esses comentários deploráveis afetam e derrubam nossa autoestima. Quando eu ainda usava a bengala, era frequente ouvir alguém dizer: “Nossa, coitada, tão bonita e não enxerga” como se uma coisa tivesse a ver com a outra. Eu brincava com meus amigos que, pelo menos a tragédia não era total.

Ao andar com o Boris, ao contrário, os comentários eram sempre muito positivos: “olha que legal esse cachorro”. Todos achavam a situação interessante

O fato do cão-guia ser uma marca positiva, ou que gera uma ideia de positividade nas pessoas com deficiência visual pode ser percebida não apenas nesse excerto, mas em diversas reportagens televisivas que têm como pauta essa forma de acessibilidade. Além disso, esses animais tiveram destaque ao participarem de telenovelas, como no caso de *América* (2004), em que o personagem Jatobá²² possuía o cão-guia chamado Quartz; e em *Caras e Bocas* (2009), em que Higgans era cão-guia da personagem Anita²³. Isso ajudou a popularizar o recurso, assim como auxiliou a expor uma imagem dos cegos, diferente daquela tida pela maioria das

²² Interpretado pelo ator Marcos Frota.

²³ A personagem foi interpretada pela atriz e jornalista Danieli Haloten, que se tornou a primeira cega a ter um papel de destaque em uma telenovela brasileira. Higgans é o cão-guia de Danieli até hoje.

peessoas, demonstrando que essas pessoas podem ter autonomia e liberdade para frequentar qualquer espaço que desejarem, mesmo que o cão-guia ainda seja um privilégio de poucos.

Por outro lado, o cão-guia possibilita segurança, autonomia, companheirismo, elevação da autoestima e da imagem positiva, bem como o estabelecimento de laços entre o usuário e o animal. A exemplo disso, Michael Hingson teve 5 cães-guia desde seus 14 anos e relata o seguinte sobre aquilo que sente toda vez que recebe um outro cão:

Embora aquela fosse minha quinta vez na Guide Dogs, eu estava tão nervoso e empolgado quanto na primeira vez, 35 anos antes. A única forma de descrever a sensação de esperar por seu cão-guia seria compará-la a de estar na igreja com seu smoking, esperando para ouvir a “Marcha nupcial”, e ver sua noiva atravessar o corredor. Sua vida não será mais a mesma, e você não ficará mais sozinho. (HINGSON, 2012, p. 53)

Outra marca que vale a pena registrar é a audiodescrição. Embora eu deva pontuar que nesse caso tratei do tema no capítulo três, mas o fiz menos do que gostaria, já que seriam necessárias outras pesquisas que não estão exatamente no foco de minha investigação. Por isso, pretendo realizar tais estudos na continuidade de minha trajetória acadêmica, analisando, por exemplo, as possibilidades identitárias e de aprendizagem da inserção da audiodescrição nos processos escolares.

Além de promover acessibilidade a produtos culturais, facilitando a circulação e o consumo dessas produções, a audiodescrição reúne em um mesmo espaço diversas pessoas cegas e com baixa visão. Esse fato é emblemático, pois de acordo com a trajetória histórica desses grupos, não é comum que haja uma unificação ou aglutinação desse grupo em torno de outras demandas que não as associações e movimentos sociais. Isso significa que, através da cultura está acontecendo uma (re) aproximação entre essas pessoas, ampliando a sensação de pertencimento grupal.

Creio que, a cultura tem tido um papel fundamental nesse processo de aglutinação comunitária, que se não está derrubando todas as barreiras, pelo menos não as têm aumentado de modo geral. As sensações provocadas pela identificação com o outro e pelo acolhimento do apoio mútuo entre pessoas pertencentes a um mesmo grupo são fundamentais para a constituição de laços e de marcas de identificação. O que se pode verificar no excerto a seguir, é que sentir-se acolhido em uma comunidade confere aos sujeitos – pelo menos a alguns deles – outras formas de lidar

com a deficiência. Como afirmei no capítulo anterior, além de recurso de acessibilidade, a AD pode ser um modo de prover protagonismo às pessoas com deficiência visual nos processos de inclusão. É muito interessante e ilustrativo o depoimento de Mariana Baierle Soares no blog *Três Gotinhas* sobre sua relação com a audiodescrição:

O cinema é a arte da inserção em outro universo, a vibração com a trama, o sentimento de emoções distintas, o envolvimento com a narrativa. Só compreendi – e senti – de verdade essa dimensão quando passei a viver intensamente o cinema através da audiodescrição. O longa *Colegas*, exibido na data histórica de 13 de agosto de 2012, no 40º Festival de Cinema de Gramado [recebendo o prêmio de melhor filme], é uma prova de que a audiodescrição veio para ficar e para transformar o mundo. A audiodescrição é uma revolução que não está mudando somente a minha vida, mas a de muita gente. Uma vitória de muita gente que, assim como eu, acredita que o cinema deve ser de todos. E não apenas de quem enxerga, escuta, se locomove ou vive dentro de determinados padrões de uma dita “normalidade”. (BAIERLE, <http://tresgotinhas.com.br/o-kikito-tem-sabor-de-chocolate>)

Essas ações podem também conferir uma espécie de empoderamento das práticas culturais por essas pessoas, aumentando a autoestima desses sujeitos e elevando as expectativas de parte da sociedade que ainda não acredita no potencial desse grupo. Além disso, protagonizar a realização dessas produções, gera identificação com os produtos audiodescritos. Por outro lado, engloba a possibilidade de constituição e consolidação de outras marcas, sendo que algumas delas também fazem parte das que analiso na tese.

Em suma, o que percebo é uma busca por identidades e mais precisamente por marcas de identificação, mas não como ponto final, e sim como impulso em busca do direito à diferença. Não trato nessa pesquisa sobre outros traços que também compõem esse grupo, como as pessoas com deficiência gays, negras, mulheres e etc. No entanto, ainda estamos em um momento, em que penso na identidade como fio que confere uma união - ainda que frágil enquanto grupo -, mesmo que ali adiante esse fio seja o mesmo que nos amarre ou nos enlace.

4.3 HISTÓRIAS DE VIDA E NARRATIVAS DE SI: CONSTRUINDO MARCAS DE IDENTIFICAÇÃO

É cada vez mais comum encontrarmos nas estantes das livrarias obras em que pessoas consideradas ‘especiais’, seja por terem conseguido uma façanha inédita ou

inesperada, contam suas histórias de vida e de como superaram as dificuldades para alcançar o sucesso. A profusão de biografias, livros em que famosos e ‘ilustres anônimos’ relatam experiências de sucesso ou de superação da diferença também tem a ver com a quantidade desses exemplares a serem vendidos e, portanto, demonstram o interesse de parte da sociedade em consumir tais produtos.

Muitas dessas histórias de vida são consideradas como exemplos de sucesso, e por isso mesmo, são consumidas também para que as pessoas ‘descubram a receita’ de como ser bem-sucedido. Pode-se dizer até, que muitas dessas obras são relacionadas diretamente ao famoso e muito vendável estilo ‘literário’ da autoajuda. Por outro lado, é perceptível que essas obras também são utilizadas como uma maneira de consumir e conhecer a diferença, e os modos de vida das pessoas com deficiência.

É possível notar a ideia circulante de que é necessário conhecer o considerado diferente através de seus pontos de vista. Nas obras em que os sujeitos falam sobre suas vidas, isso suscita relativo interesse daqueles que se identificam com os fatos narrados e/ou com os grupos aos quais essas pessoas pertencem, estabelecendo laços identitários. De acordo com Arfuch (2006, p. 111):

As formas autobiográficas propõem um “pacto” de leitura que assegura a identidade entre autor e narrador, e vice-versa: certa colocação testemunhal do eu, frente a sua própria experiência. [...] aquela sintonia existencial onde o relato impõe uma ordem – é dizer, uma forma – não só à vida do narrador, mas à vida do destinatário/receptor: cada relato de vida opera então em nossa “educação sentimental”, nos ensina a viver, talvez em maior medida que a própria experiência.

Um dos motivos que me levou a optar pela análise de materiais, nos quais os sujeitos narram suas histórias de vida, é esse estabelecimento de relações identitárias entre o autor e aquele que lê. Uma das tendências atuais, tanto na literatura quanto nas demais instâncias sociais, são os instrumentos que nos provocam a olhar para nossos eus, em ações reflexivas, que podem atuar com maior ou menor intensidade na subjetividade.

Muitos dos que escrevem sobre si, ou sobre parte daquilo que acreditam ser, estão reconfigurando suas histórias de vida, apresentando peças, traços e flashes de suas vidas de modo interessado e com determinados objetivos na escrita, atuando sobre suas próprias subjetividades (LARROSA, 1994, p 70). Ao mesmo tempo, podem

agir sobre as subjetividades de outrem, e em alguns casos construindo ‘pontes’ com o leitor, estabelecendo laços de identidades com os mesmos que também possibilitam o estabelecimento de algumas dessas marcas.

O que pude observar na escolha dos materiais de análise e das categorias analíticas é que existem recorrências e ligações entre esses materiais. Há um lastro muito grande de tempo e espaço coberto por esses materiais. Os textos de Borges - que vivia em Genebra - escritos no início do século XX, até o livro de Sara Bentes - que vive no Rio de Janeiro - publicado em 2013. Da mesma maneira, outros narradores do material que selecionei viveram em lugares e em épocas distintas, dos Estados Unidos de Hingson, passando pela Eslovênia, de Bavcar e dos demais narradores brasileiros. Mesmo com todas as diferenças entre temporalidades e lugares, há inúmeras semelhanças entre as histórias contadas pelos narradores, e mesmo com uma ou outra divergência de percepção, é como se uma história complementasse a outra, seja na busca por autonomia, no entendimento da deficiência como forma diferente de ver o mundo e, principalmente, nas experiências escolares.

Entendo que essas semelhanças nas histórias escolhidas é que me fez ter a convicção de que essas são marcas que perpassam grande parte das culturas ocidentais. Creio que elas possam ser denominadas como marcas, também pelo fato de terem sido tematizadas por essa variedade de narradores e seus contextos. Essas formas de perceber o mundo, e as escolhas dos relatos que iriam ou não fazer parte dos materiais, foram decididas pelos autores, seguindo seus próprios critérios, e ainda assim, existem muitas conexões e convergências entre a maioria deles. Eis um dos principais argumentos que tenho para demonstrar que essas marcas não só provocam, mas fomentam o estabelecimento de laços identitários entre essas e outras pessoas com deficiência visual.

Logo, creio que uma das formas eficazes de marcar identidades por meio de narrativas de pessoas com deficiência visual, consiste nas narrativas em que os sujeitos contam suas histórias de vida. Portanto, nas seções que se seguem irei fazer as análises sobre as marcas de identificação, trazendo os excertos das narrativas que entendo serem mais adequados para esses debates.

4.4 REIVINDICANDO AUTONOMIA

Atualmente, vivemos em uma sociedade neoliberal, em que um dos princípios é que o sucesso ou o fracasso depende de cada indivíduo, em que somos livres para fazer o que quisermos e tomarmos os caminhos que desejarmos. Creio que a questão de ser ou mais ainda, de afirmar a reivindicação de ser um sujeito autônomo é um discurso latente em grande parte dos grupos sociais. Usar a palavra 'autonomia' parece um tanto perigoso pelos diversos sentidos que se pode atribuir a ela. Não faço uso desse termo no sentido da teoria crítica em que autonomia está ligada a uma ideia de liberdade total dos indivíduos quanto ao 'sistema' econômico.

Uso essa palavra no sentido de liberdade de pensamento, mobilidade e ação. Ou seja, não sei se uma pessoa consegue ser completamente autônoma, e por isso mesmo, me refiro ao ato de reivindicar autonomia. Portanto, não quero dizer que eles irão ou não alcançá-la, mas sim que uma parcela considerável desse grupo reivindica e luta por ela.

Essa reivindicação de autonomia também ganha ressonância pelo fato de não termos cidades e espaços públicos e privados plenamente preparados para lidar com as pessoas com deficiência. São constantes as reportagens em televisões e jornais relatando as dificuldades das pessoas para se locomoverem pelas ruas e em ambientes diversos. As questões que fazem com que não haja acessibilidade adequada são importantes, mas não são o foco desta pesquisa. Porém, esse é considerado um dos problemas mais graves para a efetivação da autonomia das pessoas com deficiência visual.

Além das barreiras arquitetônicas, existem as atitudinais, que também exercem um papel importante nas dificuldades encontradas para a minimização dos problemas de locomoção das pessoas com deficiência. Por isso mesmo, tanto as barreiras arquitetônicas quanto as atitudinais são relatadas como um empecilho a essa autonomia. Assim, afirma Baierle (2012):

Por trás das calçadas deterioradas, dos prédios, dos elevadores, dos ônibus, dos espaços públicos inacessíveis existem pessoas que os projetaram.

Mais difícil do que lidar com as barreiras arquitetônicas, é lidar com os indivíduos que as conceberam [...] É triste dizer isso, mas as barreiras físicas são as menos graves com as quais nos deparamos diariamente. Muito mais difícil é lidar com o despreparo e o desconhecimento das pessoas para lidar com qualquer diversidade. (<http://tresgotinhas.com.br/sobre-calçadas-e-mentes-deterioradas/> acessado em 05/10/2012)

Talvez por esses motivos as pessoas com deficiência visual vejam na dificuldade de se locomover e de ter autonomia uma barreira quase intransponível, o que inicialmente pode causar desconforto e situações que causam problemas emocionais a essas pessoas. No caso do excerto a seguir, Luis Assumpção ficou cego já adulto, depois de levar um tiro em um assalto na cidade de Belo Horizonte. Ao comentar em seu livro sobre aquilo que mais lhe assustou quando soube que ficaria cego, Assumpção (2010, p.5) diz o seguinte:

Vivi um momento de grande angústia, pensando que minha vida não teria mais sentido. Como eu faria para realizar todas as coisas que eu gostava ou precisava fazer? Como eu iria viajar? Trabalhar? Praticar esportes? Viver!... Confesso que, por diversas vezes, pensei que nada mais me daria prazer. A sensação da dependência quase que total de outras pessoas me deixava em um estado de intensa e profunda depressão.

É necessário dizer que cada pessoa lida com essa situação de uma forma, até porque as pessoas e suas experiências são diferentes umas das outras. No caso de Thays Martinez, que ficou cega aos quatro anos devido a uma doença autoimune, essa percepção de falta de autonomia, bem como a reivindicação de ter independência vieram algum tempo depois de sua cegueira:

Comecei a sentir mesmo a questão da deficiência quando entrei na adolescência. Foi uma fase em que as limitações começaram a ficar um pouco mais evidentes. Era como se infância e a inocência tivessem ficado para trás e eu me conscientizasse de que tinha uma diferença. Isso significaria alguns obstáculos a mais, ou pelo menos, diferentes daqueles enfrentados pela maioria das pessoas.

Um de meus grandes dramas era me locomover de modo independente. Sem isso era difícil pensar em liberdade e privacidade (MARTINEZ, 2011, p 16)

Por outro lado, Luis Assumção relata em sua obra que encontrou na busca pela autonomia a saída para suas dificuldades em lidar com a deficiência, e que essa incansável busca por independência o tornou melhor como sujeito e fez com que ele voltasse a trabalhar e a tentar refazer sua vida, agora com a condição de deficiência. (ASSUMÇÃO, 2010, p 100)

Há quem problematize a falta de autonomia valendo-se de artifícios como o humor e a ironia, por exemplo. Sara Bentes, comenta a questão de um modo interessante e bem humorado, relatando a existência de um novo esporte, o ‘Salto com Bengala’:

As ruas, calçadas e estabelecimentos sem acessibilidade se encarregam de fazer de nossos trajetos uma aventura constante! Esta semana, por exemplo, eu descobri uma nova modalidade esportiva, é o Salto com Bengala, uma versão urbana do Salto com Vara. É muito simples, o atleta só precisa estar cego e caminhar, de preferência, com um pouco de pressa, por calçadas esburacadas, o que é bem fácil de encontrar em São Paulo, por exemplo. Aliás, foi lá mesmo que descobri esse novo esporte Não vou dizer que na minha cidade não dá para praticar. Pelo contrário, pra todo lado tem pistas, ops, calçadas bem adequadas. Voltando ao esporte, como eu dizia, basta estar cego e caminhar a passos rápidos por uma calçadinha bem esculhambada. Ai, quando você menos espera (aí que está a emoção da nova modalidade), a ponta da bengala entra num buraco e pronto, sua vara está fixada no chão, pronta pra te impulsionar num salto espetacular! [;;;]. E por falar em obstáculo, se houver um canteiro, um poste, uma árvore, um saco de lixo, logo após o buraco que segurou a bengala, a aventura fica ainda mais emocionante! Se ganhassemos prêmios por nossas performances nesses esporte, essa modalidade, Salto com Bengala com Obstáculos

Surpresa, deveríamos ganhar um premiozinho melhor...
(BENTES, 2013 p. 14)

Tanto na narrativa de Sara Bentes quanto na de Marco Antônio de Queiroz, o humor, o sarcasmo e a ironia são utilizados como maneiras de apresentar as dificuldades, mas ao mesmo tempo, fazê-lo com mais leveza ou pelo menos mudando a estratégia da reivindicação. Eis algo que tenho percebido e me valido ultimamente,

pois tenho reivindicado o direito à autonomia – e outros tantos – buscando desconstruir antigas práticas.

Quero dizer com isso, que ao usar o humor e a ironia como ferramenta de reivindicação, é possível colocar em xeque os preconceitos e discriminações, pois ao assumir essa maneira de criticar essas representações, estamos também tornando-as quase que até ‘ridicularizadas’, dizendo a grosso modo. As formas de fazer as denúncias sobre a falta de acessibilidade e, portanto, de autonomia, também podem influenciar nas maneiras como são recebidas, e por isso, é interessante quando existe uma variedade maior de formas de colocá-las em execução.

Na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (BRASIL, 2009, p. 21), a autonomia é considerada um direito fundamental das pessoas com deficiência; assim, os Estados são responsáveis por promover ações que acabem com as barreiras arquitetônicas e atitudinais que inviabilizam a liberdade dessas pessoas. Por outro lado, afirma também que a deficiência ou a incapacidade está no ambiente e não na pessoa. Por exemplo, a dificuldade de autonomia das pessoas com deficiência visual não está no fato de terem dificuldades para se locomoverem ou de serem independentes, mas sim, nos ambientes que não estão preparados para lidar com essa diferença.

Contudo, essa reivindicação por autonomia, por mais que se baseie em legislações e tratados internacionais, nem sempre é algo implementado do modo como deveria em nosso país. Ainda que a maioria das dificuldades relacionadas ao desejo e à efetivação da autonomia sejam ações cotidianas na vida da maioria das pessoas com deficiência, algumas delas acabam ganhando destaque na mídia, e se tornam marcantes nesse processo.

Uma dessas situações, que ganharam destaque nas páginas dos jornais e nos programas de televisão, originou a escrita de um dos livros que fazem parte de meu material analítico. Em *Minha vida com Boris: a comovente história do cão-guia que mudou a vida de sua dona e do Brasil*, Thays Martinez conta algumas de suas experiências e de suas histórias de vida. O que motivou a escrita da obra foi o episódio em que Boris, então cão-guia da autora, foi barrado no metrô de São Paulo.

Thays Martinez foi uma das primeiras pessoas a ter um cão-guia no Brasil, o que por um lado foi motivo de satisfação para ela, mas por outro, lhe causou uma série de problemas. Em seu primeiro dia de trabalho, utilizando o cão-guia, fez o trajeto que costumava fazer e entrou no metrô de São Paulo para pegar um trem que lhe deixaria

próximo ao local que desejava ir. Antes de chegar à plataforma, foi interpelada por policiais dizendo que ali ‘não poderiam entrar animais’.

Como a instituição não cedeu aos argumentos de que se tratava de um recurso de acessibilidade, a questão foi levada ao judiciário. Com isso, a imprensa decidiu registrar o caso, assim tanto o cão quanto sua dona se tornaram conhecidos no Brasil inteiro. Alguns anos depois, esse fato foi julgado e Thays venceu a ação contra o metrô de São Paulo que foi obrigado a permitir a entrada de Boris em qualquer ambiente da instituição.

Esse acontecimento gerou uma série de leis pelo Brasil todo permitindo o ingresso de cães-guia em todo e qualquer espaço. Além disso, Thays tornou-se relativamente conhecida no país, indo a programas de televisão para falar não só sobre esse episódio, mas sobre sua vida profissional de funcionária do Ministério Público Federal, bem como acerca da luta pelos direitos das pessoas com deficiência, além de suas iniciativas para ampliar o número de cães-guia no Brasil. Portanto, ao menos nesse caso, a reivindicação de autonomia e de direitos por parte de Thays trouxeram essas questões para o centro dos debates na sociedade brasileira, fazendo com que esse caso tenha se tornado uma marca para aqueles que buscam autonomia.

Por outro lado, essa reivindicação de autonomia não se resume às tentativas de minimizar problemas de locomoção e mobilidade das pessoas com deficiência visual. É algo bem mais amplo que isso, envolvendo diversas questões para além das que estou debatendo.

Existem também algumas dificuldades relacionadas à autonomia – e com a falta dela -, uma delas é a interação com outras pessoas que enxergam e que por vezes não compreendem ou tem dificuldades para entender como é a realidade da vida das pessoas cegas e com baixa visão. Cabe lembrar, que as barreiras atitudinais constituem grande parte dos obstáculos que enfrentados no cotidiano. Os relatos sobre essas situações são constantes e muito recorrentes. Há pontos tidos como positivos e outros nem tanto, conforme escreve Bentes (2013, p 23):

Nós, a turma do apagão, frequentemente somos ajudados para atravessar uma rua, para achar um endereço, para encontrar um lugar vago no transporte, para tomar um ônibus e por aí vai. Nessa aventura diária, temos a oportunidade de conhecer pessoas interessantes, de fazer novos amigos, de aprender e de ensinar, e também temos a oportunidade de “passar pelas mãos” de todo tipo de gente... e com todo tipo de gente conhecemos todo tipo de ajuda: existe a ajuda super protetora, oferecida por aquelas pessoas que esquecem que você só não enxerga e querem te carregar no colo. [...] existem aquelas que superestimam a sua capacidade, pensam que sua bengala tem GPS e seu ouvido tem um radar de última geração que capta até pensamento via *Bluetooth*.

Ainda há muito desconhecimento e alguns 'ruídos de comunicação' quando os videntes ajudam pessoas com deficiência visual em suas tarefas; algumas cometem gafes, outras são talvez intencionalmente agressivas ou têm postura preconceituosa. E, conforme os excertos apresentam, há recorrências nessas manifestações contadas pelos narradores e em diferentes lugares e épocas. Por exemplo, Queiroz (2005, p 87) relata uma história dos anos 1970, quando estava aprendendo a andar sozinho logo que ficou cego:

Dei voltas e mais voltas pelo quarteirão até que comecei a achar sem graça. Fui para o próximo quarteirão, e depois para o próximo e, assim, fui conquistando os espaços. Andar sozinho, porém, acarretava outros problemas. Um dia arrumei uma confusão na rua com um senhor que me atravessou:

- não repara não, mas se eu fosse cego que nem você eu me matava.

Eu, surpreso e não estando a fim de muita conversa, respondi:

- O senhor não repara não, mas pessoas fracas como o senhor já estão mortas a muito tempo. Não consigo entender como o senhor está vivo, sabe como conseguiu?

Ele começou a falar alto para todo mundo ouvir:

- tá vendo só? A gente ajuda esses ceguinhos e ainda leva desaforo para casa.

Essas situações são bem mais comuns do que podem parecer atualmente, basta ter alguma deficiência e circular pelas cidades e verificar que de alguma forma ainda existe desconhecimento misturado com uma 'pitada' de sensação de superioridade.

Escutamos essas coisas ou outras semelhantes quase todas as vezes em que saímos às ruas, e sei que chega um momento em que não estamos emocionalmente estáveis para sublimar esses problemas, então acabamos dando respostas inadequadas e que só reforçam alguns estereótipos e o distanciamento entre videntes e pessoas com deficiência visual.

Isso porque, querendo ou não, ainda existe na maioria das vezes a generalização das atitudes de um grupo, então, se um cego for deselegante, muitos poderão pensar que todos são assim. Ao passo que, se forem tomadas atitudes mais de compartilhamentos de experiências e modificação de estereótipos pelo conhecimento das pessoas, talvez se possa mostrar que muitas pessoas com deficiência visual também caminham na direção de buscar a convivência 'pacífica' entre os diferentes grupos. Ou seja, cada um de nós, cegos e com baixa visão,

representa também um pouco do grupo a que pertencemos, como o próprio Queiroz (2005, p. 98) faz questão de salientar:

Às vezes estou bengalando sozinho na calçada e, ao pedir para atravessar a rua, escuto coisas assim:
- Não sabia que os cegos andavam sozinhos.
Eu costumo responder:
- Os cegos, eu não sei, mas eu ando.
Essa generalização me fez sentir ainda mais responsável em minhas atitudes, pois elas poderiam significar a simpatia ou antipatia que as pessoas poderiam ter com relação aos cegos.

Uma atitude até tida como simples para a maioria das pessoas, andar sozinho na rua, seja com a bengala ou com o cão-guia, é uma atitude que demonstra a possibilidade que se tem de viver com considerável autonomia, mesmo quando as condições não são as ideais. Demonstrar isso é também uma ação não apenas de reivindicação, mas de prática da busca por independência e liberdade que é cara a quase todos os seres humanos.

Não se pode negar que uma pessoa tendo deficiência ou não, provavelmente jamais conseguirá ser autônoma todo o tempo, pois sempre precisaremos da ajuda de outrem. É inegável, que por conta das barreiras externas e internas existentes, muitas pessoas com deficiência precisam de auxílios especializados e de ajudas técnicas, como no caso de Assumpção (2011, p.47):

Se há para mim uma marca fundamental no nosso processo, é, sem dúvida, a constante preocupação de Terezinha Sette [sua psicóloga] com minha independência e autonomia. Ela me ajudava a colocar minhas novas limitações na sua devida dimensão e ainda abria meus horizontes a possíveis mudanças profissionais, fossem elas de função, cargo ou até tipo de atividade.

O nível de autonomia ou de dependência de uma pessoa com deficiência visual, também tem relação com outros fatores que não só as barreiras atitudinais ou arquitetônicas. Podem estar também relacionadas diretamente com outros fatores, como a condição social e econômica. Podemos verificar isso na reflexão de Queiroz (2005, p. 97):

Tive oportunidade de conhecer uma cega que morava no Leblon que chegava a passar sede caso alguém não lhe apanhasse água. O extremo oposto disso são os cegos que trabalham e moram sozinhos. Entre um extremo e outro há diversas variações. Percebi, com isso, que o limite do cego não é a cegueira, mas sim a educação, o condicionamento, as práticas, as emoções. E foi isso, justamente, que me levou a ir à luta.

É possível notar, que a autonomia ou a reivindicação da mesma é uma questão de conscientização e/ou conhecimento tanto do próprio sujeito com deficiência, quanto das pessoas que o cercam. As posturas e as atitudes podem variar de acordo com o contexto de vida dos indivíduos, seja nas cidades onde vivem, nos meios sociais que frequentam ou nas circunstâncias pelas quais passam ao longo de sua existência.

Como disse antes, essa conscientização é papel também das pessoas cegas e com baixa visão, que entendo terem a tarefa de demonstrar as atitudes que mais lhes são convenientes e que podem ser importantes para a consolidação dessa autonomia.

Muitas vezes, são realizadas atividades tidas como de sensibilização, em que muitos videntes vendam os olhos e começam a caminhar ou fazer atividades do cotidiano sem enxergar. Embora eu entenda a intenção dessas ações, dificilmente uma pessoa que enxerga conseguirá saber plenamente como é a que não enxerga, e se o fato de se colocar no lugar do outro é um movimento importante, é preciso ter alguns cuidados, conforme os excertos de Queiroz (2005, p 97 e 188):

Quando tinha paciência, tentava explicar que apesar de ser algo que eu não desejasse a ninguém, a cegueira não tinha a dimensão sentida pelas pessoas. Elas tentam imaginar o que é ser cego fechando os olhos por um minuto. É lógico que muito pouco pode ser feito, visto que a pessoa não tem a prática nem a necessidade constante de se virar sem a visão. Ela se sentiria insegura em fazer as coisas mais simples, como discar um número de telefone, coisa fácil de fazer para um cego, pois os números estão sempre no mesmo lugar e em relevo, seja em telefones digitais ou não. [...] A desinibição, a prática e principalmente a necessidade ensinam.

Quem enxerga e não convive com cegos, acha que cego não pode andar sozinho nas ruas, porém, a maior parte dos cegos que não é mimada pelas famílias, superprotegidas, o faz. [...] Então, eu procurei não me limitar mais do que já sou limitado. Só podemos conhecer nossos limites vivendo-os, experimentando, aprendendo, tocando, não só imaginando a presença deles. São essas descobertas que me fazem amar a vida e não deixá-la, aos pedaços, pelo caminho.

Todavia, essas interações feitas de maneira natural podem gerar bons frutos de sensibilização e de conhecimento da realidade que vivemos. Tudo isso, ajuda as demais pessoas a entenderem os motivos que levam cegos e baixa visão a reivindicar o direito à autonomia. Não apenas entrar em embates contra as representações *videntistas* que não promovem a autonomia como um direito, mas como uma concessão, o que manteria uma relação de hierarquia entre aquele que concede essa autonomia e aquele para quem é concedida.

Trata-se aqui, de viscejar novas possibilidades e alternativas ao *videntismo* que mantêm certa resistência ao fato de propor uma sociedade onde as diferenças sejam respeitadas e os direitos à liberdade e independência não sejam tão complicados de serem cumpridos. As histórias de vidas contadas pelos narradores têm grande potência nesse processos de sensibilização, mais ainda, quando a ferramenta utilizada é a arte, como no caso da conhecida canção de Sara Bentes chamada: *Pra quê?*²⁴

²⁴ A letra da canção não está no livro por completo, porém, há diversas menções em vários textos da autora que fazem referênça à mesma, tanto que, de certo modo é parte do livro constantemente.

Pra quê? (Sara Bentes)

Se quiser me ajudar, pergunte primeiro
 se eu preciso.
 E se for me ajudar, entenda primeiro como.
 Se quiser que eu te reconheça
 então me diga teu nome.
 Se quiser mais poesia,
 então me cante tua canção.
 Se for me guiar,
 não me empurre à tua frente.
 Seja minha estrela guia
 abrindo o caminho pra mim.
 Se quiser que eu veja algo
 não aponte, faça a ponte,
 Com palavras, descrição,
 ou então me leve até lá...
 Se quiser me entender, não precisa esforço,
 não há nada demais!
 Assim como você e todo mundo,
 sou diferente de todo mundo.
 Sou única, sou cigana,
 sou do samba e sou da paz.
 Se quiser entender meu problema,
 feche os olhos e se olha.
 Veja suas ideias gastas,
 entenda que eu não tenho problema algum.
 Tenho apenas uma maneira diferente
 de ver o mundo...
 Me dê então um beijo daqueles
 que só você sabe dar.
 Pra que que a gente precisa ver?
 Sabe lá...
 Me cante aquelas canções
 que só você sabe cantar.
 Pra que a gente precisa ver?
 Sabe lá...
 Quem não é diferente?
 Quem não tem dificuldades?
 Quem não é diferente? Me diz...
 Quem não tem dificuldades? Me diz...

Essa música é muito significativa para as pessoas com deficiência visual, pois consegue apresentar com clareza e emoção muitas das coisas que pensamos e desejamos. Tudo isso, feito de um modo sensível e que na maioria das vezes, toca as pessoas.

Na música, há diversas questões que remetem ao que estou apresentando nessa seção e que debatarei nas seguintes. Sara escreve: “*Se quiser me ajudar/ pergunte primeiro se eu preciso. /E se for me ajudar, entenda primeiro como.*” Em

primeiro lugar, está a ação de não fazer algo, sem contar com a opinião do sujeito cego ou com baixa visão, afinal, são eles que poderão saber o que é melhor sobre seu cotidiano.

Já no trecho: “*Se quiser que eu veja algo /não aponte, faça a ponte,/ Com palavras, descrição, /ou então me leve até lá.*”, mostra como agir em uma situação muito comum, a de mostrar objetos para cegos e com baixa visão e que quem não tem contato com essas pessoas, sente dificuldade sobre como proceder.

Caso essa ajuda seja tomada como uma atitude de piedade para alguém que tenha um ‘problema’, eis os versos: “*Se quiser entender meu problema/ feche os olhos e se olha./Veja suas ideias gastas, /entenda que eu não tenho problema algum*”. Nesses versos é possível notar certa resistência e contraposição às representações *videntistas* que inferiorizam a deficiência visual.

Por fim, nos versos que encerram a canção: “*Pra que a gente precisa ver?/ Sabe lá./ Quem não é diferente?/ Quem não tem dificuldades?*”, há uma valorização da diferença, e questionamentos quanto à normalidade, bem como, a percepção da deficiência como uma forma diferente de ver o mundo, marca sobre a qual tratarei na próxima seção.

Para finalizar, vale mencionar também, outra questão que diz respeito ao ato de frequentar ambientes culturais como cinemas, teatros, museus e exposições sem que se dependa de outra pessoa para informar sobre o que não pode ser enxergado por alguém com deficiência visual. Até porque, posso querer ir sozinho a um desses espaços, mas como fazer, se não há acessibilidade?

O simples ato de frequentar cinemas, teatros e outros que dependam de informações visuais são quase sempre situações que pessoas cegas e com baixa visão não podem fazer sozinhos. Na maioria das vezes, é preciso contar com a ajuda de algum familiar ou amigo que se disponha a narrar o que está vendo, o que não é exatamente um exemplo de autonomia. Mais que isso, na maioria das vezes são obrigados a ir aos lugares não por escolha, mas porque os outros também vão, e como só podem ir com alguém junto, dependem também do bom gosto alheio, o que as vezes é um pouco difícil.

Outro problema, é que em muitas ocasiões são narradas coisas que cegos e baixa visão não desejam saber, ou que não são bem descritas, o que dificulta a compreensão e muitas vezes inviabiliza o direito a escolhas. Aos poucos, alguns desses problemas têm sido resolvidos com as iniciativas de audiodescrição. Esse

recurso permite ‘ver’ aquilo que não se pode enxergar. É claro que existe AD de qualidade duvidosa, mas o fato de um produto cultural contar com audiodescrição confere autonomia de escolha, além de não ser uma companhia inconveniente aos amigos e familiares, que não passam mais grande parte do tempo tentando descrever o que seus acompanhantes não enxergam. Tendo audiodescrição, podem até, ir sozinhos aos eventos caso desejem, o que além de tornar um artefato acessível, transmite uma sensação de liberdade e independência. Assim, ao comentar suas primeiras experiências em audiodescrição, Mariana Baierle diz o seguinte:

Passei, pela primeira vez, a criar expectativa sobre os filmes, a esperar que seu enredo me agrade, me envolva, tenha um significado na minha vida ou apenas me divirta. Antes, confesso, não esperava nada de um filme. Porque simplesmente não os assistia ou não os acompanhava.

Quando penso na audiodescrição, ainda me parece um sonho. Um universo infinito a ser explorado e desvendado em cada detalhe. Audiodescrição, em outras palavras, significa liberdade, autonomia, igualdade e respeito às diferenças. O acesso à cultura, ao entretenimento e à informação resgata o sentimento de pertencimento e de integração a um contexto, até então, inacessível e distante. (<http://tresgotinhas.com.br/autonomia-e-liberdade-um-sonho-possivel/> acessado em 05/10/2012)

Portanto, é possível dizer que a reivindicação de autonomia se configura como uma das marcas das pessoas com deficiência visual. Ter o direito à independência e a circular sozinho pelos diferentes espaços sociais é algo muito importante para a ampliação de possibilidades desses sujeitos. Além disso, proporciona diferentes visões de mundo, formas de percepção muito específica à pessoas cegas e com baixa visão. Algo que veremos na próxima seção.

4.5 PARA ALÉM DO VISÍVEL, OUTROS MODOS DE VER O MUNDO SEM ENXERGAR. [...]

*Precisa de cor?
Precisa combinar
Mesmo no escuro?
Transcender
Trans – cen – der
Trans – sem – ver
Ver sem ver
Olhar e ver
Ver sem olhar
Olhar e enxergar
o mundo cinza
Colorar o olhar*

*Transolhar sensível
Olhar e enxergar
as cores do mundo
mesmo escuro, cinza e frio
(De cor em cor - Mariana Baierle)*

Como um cego pode ver? Como veem aqueles que não enxergam bem? Eis perguntas instigantes e que podem ter mais de uma dezena de respostas possíveis. Talvez um caminho interessante para começar essa reflexão sobre essas questões seja compreender que o ato de ver é mais complexo do que enxergar, já que esse último corresponde a uma função biológica dos seres humanos e alguns animais.

Enquanto isso, ver depende da subjetividade e da percepção de cada um, muito mais do que o uso do sentido da visão. Por isso, é preciso *transolhar o sensível*, pensar que as pessoas com deficiência visual podem sentir, ouvir, tocar e ver o mundo, através de suas especificidades. Nesse sentido, sobre a relação entre ver e olhar, BAVCAR afirma que: “*sentia a forte presença do desconhecido jogo entre ver e olhar, entre olhar de outro modo e não ver, mas também entre ser visto e querer olhar*”. (BAVCAR, 2003, p. 107)

Algumas das representações muito comuns sobre as pessoas cegas é que elas vivem no mundo da escuridão, o que as tornaria, dignas de comiseração pelo fato de viverem em um mundo sem qualquer estímulo visual e por enxergarem sempre a mesma cor, ou seja, o preto. A escuridão também remete a uma ideia de melancolia e de trevas, o que leva muitas pessoas a pensarem que seja algo triste e que repercute nas questões psicológicas e emocionais dessas pessoas.

Por outro lado, também existem alguns discursos correntes sobre aqueles que têm baixa visão, embora muito pouco se fale neles. As pessoas com baixa visão são um grupo muito maior do que os cegos, já que, de acordo com o censo de 2010 - citado em capítulo anterior – das cerca de 35 milhões de pessoas com deficiência visual, por volta de 500 mil afirmaram ser cegas.

Porém, muitas vezes quem tem baixa visão tem um pouco mais de dificuldade para dizer como enxerga, mesmo porque cada pessoa tem suas especificidades. As perguntas são sempre as mais variadas: se enxergam cores, se veem só vultos, se veem embaçado e outras tantas ideias quanto ao modo como enxergam. Isso, quando as pessoas conhecem a baixa visão – o que não é muito comum – já que na maioria das vezes se acredita que todas as pessoas com deficiência visual sejam cegas.

Essa diferença entre cegueira e baixa visão de alguma forma também se configura como uma marca, contudo, não apareceu intensamente nesses materiais analisados, e pretendo seguir investigando essa questão nesse sentido com outros materiais, para que em outro momento, possa verificar a possibilidade de recorrência dessa marca.

As pessoas imaginam os cegos trancados em um mundo negro. Há um verso de Shakespeare que justificaria essa opinião: *Olhando para a escuridão é que o cego vê*. Se entendemos escuridão como um preto por inteiro, o verso de Shakespeare é falso. Uma das cores que os cegos (em todo caso, este cego) sentem falta é o preto; outro, o vermelho; são as cores que nos faltam. Eu que tinha o costume de dormir em plena escuridão, me incomodou durante muito tempo ter que dormir nesse mundo de neblina, de neblina esverdeada ou azulada e vagamente luminosa que é o mundo dos cegos. Tinha desejado reclinar-me na escuridão, apoiar-me na escuridão. O vermelho vejo como um vago marrom. O mundo do cego não é a noite que as pessoas supõem. (BORGES, 2009, p. 140)

Muitas vezes a visão ou a não-visão são usadas pelos provérbios e ditos populares para representar determinados enunciados. Exemplo disso é dizer que a ‘justiça deve ser cega’, quando se quer dizer que ela não deve privilegiar a quem quer que seja, mas sim tratar de modo equitativo as pessoas e instituições que passam pelo crivo judicial. Outro ditado popular diz que o ‘amor é cego’, fazendo referência ao fato de que o amor seria um sentimento que não tem nenhum tipo de critério físico ou de personalidade, mais ainda, que aquele que ama não enxerga o amado do modo como ele realmente é.

Um texto do *Disability Studies* é muito interessante para pensar sobre essa questão: em *Blindness and Art* (Cegueira e Arte), o autor escreve sobre como a cegueira foi usada de diferentes formas metafóricas na arte dos séculos XVII e XVIII, baseando-se nos escritos de Derrida e Diderot para apresentar como a arte tratava a cegueira como uma metáfora do feminino e da ideia de pobreza material e riqueza espiritual (MIEZOEFF, 2010, p. 164). Conforme Veiga-Neto (2007, p. 24):

Penso que o recurso às metáforas visuais não é em si problemático, o que me parece problemático é conceder à visão o papel de revelar como é a realidade mesmo, isto é, a possibilidade de que a visão faça, a um sujeito cognoscente, uma representação correta, talvez às vezes um pouco distorcida, de um suposto mundo real preexistente.

Por isso, pensar nas pessoas com deficiência visual como privadas do visível, talvez não seja adequado, afinal, o que essas pessoas apresentam são outras formas

de olhar para o mundo, que não são piores ou melhores do que a percepção daqueles que enxergam. O fotógrafo Bavcar observou esse fato quando se encontrou com outros fotógrafos cegos em São Paulo:

Quando me apresentaram o grupo de fotógrafos cegos de São Paulo eu mal pude acreditar no que faziam. Havia no esforço deles uma beleza muito raramente sensível na vida.[...]. Para mim, eles são os pioneiros das novas imagens para além do visível, que se juntam assim aos criadores que não renunciaram a impor seu próprio olhar, por mais frágil que seja. (BAVCAR, 2003, p 98)

Além de desmistificar certas ideias de que as pessoas com deficiência visual não vêem o mundo, ou que sua percepção se resume à escuridão, existe uma incipiente, porém crescente reivindicação pelo direito à liberdade de se poder ver o mundo de outros modos.

Lendo alguns dos materiais analíticos, além de minhas próprias experiências, acredito que poucas pessoas constroem tantas e constantes imagens como os cegos ou pessoas com baixa visão. Isso porque, quando não enxergamos algo, logo temos que constituir uma imagem sobre algo que não estamos vendo. É preciso usar muito de nossa subjetividade, da abstração, dos demais sentidos e até de uma considerável dose de criatividade.

Mesmo para as pessoas que enxergam ‘perfeitamente’ as imagens que construímos dentro de nós mesmos quase nunca representam as coisas do modo como elas são. Afinal, nem mesmo a linguagem dá conta de dizer como as coisas são, de modo completo e inquestionável. Propor essa liberdade do olhar, de focar uma coisa de outra forma que não a usual é algo que me parece enriquecedor, assim como podemos verificar no poema abaixo escrito por Mariana Baierle (<http://tresgotinhas.com.br/foco/> acessado em 10/10/2012):

Foco

ver desver entrever
 multiver multifocar
 desfocar focar enfocar
 subfocar ultrafocar sufocar

foco?

nulo

oco

soco

foco sem foco

foco oco

foco nulo foco

foco desfoque

um foco mil focos

sem foco afoco

vida afoca

afoca vida

foco desenfoque

desenfoque em foco

foco a foco

sem foco sem sufoco

livre livre livre foco

livre livre foco livre

livre foco livre livre

foco livre livre livre

Existiria uma forma particular e única dos sujeitos com deficiência visual verem o mundo, perceberem as coisas que os cercam? Creio que prontamente posso responder que não, já que cada indivíduo é subjetivado e se identifica com o mundo de uma maneira. Mas acredito que possam existir traços e características mais ou menos comuns de percepção do mundo por quem é cego ou tenha baixa visão, formas que podem variar, mas que constituem um jeito de ser e de ver as coisas que nos passam de um modo bem específico.

Mais do que ter 'focos' diferentes ou inesperados ou de desmistificar ideias de que a cegueira não é escuridão absoluta, existe também a tentativa de demonstrar como cegos e baixa visão veem as coisas, com cores e sem cores, com visão borrada ou não, com cegueiras de diversas formas que não apenas o 'preto' da não-visão. Podemos verificar tal situação em dois excertos a seguir e que de alguma forma apresentam duas das inúmeras formas como as pessoas com deficiência visual enxergam. Assim, conforme Borges (2009, p. 140)²⁵ e Bentes (2013, p. 55):

²⁵ Tradução minha

Quero falar de algo que geralmente se ignora e que não sei se é de aplicação geral. As pessoas imaginam os cegos trancados em um mundo negro. Há um verso de Shakespeare que justificaria essa opinião: *Olhando para a escuridão é que o cego vê*. Se entendemos escuridão como um preto por inteiro, o verso de Shakespeare é falso.

Uma das cores que os cegos (em todo caso, este cego) sentem falta é o preto; outro, o vermelho; são as cores que nos faltam. Eu que tinha o costume de dormir em plena escuridão, me incomodou durante muito tempo ter que dormir nesse mundo de neblina, de neblina esverdeada ou azulada e vagamente luminosa que é o mundo dos cegos. Tinha desejado reclinar-me na escuridão, apoiar-me na escuridão; O vermelho vejo como um vago marrom. O mundo do cego não é a noite que as pessoas supõem.

Uns dizem que ela é negra; e hoje eu posso assinar embaixo. Outros me diziam que ela é branca, também posso garantir que é. Todos perguntam, querem saber de que cor é a cegueira, e eu digo que ela é branca e preta; Para mim ela se estabeleceu assim, um dia branca, muito clara, como se muita luz entrasse nos olhos, mesmo fechados, e no dia seguinte ela é negra, tudo preto, mesmo de frente ao sol. Os dias seguem se alternando assim: um dia é dia, outro dia é noite. E nos dias que faz dia, esqueço de receber a noite, de repente me dou conta “nossa, já são oito da noite” e fica difícil pensar na noite, construir o escuro da noite aqui na realidade virtual da cachola, pois é tanta luz que entra que fica difícil de apagar o dia. Nesses dias é também difícil dormir.

Já nos dias que faz noite, é mais fácil dormir, é mais fácil relaxar, é mais fácil entristecer. Sim, fica mais difícil lembrar que o sol existe, que ele está ali, e a mente acaba tendo que trabalhar mais para criar a realidade virtual dos ambientes onde estou ou vou, pois a imagem na tela visual é ausente de luz e vazia. [...]

E logo que chegou o apagão, minha mente me fez o favor de não deixar a monotonia passar perto. Acontecia algo muito estranho, imagens pipocavam em minha tela visual. Não eram imagens como criamos no visualizar, como quando fechamos os olhos e criamos uma cena com os olhos da mente, eram imagens soltas e involuntárias que iam e vinham no telão mental, mesmo sem nenhuma entrada de luz.

Ainda sobre questões mencionadas nos excertos, as pessoas muitas vezes desconhecem de que modo as pessoas com deficiência visual lidam com as cores. Algumas creem que as cores não fazem sentido para esses sujeitos, outros têm dúvidas sobre como descrever ou comentar sobre uma cor. Porém, cabe lembrar que sejam cegos de nascença ou não, ou pessoas com baixa visão, as cores são representações sociais e que por isso fazem parte das nossas vidas.

Sonegar-nos o conhecimento sobre cores é o mesmo que retirar uma parte importante de nossas relações com o mundo, ainda que seja preciso realizar algumas adaptações ou associações com objetos, sensações ou texturas para descrever cores para esse grupo. Mesmo assim, isso faz parte do nosso cotidiano, e conforme podemos ver nos excertos a seguir, elas são muito necessárias.

“Olhamos pro lado e vimos raios refratados,
Refletido em nuvens,
Revelando as cores, faces, versos do poema “luz”.
e o mar, espelho disforme como a superfície do meu olhar,
faz ainda mais linda a mistura de laranja, rosa, lilás.
Nos traz novos pontos de vista essa cortina que esconde o sol. [...]”
(BENTES, 2011, p.10)

Para ‘ver’ as cores do mundo, sua nitidez, seu brilho e as diferentes formas, talvez independa da questão visual. Como muitos sabem, as cores foram nomeadas por nós, bem como seus sentidos não existem em si mesmos. Logo, é uma questão de construção cultural, que determina os usos e conceitos sobre as cores. Assim, enxergar as cores pode depender da visualidade, mas a relação que estabelecemos com elas não está diretamente ligada ao quanto ou se enxergamos.

Creio que algumas características desse modo de ser incluem o tatear a vida aos poucos, buscar detalhes e nuances, tendo a ‘visão’ na ponta dos dedos, nos ouvidos ou no olfato. Tendo algo que vai além do sentido visual, que é um sentir as coisas não pelo que aparentam ser. Como a maioria das pessoas cegas já enxergaram em algum momento da vida e foram perdendo a visão biológica aos poucos, muitas delas ainda possuem memória visual, o que lhes permite criar imagens quase o tempo todo. E mesmo aquelas que nunca enxergaram, têm suas próprias peculiaridades no que diz respeito às imagens que constroem e a relação que têm com o mundo.

Tanto nas narrativas que escolhi para análise, quanto as outras que descartei, observo que os autores com deficiência visual têm como uma de suas reivindicações a aceitação e o desejo de compartilhamento desse olhar diferente do mundo. Não se trata de uma aceitação que tolera, mas que permite apresentar as visões de mundo em igualdade de condições, em que seja possível não tentar ser normal, mas cintilar a diferença. Nesse sentido, em sua visita à exposição de fotógrafos cegos em Londrina, Bavar comenta ter tido uma sinergia com aquele grupo de pessoas que pensavam nessa mesma direção, dizendo que:

Havia em nossos olhares a esperança de um mundo melhor em que também os cegos poderão viver seus sonhos com janelas da mesma dimensão que as dos que enxergam. Assim, deixaremos de nos esconder atrás das estreitas frestas onde de vez em quando aparecem nossos frágeis olhares [...] o que seria um acontecimento do novo milênio: aceitação de todos os que olham de outro modo. (BAVCAR, 2003, p 104)

A capacidade de não-enxergar como se espera ou como se convencionou, é entendida por muitos artistas como uma nova possibilidade estética, uma forma diferenciada de ver o mundo e pensar sobre as coisas. Essa forma de percepção que as pessoas com deficiência visual possuem pode ser utilizada para criar percepções estéticas na arte.

Ainda é necessário refletir mais sobre as peculiaridades na produção cultural de pessoas com deficiência visual, mas talvez já seja possível encontrar muitas dessas características, mesmo em obras que foram concebidas há bastante tempo, mas que aos poucos passam a circular com mais intensidade, como é o caso de *Siete Noches*, obra de Jorge Luis Borges publicada em 1977, e reeditada diversas vezes já nesse século. No capítulo *La ceguera*, ele afirma que²⁶:

A cegueira não é de todo uma desgraça: pode ser um instrumento. Um escritor, ou todos os homens, devem pensar em tudo que lhes acontece como um instrumento, e que lhes foram dados com uma finalidade, e isso tem que ser mais forte no caso dos artistas. [...] essas coisas nos foram dadas para que as transformemos, para que façamos das miseráveis circunstâncias de nossas vidas, coisas eternas, ou que aspirem a sê-lo. Se o cego pensa assim está salvo. (BORGES, 2009, p 159)

O autor não apenas relatava sobre sua relação com a cegueira nesses textos compilados de conferências que fazia pelo mundo afora, mas também produzia arte baseado em suas experiências de pessoa com deficiência visual. Durante muito tempo se disse que Borges era cego, contudo, ao ler seus relatos fico pensando que talvez ele tivesse baixa visão, pelo menos em grande parte de sua vida, já que a perda do sentido visual lhe ocorreu gradualmente. Além disso, não se pode dizer se em todas as suas obras a questão da deficiência visual teve alguma influência direta nos contos, romances e poesias que escreveu durante sua vida. Algumas obras tiveram

²⁶ Tradução minha

notórias características do modo como ele via o mundo do modo particular como alguém com deficiência visual poderia ver²⁷.

Ser cego tem suas vantagens, eu devo à sombra alguns dons; lhe devo o [aprendizado do idioma] inglês, meu escasso conhecimento do islandês, a alegria de tantas linhas, de tantos versos, de tantos poemas, e de ter escrito outro livro, intitulado com certa falsidade, com certa jactância. *Elogio da Sombra* (BORGES, 2009, p. 149)

No livro *Elogio da Sombra* (2000), é possível encontrar uma série de referências – ainda que dispersas – do modo como o autor enxergava o mundo, e o quanto isso tinha sido influenciado pela deficiência visual. No poema *As coisas* (BORGES, 2000, p. 23), o autor escreve sobre tudo aquilo que utiliza como instrumentos para escrever, inclusive sua bengala, da qual não se separa, e a memória visual que lhe resta, pelo fato dessa ser entrelaçada com aquilo que ele gostaria, mas não pode enxergar, conforme podemos ver a seguir:

AS COISAS

A bengala, as moedas, o chaveiro,
 A dócil fechadura, as tardias
 Notas que não lerão os poucos dias
 Que me restam, os naipes e o tabuleiro,
 Um livro e em suas páginas a desvanecida
 Violeta, monumento de uma tarde
 Sem dúvida inesquecível e já esquecida,
 O rubro espelho ocidental em que arde
 Uma ilusória aurora. Quantas coisas,
 Limas, umbrais, atlas, taças, cravos,
 Servem-nos, como tácitos escravos,
 Cegas e estranhamente sigilosas!
 Durarão para além de nosso esquecimento;
 Nunca saberão que partimos em um momento.

Em *Oração*, Borges afirma que lhe é vedado pedir para ter novamente a visão, mesmo porque, acostumou-se a ela, e não iria pedir algo que não sabia se lhe fazia falta de fato. Disse o seguinte: “*É evidente, em primeiro lugar, que me está vedado pedir. Pedir que não anoiteçam meus olhos seria loucura; sei de milhares de pessoas*

²⁷ Tradução minha

que vêem e que não são particularmente felizes, justas ou sábias”. (BORGES, 2000, p.45).

Porém, no poema Elogio da Sombra, Borges (2000, p.48) escreve mais diretamente sobre sua relação com a cegueira, e o que ela representa para ele. É interessante, e talvez elucidativo, o fato do título do poema ser o mesmo da obra, o que pode dar uma ideia de que naquela obra sua inspiração foi, em grande parte, a sombra, a cegueira e a não-visão. O fato de elogiar a sombra indica também que ele não se sentia desconfortável e amargurado na condição de cego, pelo contrário, que usava isso para produzir arte. Eis alguns trechos interessantes desse poema:

ELOGIO DA SOMBRA

[...]

Vivo entre formas luminosas e vagas
que não são ainda a escuridão.

Buenos Aires,

que antes se espalhava em subúrbios
em direção à planície incessante,

[...]

Esta penumbra é lenta e não dói;

flui por um manso declive

e se parece à eternidade.

Meus amigos não têm rosto,

as mulheres são aquilo que foram há tantos anos,

as esquinas podem ser outras,

[...]

Se seguirmos nesse caminho, poderemos verificar que existem imensas possibilidades para as pessoas com deficiência visual verem o mundo de tantas outras formas para além daquilo que se pode enxergar, inclusive permitindo-lhes outras percepções de mundo, que podem ou não fazer parte das produções culturais.

Não sei se isso é um ponto de partida ou de chegada, mas nos leva para um manancial de possibilidades que antes não tínhamos. É *ir além do esperado*, mas logo ali na esquina mudar de sentido ou de direção e ultrapassar o esperado, rumo a uma posição outrora impensada. Nesse sentido, Bavcar (2003, p. 141) questiona a ‘hegemonia’ da visualidade sobre outros sentidos e formas de se perceber o mundo para além do que se pode enxergar, assim:

São os cegos que recusam a não ver senão através do unidimensional do olhar e que acreditam na necessidade mítica da passagem pela cegueira para aceder a uma nova visão de mundo. Não posso imaginar uma visão nova que não tivesse origem no ponto cego que dá ao olho humano a possibilidade de distinguir entre a luz e as trevas. Aceitar a cegueira é admitir o mundo dos objetos que manifestam sua materialidade por meio das sombras que lhes asseguram uma realidade tangível, para além da transparência absoluta do todo-visível. [...]

É por isso que não quis jamais considerar a cegueira no plano individual, ou seja, no gueto de um grupo social ao qual pertença, mas sempre no contexto mais amplo da experiência universal.

Nesse excerto, o autor apresenta uma ideia interessante de pensar a cegueira, também como uma experiência coletiva. Não apenas pensada como grupo social, como representações e subjetividades, mas como algo compartilhado inclusive com aqueles que enxergam, que podem valer-se de muitas das percepções da não-visualidade como outra forma de ver o mundo.

Além disso, questionar a hegemonia da visão sobre outras formas de ver o mundo reforça a resistência ao videntismo, sobre o qual já comentei bastante, mas que se pode verificar na ideia de que nem sempre enxergar está diretamente ligado à única maneira de se relacionar com o que é visível. Muitas vezes, a cegueira pode ser uma experiência enriquecedora da 'visão de mundo' de cada sujeito.

Porém, como construir para si mesmo novas possibilidades para além daquilo que os olhos já não podem ver? Cada sujeito tem suas peculiaridades e seus contextos e mesmo que seja uma marca de identificação, essa reivindicação por um novo jeito de ver precisa ser elaborada pelos indivíduos. Como afirma Borges (2000, p. 145):

Temos uma imagem muito precisa, uma imagem às vezes muito desgarrada do que perdemos, mas ignoramos o que podemos substituir ou suceder.

Tomei uma decisão, disse a mim mesmo: já que perdi o querido mundo das aparências, devo criar outra coisa, devo criar o futuro, o que sucede o mundo visível, que, de fato, perdi.

Ainda nessa perspectiva, Baieler (2013) apresenta em seu texto a ideia de que pessoas com deficiência visual podem ver coisas que as outras pessoas não veem, e

que nesse caso, as aparências seriam secundárias, já que não vivenciamos o mundo daquilo que vemos, mas sim, daquilo que sentimos. Assim:

Adivinhação

Vamos ver se você acerta essa! Uma pessoa que não se importa se você é alto ou baixo; negro, branco ou mulato; gordo ou magro; loiro, moreno, careca... Alguém que não se interessa se a sua roupa está na moda ou não; se você usa um tênis de marca ou um chinelo de dedo. Alguém que não enxerga você pelo que você tem ou aparenta ter, mas pela pessoa que você é.

Alguém interessado em te conhecer, em entender teus valores, crenças e opiniões. Alguém que não te julga com um olhar superficial, mas desenvolve relações com sentimento e grandeza. Alguém que não te avalia em um minuto de convivência, mas através de uma conversa e da construção de uma convivência.

Alguém que não vê o que todos veem. Alguém que vê além do óbvio e banal, além do trivial e ingênuo. Uma pessoa que vê além do exterior. Alguém que não vê obstáculos físicos, mas é capaz de atingir o infinito.

Uma pessoa que vê o que ninguém mais vê.

Essa pessoa existe?

Sim. Cegos e deficientes visuais comprovam isso ao mundo. Se você pensou que essa pessoa não existia, tente – ao menos uma vez – enxergar a vida da forma como os cegos enxergam e verá que ela pode ser bem diferente. (BAIERLE, disponível em: <http://tresgotinhas.com.br/tag/texto/> acessado em 28/08/2013)

Exemplo dessas novas maneiras de ver o mundo podem ser encontradas com frequência, principalmente, aquelas relacionados à ideia de que podemos usar outros sentidos para perceber o que nos rodeia, desde as coisas mais objetivas até as mais abstratas. Assim como as cores, as formas e texturas são importantes instrumentos usados para ver aquilo que não se enxerga. Muitas pessoas cegas e com baixa visão afirmam que seus olhos estão nas pontas dos dedos, e que através deles e com um pouco de sensibilidade, é possível entender muito do que precisam ou desejam. É nesse sentido, que Queiroz (2005, p. 84) afirma:

Cada nova alternativa era uma descoberta que me excitava. O tato era efetivamente algo fantástico e do qual nunca me dera conta. Com uma pedra na mão, pude perceber que não haveria nenhuma pedra igual àquela, pois só ela tinha aquele peso, aquele tamanho, aquela porosidade e umidade.

Se pensarmos em questões mais cotidianas, as formas de ver das pessoas com deficiência visual podem ser até mais simples e efetivas. Em um ambiente onde não há energia elétrica por exemplo, um vidente dificilmente se deslocaria com facilidade pelo ambiente. Isso não causa tantas dificuldades assim para pessoas

cegas e com baixa visão, pois sua relação com os espaços muitas vezes independem da luz ou daquilo que elas estão enxergando ou não. Nessa perspectiva, Bentes (2013, p.51) conta:

Outra noite eu estava tomando banho na casa de uma amiga e sua mãe gritou na porta: “menina! Tá tomando banho no escuro”. Minha amiga deu uma boa risada, “Mãe, esqueceu que ela não precisa de luz?” ela falou. Ali eu me dei conta do favor que tenho feito ao planeta economizando, há mais de dois anos, uma boa quantidade de energia elétrica! Às vezes, ao entrar em um cômodo, meu corpo ainda sente o impulso de erguer o braço e acender a luz, mas logo me lembrei que sou uma pessoa com... “independência visual” e não preciso da luz elétrica. [...]

Nesse mesmo sentido, escrevi em meu blog um texto chamado *Natal sem Luz*²⁸, em que comento sobre um determinado episódio acontecido na festa de confraternização de final de ano de nosso grupo de pesquisas. Nesse dia, faltou energia elétrica onde estávamos. Como eu já havia memorizado a disposição do ambiente, pude circular com desenvoltura, ao contrário das demais pessoas que tiveram muitas dificuldades em se mover enquanto estava escuro. Afirmo o seguinte:

Diante de todo esse quadro, creio que eu era o único que se sentia à vontade sem luz. Como cheguei ainda no horário de trabalho do sol, tive tempo de decorar a configuração do ambiente, onde ficavam as portas, mesas, cadeiras, sanitários e etc. Eu e minha baixa visão desfilávamos com desenvoltura pelo salão. Minhas mãos, ouvidos e memória fizeram um excelente trabalho naquele dia. Aconteceu inclusive, uma situação pitoresca e irônica, em que algumas pessoas pediam para que eu as guiasse até os locais onde desejavam ir. Ou seja, se para todos foi uma situação embaraçosa, para mim foi uma noite agradável e divertida, pois me senti muito bem acolhido. Quando a energia elétrica retornou, não nego ter sentido uma certa frustração. (MIANES, disponível em: <http://arteficienciavisual.blogspot.com.br/2011/12/natal-sem-luz.html> acessado 20/10/2014)

Então, diante dessas perspectivas, são questionadas as ideias de deficiência visual como falta ou perda, como é mais comumente retratada, porém, parece se reconfigurar não mais como algo negativo, e sim como uma situação que pode ser

²⁸ O título é uma brincadeira que faz referência a uma festa chamada Natal Luz, que acontece nos meses de dezembro e janeiro na serra gaúcha, e que reúne milhares de visitantes todos os anos, por ser muito famosa por conta dos espetáculos natalinos que apresentam. A ideia do título me foi sugerido pela amiga Adriana Thoma, ainda no dia em que o fato ocorreu.

encarada de diferentes maneiras, conforme as peculiaridades de cada indivíduo. Mais que isso, se pensarmos que um número considerável de sujeitos têm reivindicado suas identidades de pessoas com deficiência visual através do direito à diferença, concordo com Borges quando afirma que: “*A cegueira não foi para mim uma desgraça total, não se pode vê-la de um modo patético. Deve ver-se como um modo de vida; é um dos estilos de vida dos homens*” (BORGES, 2009, p 147)²⁹. Isso significa também, deslocar a deficiência do patamar biológico para a perspectiva cultural, onde o sujeito não é descrito por sua anormalidade, mas por sua diferença.

A cisão pode até ser considerada algo nem tão necessário assim, dependendo do contexto em que está inserida. Muitas vezes ser cego pode ter suas vantagens. A visão não necessariamente é o sentido mais importante ou o melhor para que possamos nos relacionar com o mundo, pois temos outras tantas possibilidades para tal. Nesse sentido, Hingson (2012, p. 108) e Borges (2009, p. 149) concordam que há coisas proveitosas no fato de não enxergarem, e que isso lhes trouxe novas possibilidades de lidar com o mundo, conforme lemos respectivamente nos excertos que seguem:

Tive toda uma vida para desenvolver as habilidades necessárias para andar em um mundo que não foi criado para mim. E, se há uma coisa que eu realmente apreendi é: a visão não é a última bolacha do pacote.
Ser cego não é um obstáculo; é algo com que eu sempre vivi. O verdadeiro obstáculo surge do preconceito que as pessoas têm com relação a isso.

Não permiti que a cegueira me acovardasse [...] A cegueira não foi para mim uma desgraça total, não se pode vê-la de um modo patético. Deve ver-se como um modo de vida; é um dos estilos de vida dos homens.
Ser cego tem suas vantagens, eu devo à sombra alguns dons; lhe devo o [aprendizado do idioma] inglês, meu escasso conhecimento do islandês, a alegria de tantas linhas, de tantos versos, de tantos poemas, e de ter escrito outro livro, intitulado com certa falsidade, com certa jactância, *Elogio da Sombra*

Talvez, pertencer a esse grupo possa ter diversas vantagens. Particularmente, creio que sim, já que é por causa de minha baixa visão que me tornei pesquisador, pude fazer um documentário, ter contato com uma série de coisas e pessoas

²⁹ Tradução minha

interessantes e, principalmente, ser audiodescritor, que é uma das coisas que mais me estimula nesse momento. Não sei se todas as pessoas pensam que a deficiência visual possa ter levado-as a um caminho mais interessante em suas vidas, mas conheço muitas que acreditam nisso. Hingson (2012, p 123) comenta também essa questão de modo interessante:

Nós, cegos, nos deparamos com barreiras desnecessárias, e nós podemos fazer muito mais coisas do que as pessoas acreditam. Mas aprendi que, ao invés de pensar na cegueira como uma deficiência ou limitação, posso pensar nela como algo que me ajuda. Aliás, na minha carreira de vendas o fato de eu ser cego acabou se tornando um grande trunfo.

Não se trata de dizer que ter deficiência visual é melhor ou pior do que não ter, ou que todos nós pedimos para nascer assim. Trata-se de pensar que, se já convivemos com essa condição, 'façamos do limão uma limonada'. Não pretendo ser prescritivo, mas apresentar essa visão de mundo que muitas vezes pode parecer ter menor importância do que aquela comumente atribuída a ela, e isso vai depender de inúmeros fatores, ainda que não seja a única ou a melhor alternativa para se relacionar com o mundo.

Nos excertos a seguir, podemos verificar essa amplitude de posições, e que ao mesmo tempo se alinham no ponto de vista sobre a visão não ter a importância tão grande quanto lhe é atribuída. Mais do que isso, a vida não se torna pior, mas diferente, pelo fato de não enxergar, isso depende de como encarar a questão. Como podemos verificar nos excertos:

Tive toda uma vida para desenvolver as habilidades necessárias para andar em um mundo que não foi criado para mim. E, se há uma coisa que eu realmente apreendi é: a visão não é a última bolacha do pacote.

Ser cego não é um obstáculo; é algo com que eu sempre vivi. O verdadeiro obstáculo surge do preconceito que as pessoas têm com relação a isso.

(HINGSON, 2012, p. 108]

A cegueira é um dom. Já fadiguei a vocês com os dons que me deu; me deu o inglês, me deu parcialmente o escandinavo, me deu o conhecimento de uma literatura medieval que ignorava. Me deu a escrita de vários livros, bons ou maus, mas que justificam o momento em que foram escritos. Ademais, o cego se sente rodeado pelo carinho de todos. A gente sempre sente boa vontade para com os cegos (BORGES, 2009 p 157)

Há coisas e sensações que não podem ser vistas ou pelo menos tocadas, e mesmo assim, podemos senti-las. Eis uma das coisas que muitas pessoas que enxergam e outras tantas que são cegas e têm baixa visão concordam. Talvez aquilo que não se possa ver seja tão ou mais importante do que temos à nossa vista. E para isso não é preciso ter olhos que enxerguem bem, mas outras características para além dessa, como afirma Queiroz (2005, p. 101)

Hoje minha experiência percebe o óbvio, felicidade não tem forma nem cor. Ela pode ser provocada por algo ou alguém, mas sua existência é interna, por isso, posso perguntar a qualquer pessoa que seja: Você vê a felicidade? Você vê os seus sentimentos? – e eu já sei a resposta...

Não sei se todas as pessoas têm de fato boa vontade e carinho para com os cegos, talvez Borges tenha sido uma pessoa de sorte por ter encontrado pessoas como essas em sua vida. Afinal, o que é possível perceber é que esse carinho em grande parte provém da comiseração ou da admiração pela ‘superação’ das pessoas. No entanto, concordo que a deficiência visual possa ser entendida como um dom, ou como algo que proporciona diferentes percepções, possibilita adquirir competências diferentes dos demais indivíduos considerados normais.

Como tenho feito questão de dizer ao longo desta tese, mesmo que existam marcas de identificação grupal, nenhuma pessoa cega ou com baixa visão é igual a outra, pois cada uma vivencia e experiencia suas próprias circunstâncias. Da mesma forma, a percepção sobre a cegueira ou a baixa visão não é igual para todas as pessoas desse grupo. Por exemplo, no excerto abaixo, podemos verificar como Queiroz (2005, p.97) entende a relação das pessoas cegas e sua cegueira:

Alguns cegos, de nascença ou de infância, são portadores de um equilíbrio emocional e de uma personalidade que me causam espanto. É preciso, realmente, ser forte para superar as informações que as pessoas nos dão, direta ou indiretamente, sobre nossa diferença, como se ela representasse obrigatoriamente uma inferioridade. A autoestima fraqueja às vezes, por mais que tenhamos conquistado muitas coisas. Pelo menos, até que a pessoa supere as pressões que sofre, é muito mais fácil ser cego do que ser visto como cego.

[...] É como se a cegueira ofuscasse seu portador. Para algumas pessoas ela chega até a representar uma barreira intransponível.

Uma coisa também muito comum de acontecer conosco é a generalização. É como se para todas as pessoas os cegos fossem iguais. Assim, da mesma forma como os japoneses: “tem todos a mesma cara”, como se por trás de cada japonês não tivesse um indivíduo que pensa, sente e produz de forma particular. Isso nos autorizaria a dizer que todas as pessoas que tem visão normal são iguais pelo simples fato de verem.

Todas as percepções sobre a cegueira que vimos até aqui estão mais voltadas para uma ideia de deficiência visual como estilos de vida, modos de ser e agir ou como mais uma das características que constituem os sujeitos. Essas maneiras de pensar formam fraturas – crescentes na minha opinião -, no entendimento único de que a cegueira e a baixa visão devem ser vistas somente pelos parâmetros biomédicos.

As concepções biomédicas sobre a deficiência ainda são fortes e, poderia dizer, dominantes. No entanto, já é possível perceber uma linha de tensão, questionando as práticas videntistas de valorizar aspectos negativos da deficiência. O modelo social da deficiência e as narrativas autobiográficas que relatam os modos de ser de alguns sujeitos cegos e com baixa visão, dentre outras situações, promovem a circulação dos olhares sobre o mundo daqueles que outrora não tinham essa possibilidade.

Nesse sentido, Hingson (2012, p. 147) analisa a questão da cegueira, não só a partir de suas vivências, mas também por seu convívio com tantos outros cegos. Quiçá, seja mais interessante pensar a deficiência a partir daquilo que a pessoa pode fazer, e não apenas de suas limitações. O excerto a seguir apresenta uma narrativa sobre a condição da cegueira sem tomá-la em princípio como algo ruim ou que prejudica a vida de quem convive com ela.

Se há uma mensagem sobre a cegueira que eu gostaria de passar para aqueles que enxergam é essa: não há nenhum problema em ser cego. A cegueira não vai arruinar a sua vida ou acabar com todas as suas alegrias. Não vai destruir sua criatividade ou diminuir sua inteligência. Não vai impedir que você viaje e tenha experiências em outros lugares. Não vai separá-lo de seus amigos e familiares. Não vai impedir que você se apaixone, case-se e constitua uma família. Não vai impedi-lo de ter um emprego e ganhar a vida, a cegueira não é o fim do mundo.

Portanto, creio que a marca de identificação, até aqui apontada como a reivindicação de ver o mundo de outros modos, seja um dos traços que caracterizam o grupo das pessoas com deficiência visual, ao menos nos materiais que escolhi para análise. Ainda que isso não se aplique a todos os sujeitos completamente ou da mesma maneira, essa marca têm considerável potência nos processos de identificação.

4.6 EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS

Os caminhos percorridos para chegarmos ao destino – não o definitivo – de nossas pesquisas nem sempre devem ser os mais curtos ou os mais fáceis. Talvez o mais prudente seja fazer como a maioria das pessoas com deficiência visual – nas quais me incluo -, que optam pelos trajetos seguros, com menos obstáculos que possam causar algum problema mais sério. Saber qual é o caminho mais acertado, nem sempre é possível, outras tantas só sabemos que não o é, quando já percorremos.

No entanto, na maioria das vezes, temos a possibilidade de mudar, construir outras rotas, e que podem se mostrar mais belas e eficazes que as anteriores. Muitas vezes é preciso tropeçar para ganhar impulso para frente, outras tantas, é necessário arriscar um passo para o incerto ou andar na corda-bamba às cegas.

Digo isso, porque no momento em que escrevi e apresentei meu projeto de tese, ainda não havia construído essa terceira e última categoria analítica sobre as experiências educacionais. Até aquele momento, havia analisado apenas a metade do material que agora utilizo. Algo me chamou um pouco a atenção, que três desses cinco materiais traziam ao menos um relato – ainda que breve – sobre algum processo educacional, seja como aluno na educação Básica ou Superior, como docente ou alguma outra forma de acesso à educação.

Confesso que, mesmo percebendo essa recorrência, decidi não usá-la ainda no projeto, por ter poucos elementos que me fizessem ter segurança em sua utilização. Resolvi tatear mais um pouco, ‘bengalar’ pelo terreno da pesquisa e analisar os demais materiais para ver se também iria encontrar tais relatos. Tive certa prudência por não achar que existisse ainda quantidade suficiente de elementos para fazer dessa parte uma categoria analítica específica.

Por outro lado, havia uma dessas categorias analíticas no projeto, que deixei em suspenso e optei por não desenvolver mais na tese. Trata-se da ideia de

superação enquanto marca de identidade das pessoas cegas e com baixa visão. Notei, que a superação embora tenha suas especificidades para esse grupo, não é exatamente uma marca de identificação específica, mas que permeia a quase todos os grupos considerados minoritários, cada um a seu modo. E, ainda que fossem muito recorrentes tais discursos, seria preciso encontrar algo que fosse mais marcante e característico entre as pessoas cegas e com baixa visão.

Segui imerso nos materiais, até que pudesse comprovar ou não que as experiências educacionais tinham muitas marcas de identificação entre pessoas com deficiência visual. Nesse caso, creio ter encontrado diversos excertos, em quase todos os materiais que tem inclusive muitas recorrências entre si. Percebi que havia uma potência analítica naquele ponto de vista.

Certamente que as narrativas sobre as experiências nos processos educacionais não são exclusividade dos narradores cegos e com baixa visão, mas da maioria das pessoas. Todavia, existem relatos compartilhados sobre acontecimentos, adaptações, sensações e outros, que são muito fortes nos processos de identificação desse grupo. Exemplo disso, é a falta de textos em braile, a proibição do uso do cão-guia na escola ou de questões muito comuns a nós, como a de não enxergar o quadro, não conseguir enxergar os filmes que são exibidos em aula, e tantos outros.

Não são as narrativas das experiências em si, mas as histórias contadas e suas características comuns que estabelecem conexões e laços de identificação, ou ao menos recorrências de certos acontecimentos que demonstram a existência de certas marcas, como a dificuldade em ter acesso a materiais adaptados nas escolas, por exemplo.

Quero dizer com isso que as marcas não estão no fato de terem narrado suas experiências escolares, mas sim, nos elementos trazidos nessas narrativas e no 'como' isso teve influência nas vidas de cada um dos narradores. A sensação de isolamento não é uma marca só dos cegos e baixa visão, pois outros grupos partilham desse sentimento; porém, a marca está na percepção advinda da falta de contato visual ou de ações que contemplem as necessidades das pessoas cegas e com baixa visão. Ou seja, situações peculiares a esse grupo.

Assim, substituí a parte sobre superação e centrei a terceira categoria de análise sobre as marcas de identificação de pessoas com deficiência visual, na questão de suas experiências escolares e as recorrências existentes, já que como dissera anteriormente, essas narrativas foram escritas em períodos de tempo e em

diferentes lugares. Ou seja, existe um grande lastro temporal e espacial que congrega esses textos. Além disso, o fato de um excerto de relato escolar ocorrido nos anos 1960 e outro nos anos 1990 serem muito semelhantes demonstra uma pista importante sobre os processos de inclusão das pessoas com deficiência, e quando esses vestígios se tornam recorrentes, é preciso analisar mais detidamente a questão. É a isso que me proponho nessa última categoria analítica da tese.

Mais do que isso, esses relatos sobre as experiências escolares foram narradas muitos anos depois dos fatos terem acontecido, o que pode também nos dar a ideia de que isso marcou as vidas dos narradores, já que como discutido anteriormente, toda narrativa tem uma intencionalidade. O fato de terem contado determinadas histórias sobre sua escolarização e não outras, traz consigo questões um tanto interessantes.

Dentro do contexto de suas vidas, vasculharam em suas memórias e relataram histórias que marcaram a eles, e que certamente provoca identificação de muitas outras pessoas cegas e com baixa visão, pois são fatos que acontecem cotidianamente nas escolas. Logo, mais do que uma experiência partilhada, está uma intencionalidade latente de trazerem à tona determinados acontecimentos, escolhidos por eles, mas de alguma forma baseados em recorrências de outros tantos que ainda não tiveram a chance de contar essas experiências.

Também fiz questão de deixar essa categoria analítica por último, pois como poderão perceber mais adiante nos excertos, essas narrativas de experiências escolares também trazem reivindicações de autonomia, bem como de novas formas de ver o mundo. Ou seja, trazem debates e percepções já apresentadas nas categorias analíticas anteriores, demonstrando também que nesses relatos há inter-relação e que não são categorias estanques.

Em minhas pesquisas, raramente investiguei questões diretamente ligadas aos processos escolares e suas práticas nas instituições de ensino. Não por eu ter aversão ou achar desnecessário, apenas porque os ventos das pesquisas me levaram para outros rumos. Sempre achei que isso daria mais riqueza aos meus estudos, mas acabava por buscar outras perspectivas e possibilidades de análise, como as redes sociais ou as narrativas autobiográficas, por exemplo.

Creio que agora é chegado o momento de começar a enveredar por essas trilhas, cada vez mais longas e repletas de descobertas e novas formas de fazer e pensar as pesquisas. Cabe refletir sobre esses temas, a partir do ponto de vista

daquele que é bem pouco chamado a narrar a sua percepção sobre os processos de inclusão educacional, ou seja, os sujeitos com deficiência.

Existem estudos sobre políticas de inclusão, sobre as estatísticas da inclusão na escola comum no Brasil, sobre tecnologias assistivas e a estrutura escolar. Fico me perguntando, se os usuários desses instrumentos são chamados a dar sua ‘versão’ sobre os processos educacionais inclusivos. Se formos levar em conta pesquisa que fiz no site da Capes em busca de dissertações e teses que tenham narrativas de pessoas com deficiência, até março de 2014 (mês em que fiz a pesquisa) havia apenas 12 trabalhos que poderiam ser caracterizados dessa forma.

Isso também demonstra, que há poucos olhares sobre o que os alunos com deficiência pensam, sobre como agem ou de que modo se identificam ou não com as escolas. Muitas pesquisas são empreendidas para e sobre pessoas com deficiência, mas com elas, isso é ainda muito incipiente. Eis mais uma possibilidade vindoura de estudos e uma parte que ainda precisa ser aprofundada. Quiçá possa ser esse o caminho para tantas outras teses e dissertações de pesquisadores que desejem analisar essas questões.

No entanto, cabe ressaltar que essa não foi apenas uma escolha vinculada à necessidade de incluir alguma relação com a escola em meu trabalho, mas ao que emergiu do material a ‘olhos vistos’, ou, no meu caso, a ‘ouvidos vistos’.

Trago excertos que abordam temáticas que contenham um maior número de informações ou que apresentem ‘cores mais fortes’ para aquilo que pretendo mencionar. Afinal, preciso das cores fortes para enxergá-las. Ou seja, há outros excertos semelhantes ou que fazem referência (in)direta àquilo que estou mostrando como recorrente; porém, se trazer todos eles, creio que o leitor poderá achar repetições de ideias.

As dificuldades de ingresso e permanência de alunos com deficiência visual ocorrem em todas as instâncias de ensino, conforme é possível verificar em inúmeros relatos inclusive dos dias atuais. Isso se torna ainda mais latente quando se trata da educação infantil, em que o acesso desses sujeitos se torna ainda mais complexo diante das diversas especificidades para contemplar as necessidades de cada criança cega e com baixa visão, seja na atualidade ou em épocas anteriores, no Brasil ou nos Estados Unidos, por exemplo.

No excerto de Martinez (2010, p. 15), podemos verificar apenas uma das diversas dificuldades de ingresso na Educação Infantil. Fica muito claro que a questão

da deficiência adquiriu uma importância muito maior do que o potencial da criança. Existiu e ainda vigora, certa relutância em lidar com crianças cegas, porque as escolas não se sentem capacitadas para lidar com essas peculiaridades em termos instrumentais ou mesmo financeiro, dado que os gastos com as adaptações são entendidos mesmo como um ‘custo’. Assim, a autora relata:

Perdi minha visão em janeiro. No ano anterior minha mãe já havia feito minha matrícula em uma escola. Por ironia do destino, em um colégio de orientação religiosa. Quando a minha mãe foi conversar com as freiras, elas sequer tiveram coragem de discutir a questão, de assumir sua falta de preparo. Optaram pela solução fácil. ‘Desculpe o lapso. A funcionária responsável perdeu a reserva da vaga de sua filha e, matriculou outro aluno no lugar’.

Essa foi a primeira de tantas outras batalhas que se seguiriam na busca de uma escola para mim. Em todos os lugares a história se repetia. Só variavam as desculpas: “não tem como”, “não temos vagas”, “não é possível”. Não, não e não.

Minha mãe passou muito tempo procurando daqui e dali. Eu me lembro que as vezes eu ia com ela nessa romaria pelas escolas. Não ficava presente nas conversas e geralmente, eu ficava brincando no pátio ou no parquinho. Eu achava o máximo, mas, quase sempre, na volta para casa, ela me contava que eu não poderia estudar ali. Eu ficava muito triste, mas nunca perdi a esperança.

Como o leitor já sabe, tenho baixa visão desde a infância e vivi situações semelhantes no que diz respeito ao ingresso na educação infantil, pois fui recusado em duas ou três escolas; em uma delas cheguei a fazer um teste que foi solicitado apenas a mim e que não era usual para outros alunos. E, mesmo tendo sido aprovado, a escola recusou-se a me receber por ‘falta de estrutura’ para garantir a minha ‘segurança’ e aprendizagem. O fato é que depois de algum tempo meus pais encontraram uma escola com educadores dispostos a trabalhar comigo, o que foi feito com muito esmero e qualidade.

É inegável que há inúmeras dificuldades em crianças com deficiência conseguirem colocação em escolas de educação infantil; mesmo assim, é possível verificarmos que algumas iniciativas muito pontuais acabam por contemplar as necessidades de alguns desses indivíduos.

Cabe lembrar que naquela época não era vedada a nenhuma escola que recusasse a matrícula de uma criança com deficiência, se tratava de outro contexto, onde a escola usou subterfúgios – como se tenta fazer algumas vezes atualmente – para negar o ingresso de Thays. E, mesmo que não estivessem descumprindo a legislação, a questão que mais me interessa nesse caso é que quando essas

negativas acontecem repetidamente, isso atinge diretamente os alunos com deficiência visual, seja em suas questões emocionais, sociais ou cognitivas.

Continuando com a história de Thays Martinez, ela relata a sequência de sua saga em busca de uma escola de educação infantil que a aceitasse, quando encontrou numa escola que aceitou matriculá-la. O desfecho é interessante conforme podemos ver no excerto a seguir:

Paula ouviu atentamente e, pela primeira vez, no lugar de desculpas esfarrapadas e vazias, minha mãe saía com um promissor “pode ser”. A diretora contou que era a primeira vez que ela se deparava com uma situação como aquela. Precisaria de um tempo para pesquisar recursos e métodos que viabilizassem meu aprendizado: “vamos dar um jeito nisso”.

Dois dias depois, Paula ligou para minha mãe e disse que ela poderia fazer minha matrícula. Contou que havia descoberto uma pessoa que ensinaria o método braile e outras técnicas para duas professoras da escola, de forma que pudessem desenvolver um bom trabalho comigo. E, foi o que aconteceu. E, eu me integrei ao grupo, à escola. Isso aconteceu há três décadas. Mas ainda hoje muitas escolas recusam-se a trabalhar com a diversidade.

(MARTINEZ, 2010; p. 16)

Atualmente, são bem mais comuns as instituições que proporcionam vagas e condições mínimas de aprendizagem para esse público. O ponto em que quase todos estamos de acordo é de que ainda há muito a caminhar nesse sentido, tanto no aumento das vagas quanto na melhoria das condições oferecidas a esses alunos.

Uma das alternativas para algumas crianças cegas ou com baixa visão são os ensinamentos e auxílios para aprendizagens que os pais ou outro membro de suas famílias podem proporcionar. Isso tem a vantagem de que esses sujeitos chegam à escola com diversos conhecimentos, mas podem causar algumas dificuldades no relacionamento com a turma e com o docente, que por conta da deficiência já constituem algumas barreiras, como afirma Hingson (2012, p. 69):

Porém, em minha nova escola na Califórnia, eu era a única criança cega e, por vários anos não tive professor de Braille. Estava a mercê dos meus professores e dos meus pais, que tinham de ler minhas lições de casa para mim. Enquanto outras crianças pintavam, desenhavam ou trabalhavam em outros projetos visuais, Eu esperava, e esperava.

Meus pais sabiam que eu era inteligente e trabalhavam para desenvolver essa inteligência em casa. [...] Eu provavelmente aprendi muito mais com meus pais do que na escola naqueles primeiros anos. [...]

Os professores não conseguiam me envolver nas atividades porque eu não podia ler os materiais impressos ou enxergar os diagramas das imagens. Não havia livros para mim e eu era geralmente deixado de lado. Por causa disso, acabava me sentindo desligado e separado das demais crianças e costumava ir a janela e ficar ali, ouvindo o que acontecia do lado de fora.

Um dia, durante a aula, a professora pediu para que eu fizesse um desenho. Eu fiquei sentado com uma folha de papel em branco enquanto as outras crianças me ajudavam. Pedi varias vezes aos colegas na minha mesa que me ajudassem, mas eles estavam preocupados demais com seus próprios desenhos. Por fim, um garoto se irritou comigo, pegou a minha folha de papel e a amassou, jogou-a na minha frente e disse:

- pare de nos chatear!

Eu entendi a mensagem. Aquela foi a primeira vez que a minha condição de ser cego provocou algum tipo de hostilidade.

Primeiramente, chama a atenção a preocupação dos pais de Hingson com sua aprendizagem ainda antes de ingressar na escola. O próprio narrador comenta que entende ter aprendido mais com seus pais do que na escola. Isso pode também estar ligado à ideia ou à sensação de estar acolhido durante o processo de aprendizagem.

Neste e em outros excertos é possível notar o papel fundamental exercido pelas famílias nos processos educacionais dos sujeitos com deficiência visual. Não que isso aconteça apenas com essas pessoas, contudo, fica clara a ação importante na persistência familiar em incluir o aluno nas escolas e nas tentativas de auxiliar e até prover o aprendizado, utilizando os meios possíveis e mais adequados para cada caso.

É preciso ressaltar que cada família de alguém com deficiência visual tem seus próprios contextos e circunstâncias específicas. No caso das obras analisadas, os narradores tinham uma condição social suficiente para que pudessem ter acesso a diferentes possibilidades de aprendizagens e a meios de desenvolvimento social e cognitivo que nem todas as pessoas possuem. Nesse sentido, há outros fatores que influenciam nesses processos para além da vontade ou da capacidade das famílias em lidar com essas situações.

Como afirmei anteriormente, os recursos de acessibilidade ou a ocupação do mesmo espaço na escola não efetua a inclusão por completo. É preciso refletir, que inclusão sem acolhimento dos alunos e suas singularidades é algo quase impossível. E, nesse caso, as atitudes podem ser mais importantes e eficazes do que a acessibilidade instrumental.

Há quase sempre uma sensação de isolamento de desencaixe, partilhada por muitas pessoas com deficiência que possuem essa condição desde a infância. Há algumas histórias sobre isso nas autobiografias que analisei. Somado a isso, outras histórias que conheço e que vivenciei sobre como as crianças cegas ou com baixa visão se sentem apartadas do convívio com as demais, e como se sentem sempre deslocadas e encabuladas na maioria das situações nesse período. No excerto abaixo, Baierle (2012), relata o que sentia durante sua escolarização no jardim de infância.

Durante minha vida escolar passei por inúmeras dificuldades. Na Educação Infantil e no Ensino Fundamental o fato de eu ter deficiência visual (baixa visão) era muitas vezes confundido com ser uma pessoa tímida, com poucos amigos e problemas de relacionamento. Lembro de passar muitos recreios brincando na pracinha sozinha ou passeando pelos corredores da escola porque não encontrava onde estavam meus colegas. O pátio era muito grande, cheio de crianças, e isso me atrapalhava para identificar quem eram os meus colegas. Eu me sentia sempre sozinha e excluída. Essa é uma das principais lembranças (muito ruim, aliás) que tenho desse período escolar. (disponível em: <http://tresgotinhas.com.br/minhas-experiencias-escolares/> acessado em 04/11/2014)

No mesmo texto, Baierle conta coisas muito interessantes sobre suas experiências escolares, sempre exemplificando com alguma história que a marcou. Muitas das pessoas cegas e com baixa visão que leram esse texto apontam que o mesmo se passava com elas, variando um pouco os acontecimentos, mas em geral, eram muito parecidos.

No caso dessa história, também aparece a questão da falta de autonomia em circular pelos ambientes escolares aos adaptados para as necessidades das pessoas cegas e com baixa visão. Se somarmos a isso o desconhecimento dos colegas e dos professores sobre essa condição, há um quadro que fomenta as sensações de isolamento relatadas pela narradora. Assim, fica latente a ideia de que esse tipo de sentimento pode ampliar a exclusão em que o sujeito acredita se encontrar nas escolas, com a qual não se identifica ou se vê acolhida.

Lembro que em uma ocasião, quando estava na segunda série do Ensino Fundamental, em que fui pintar um mapa da América em uma tarefa, e como só enxerguei a linha do mapa brasileiro, colori de azul as demais partes pensando que fosse o oceano. A professora ficou brava e disse que eu tinha ‘matado por afogamento todo o resto dos países’, rasgou minha tarefa, jogou no lixo e me deu outra: ‘agora faz direito e com atenção’, mas eu não precisava de atenção, e sim de um material adaptado que eu pudesse enxergar.

No mesmo texto do excerto acima, Baierle (2012), relata uma história muito semelhante:

Lembro que em uma atividade de pintura (ainda no jardim) uma vez eu acabei pintando a mesa, pois me deram uma folha branca, pincel e tinta para desenhar em cima de uma mesa branca. Essa falta de contraste é terrível para mim ou para qualquer pessoa com baixa visão. Eu não sabia onde acabava a folha e começava a mesa. Quando a professora viu o que aconteceu simplesmente limpou a mesa o mais rápido possível (como se tentasse esconder dos outros colegas o que havia acontecido e como se aquilo fosse um ato vergonhoso). Falou para eu ficar calma, que não tinha problema. Mas para mim a situação foi muito constrangedora – e tinha problema sim. Me senti muito mal com a situação. A professora simplesmente limpou a mesa e disse para eu continuar pintando e fazendo o meu desenho “normalmente”, mas que eu deveria “cuidar” com a mesa. Algo simples para resolver a questão seria colocar um papel ou toalha de outra cor sobre a mesa branca... Creio que não é algo tão difícil de ser pensado ou imaginado, certo?

Lembro que, na ocasião, as outras crianças da turma ficaram fazendo piadas com a situação e dizendo que eu ia levar a mesa para casa... Foi horrível. Uma péssima lembrança que tenho desse período.

Hoje penso que eu poderia ter feito um belo trabalho artístico naquela mesa se não tivesse sido interrompida. Acho que inclusive tenho vontade de ter uma mesa para eu pintar todinha. Acho que ela ficaria bem bonita!

(disponível em: <http://tresgotinhas.com.br/minhas-experiencias-escolares/> acessado em 04/11/2012)

De fato, ainda se pensa parcamente sobre as possibilidades e potencialidades que a diferença das pessoas com baixa visão e cegas podem proporcionar. Conforme o *videntismo*, as pessoas com deficiência visual são percebidas principalmente a partir daquilo que elas não podem fazer ou pelo menos, que suas capacidades são limitadas. Mais do que isso, fica evidente nesse excerto e em tantos outros fatos correlatos, que além da falta de percepção de alguns professores sobre os cuidados que devem ter com seu aluno, isso acaba se refletindo também no relacionamento com os colegas.

Não se trata apenas de responsabilizar os agentes escolares que atuam diretamente com os alunos, mas também aqueles que concebem as políticas públicas, bem como da estrutura dos espaços escolares, que na maioria das vezes não estão adaptados para as pessoas com deficiência visual. Como já mencionei no capítulo anterior falando sobre acessibilidade, os prédios públicos – incluindo as escolas – estão em sua maior parte necessitando de adaptações em termos de acessibilidade, como pisos táteis, por exemplo.

Circular pelos ambientes das escolas com autonomia é fundamental para a sensação de pertencimento e de acolhimento por parte dos alunos; nesse caso, especificamente os com deficiência visual. São poucas as escolas que possuem adaptações em seus espaços físicos, de modo a contemplar as necessidades de pessoas cegas e com baixa visão. Mesmo que as políticas de inclusão incentivem o ingresso desses alunos, os problemas com a questão estrutural das escolas aproximam-se ao relatado nos excertos abaixo de Martinez (2010, p. 17) e Baierle (2012), respectivamente:

Na escola também era assim, andava por todos os ambientes sem usar nenhum instrumento de locomoção. Eu conhecia aquele espaço como se fosse minha casa. Nunca estudei em escolas especiais e como sempre tive muitos amigos não sentia o impacto da deficiência

Quando fiquei mais velha, já no fim do Ensino Fundamental e início do Ensino Médio, percebi que eu não tinha problemas de relacionamento. Comecei a ter mais amigos, a me dar bem com as pessoas. Todos passaram a me chamar para eu identificar que eles estavam ali perto de mim. Não tinha mais o problema de “brincar” no pátio, mas ainda assim no intervalo eu tinha que saber onde as pessoas estavam para poder conversar com a turma.
(disponível em: <http://tresgotinhas.com.br/minhas-experiencias-escolares/> acessado em 12/09/2014)

Confesso não ter investigado os motivos que levam a essa situação de despreocupação ou até descaso quanto à acessibilidade nos ambientes escolares. Contudo, o que posso perceber é um distanciamento, uma hierarquização entre aqueles que enxergam e aqueles que não enxergam, seja por desconhecimento, seja por sensações de superioridade dos primeiros sobre os segundos. Manifesta-se aqui também, o *videntismo*, diante das formas como são tratadas as pessoas com

deficiência visual, que têm tantas dificuldades em chegar até as escolas, e ainda mais difícil, se manter nelas tendo suas peculiaridades respeitadas.

Atitudes até simples e eficazes podem auxiliar os alunos com deficiência visual no que tange à sua ambientação no espaço escolar. Algum professor ou demais membros da comunidade escolar pode fazer uma visita guiada às dependências da instituição mencionada. Nesse caso, aquele que guia pode descrever os diferentes espaços onde o aluno está. Descrever desde onde estão os sanitários, passando pelo pátio e chegando até as salas de aula.

Efetuar tais descrições requer conhecimentos básicos sobre AD, no entanto, não necessita a vinculação a editais ou algum tipo de verba pública para que seja implementada. Isso porque, precisa apenas de pessoas interessadas em realizar essa atividade que pode parecer corriqueira, mas que pode gerar no aluno com deficiência visual, certa dose de acolhimento ao ambiente escolar.

Nesses tempos em que a inclusão tem *emergido, assim como em tempos anteriores* onde era apenas incipiente, há algo curioso: o fato de muitos docentes desconhecem as formas de lidar com as pessoas com deficiência.

De modo bem resumido, se pode optar por ignorar as necessidades daquele aluno e seguir as aulas como se ele não existisse, ou agir como se a deficiência fosse um problema, permitindo que o aluno não faça as atividades, por exemplo. Essas formas de tratar a diferença ainda faz parte do cenário escolar, mesmo com as atuais políticas de inclusão em vigor, como podemos ver no excerto de Baierle (2012):

Acho que no jardim de infância e séries iniciais faltou um pouco de sensibilidade dos professores para trabalhar essa questão da baixa visão com a turma e não deixar que eu estivesse sempre sozinha, me sentindo excluída. Acho que até eles acabavam acreditando e aceitando que eu tivesse problemas de relacionamento – sem entender realmente o que é baixa visão, as dimensões e as consequências disso. [...]

Ao longo de todo o período escolar nenhum professor me trazia impresso em letras grandes o que iria passar no quadro (como seria o ideal). As provas também não eram feitas em fontes ampliadas. Eu tinha uma lupinha de aumento que me ajudava, mas às vezes ainda tinha vergonha de usá-la. Quando criança era muito difícil assumir o fato de que eu realmente tinha uma deficiência visual. Não havia sala de recursos nem qualquer tipo de atendimento especializado para mim.

(disponível em: <http://tresgotinhas.com.br/minhas-experiencias-escolares/> acessado em 12/09/2014)

Por conta da condição de deficiência e de ser diferentes das demais crianças, a maioria das pessoas com deficiência visual passa por sensações de isolamento e

de desencaixe nas turmas em que participa. Isso pode ser minimizado ou potencializado de acordo com as maneiras que a comunidade escolar lida com a questão.

Essas dificuldades muitas vezes perduram por toda a escolarização dessas pessoas. E, além das sensações de não pertencimento, há questões muito práticas para a aprendizagem como a disponibilização de materiais adaptados em braile ou em letras ampliadas, por exemplo, que permitam um aprendizado contemplando as diferenças dos sujeitos. Muitos ficam sem esse auxílio enquanto outros tantos necessitam contratar tais serviços em outras instituições, como nos relata Martinez (2010, p. 19) a seguir.

Eu estava consciente das dificuldades que encontraria pela frente. A maior delas era a escassez de materiais adaptados para pessoas com deficiência visual. Eu precisaria complementar meus estudos, fazer algumas aulas particulares para suprir matérias que exigiriam mais de mim – como geometria, geografia e outras disciplinas nas quais gráficos são fundamentais. Até existiam instituições que ofereciam esse serviço sem custo, mas a demora chegava a passar de um ano de espera por um único livro. Eu precisaria encaminhá-los a profissionais especializados, isto é, um custo extra.

Atualmente, com os Atendimentos Educacionais Especializados, a disponibilização de material adaptado aumentou e a variedade é maior do que há algum tempo. No entanto, o processo de adaptação dos materiais, e até de sua utilização por parte do usuário, requer a necessidade de um tempo maior de estudos.

A quantidade de tempo depende de cada sujeito e de quais materiais são estudados, mas o fato é que muitas vezes essa necessidade requer do sujeito com deficiência visual mais horas de estudos para equiparar-se aos demais alunos. Algumas vezes isso pode ser confundido com indolência ou até com dificuldade de aprendizagem desse aluno.

São inúmeras as histórias que as pessoas cegas e com baixa visão contam sobre suas dificuldades nas escolas, algumas delas são mais evidentes do que outras, mas acabam de alguma maneira formando identificação entre essas pessoas. Geralmente, os problemas estruturais e de materiais adaptados são partilhados pela maioria dos alunos com deficiência visual e em todos os níveis de ensino.

Creio que também seja muito necessária a mudança de atitude dos agentes escolares com relação a esses alunos com deficiência. Na maioria das vezes, a percepção sobre alunos cegos e com baixa visão se baseia na ideia da incapacidade,

onde o aluno não poderia fazer atividades de artes visuais por não enxergar, por exemplo.

Por outro lado, nas palestras e eventos que participo sobre educação inclusiva, acessibilidade e audiodescrição, percebo que muitos professores ainda têm desconhecimento e resistências, mas a grande maioria está aberta ao diálogo e a conhecer o outro. Muitos deles mostram-se desejosos em saber como lidar com as pessoas com deficiência, quais suas peculiaridades e de que maneira atuar para contemplar seus alunos cegos e com baixa visão. Estar aberto a essas experiências de vida e de como se relacionar com alguém com deficiência é um passo fundamental rumo a uma escola mais inclusiva. O excerto seguinte ilustra bem essa questão, conforme Hingson (2012, p. 79):

Em nosso primeiro dia de aula, eu sentei-me com Square, meu cão-guia, na primeira fila, bem na frente da mesa do professor. O senhor Herbo, provavelmente em um dos momentos de maior nervosismo de sua vida, começou a escrever um conjunto de equações.

- Senhor Herboldsheimer, o senhor precisa me dizer o que está escrevendo no quadro. Ele fez uma pausa, refletiu por um instante e então começou a explicar exatamente o que estava escrevendo. Aquele foi o começo de um ano maravilhoso. Eu me sentava na primeira fileira, e eu tinha um livro de Geometria em Braille e realizava as provas na biblioteca com o professor Herbo. Usávamos uma lousa mágica nos testes. Ele pegava meu dedo e me mostrava a imagem em relevo que ele desenhava. Então, eu fazia os cálculos e dava a resposta oralmente.

- Acho que aprendi tanto ou até mais com você do que você aprendeu comigo. – disse o senhor Herbo para mim.

Mais do que a ampliação da aprendizagem ou do acesso ao conhecimento, estar disposto a dialogar e a proporcionar diferentes formas de ensinar, estabelece ainda mais condições para que fomentemos uma sociedade acessível. Seja para os alunos com deficiência terem acesso aos conhecimentos, seja pelo exemplo que o professor apresenta aos demais alunos sem deficiência em como lidar com esses sujeitos.

As recentes políticas de inclusão, de ações afirmativas e outras políticas sociais, têm proporcionado o ingresso cada vez maior de sujeitos nas universidades públicas e privadas no Brasil. Ainda que não existam estatísticas comparativas, tenho notado que cada vez mais pessoas com deficiência cursam graduação e pós-graduação. Isso é algo interessante já que a qualificação e os conhecimentos advindos dessas formações podem ampliar os horizontes desses indivíduos.

No entanto, muitas dificuldades ainda persistem no que diz respeito aos materiais disponibilizados e adaptados para os alunos com deficiência, bem como os espaços físicos. A maioria dos problemas costuma acontecer ainda nos processos seletivos, como podemos ver no excerto de Martinez (2010, p. 20):

As pessoas não imaginam as diferenças na execução de uma prova desse porte quando realizada por uma pessoa com deficiência visual. Eu optava por ter um leitor, pois minha leitura braille era muito lenta. Mas, assim mesmo, uma pessoa lendo em voz alta não atinge a mesma velocidade que alguém lendo para si. Na leitura convencional, quando a pessoa não entende uma palavra do texto, retorna apenas ao trecho que interessa. Em meu caso, se acontece algo assim, tenho de interromper, verbalizar um pedido de ajuda, pedir para voltar ao ponto e aguardar que o leitor localize com exatidão.

Aqui, é possível notar também uma questão de falta de autonomia do candidato, que por não ter acesso a recursos tecnológicos de leituras dos textos, acabam por depender de outra pessoa. Muitas vezes, os profissionais disponibilizados para a leitura dessas provas não estão capacitados para essa função, o que pode prejudicar o sujeito atendido. Assim, mesmo quando existem recursos de acessibilidade, nem sempre eles são suficientes para igualar as condições de acesso e oportunidades.

Algo mais grave são os certames onde as provas possuem imagens como charges, tabelas, gráficos, fotografias ou outros. Por mais que as provas sejam disponibilizadas em braille ou com letras ampliadas, ou que seja dado tempo adicional e o atendimento de um assistente para o usuário, quando há figuras, o prejuízo é notório. Afinal, a pessoa que está auxiliando o candidato com deficiência visual, na imensa maioria das vezes, não tem preparo para descrever as imagens adequadamente, o que causa uma evidente desvantagem para aquele que não enxerga. Nesse sentido, conforme Baierle (2013)

Atualmente, na maioria dos concursos e vestibulares, o candidato tem uma hora a mais para realizá-lo, contando com o auxílio de um leitor, que é também a pessoa que fará a descrição das imagens.

As descrições das imagens ficam, assim, a cargo desses leitores (alguns mais, outros menos preparados). Cada candidato com deficiência visual acaba recebendo uma descrição diferente (visto que esse é um atendimento individualizado). Ou seja, não existe uma descrição padronizada e igual para todos, pois é feita dentro do horário da prova sem um planejamento e revisão prévios. O leitor precisa ler todas as questões, preocupar-se com o ritmo de leitura, entonação e a imparcialidade da voz, além de descrever gráficos, imagens, tabelas e charges de forma objetiva e clara para o candidato.

Por mais que essa pessoa tenha boa vontade e seja preparada, trata-se de uma tarefa difícil e de grande responsabilidade. Certamente em algum quesito o candidato acaba prejudicado. Estamos falando em provas extensas, com muito conteúdo para leitura e com muito material visual para descrição.

Quem trabalha com audiodescrição e descrição de imagens estáticas, sabe o quanto não é tarefa simples descrever uma imagem – ainda mais ao vivo, sem acesso prévio às imagens da prova. É preciso técnica, estudo, preparo e muita prática para uma descrição de qualidade.

(Disponível em: <http://tresgotinhas.com.br/evoluindo-com-a-acessibilidade/> acessado em 12/10/2014)

Há diversos problemas nesses processos seletivos para o Ensino Superior, mas para aqueles que conseguem ultrapassar essa primeira barreira, as condições de permanência são ainda mais complexas por demandarem diversos recursos de acordo com as necessidades dos alunos. Em outros países, como nos EUA, a disponibilização de recursos de acessibilidade para alunos com deficiência visual já não é algo tão recente assim, como podemos ver nas palavras de Hingson (2012, p. 93):

Todavia, uma coisa maravilhosa sobre a faculdade é o fato de eu ter tido acesso à maioria dos livros em Braille ou em formato audiolivros. Os livros e materiais que eu não podia ler eram lidos para mim por “leitores” – em geral, outros alunos, que se tornavam meus olhos e liam para mim algumas horas por semana. Comecei a encontrar meu equilíbrio acadêmico, passei a me manter em dia com todas as exigências do curso e a participar de grupos de discussões, por vezes me envolvendo em debates aquecidos.

Eis algo que persiste com os anos e em diferentes contextos culturais, a percepção de que quando os sujeitos têm suas peculiaridades e necessidades contempladas, estes se sentem pertencentes e acolhidos pela instituição. Mais do que isso, essa sensação auxilia a que o discente participe mais diretamente da vida

acadêmica. Com isso, sua formação pode ter um incremento muito importante tanto pela disponibilização dos recursos, quanto pela identificação que o mesmo estabelece com o curso e com a instituição.

No Brasil, os programas e instâncias de provimento de acessibilidade para alunos com deficiência nas universidades ainda são incipientes, sendo que a imensa maioria delas teve início a partir dos anos 2000. No que diz respeito às universidades públicas, em 2005 houve um marco para as questões de acessibilidade, que foi a criação do Programa Incluir³⁰, que fomenta a implantação das políticas de acessibilidade nas universidades públicas. A seguir apresento o excerto de Baierle (2013), em que relata suas percepções sobre o Programa Incluir da UFRGS:

No Programa Incluir nunca me senti um número (como ocorria dentro da maioria das salas de aula). Pude me sentir, sim, a Mariana, com minhas características. Isso é algo único e mágico, pois resgatou a minha identidade. [...]

Foi maravilhoso, pois em toda minha escolarização sempre tive que “me virar”, sem nenhum apoio por parte da escola ou professores. No começo eu achava aquelas adaptações todas em fonte ampliada um “luxo”.

Eu estranhava tantas pessoas empenhadas em adaptar materiais para mim. Aquilo era algo que eu nunca tinha imaginado. Depois, com o tempo e com o maior contato com essas pessoas especiais que me ensinaram tanto, percebi que aquilo não se tratava de um “luxo”, mas sim de um direito. Aos poucos fui mudando minha visão sobre as pessoas com deficiência e sobre mim mesma, aceitando melhor minha condição e aprendendo muito com o convívio com o Incluir. [...]

Quase sempre eu recebia material em fonte pequena. Não encontrava a sala de aula correta, o prédio, o laboratório (principalmente no campus do Vale, onde o caos é maior). Tinha dificuldade na biblioteca para localizar os livros, para pesquisar no computador, para encontrar banheiro, para ler o cardápio no bar. Os laboratórios, aliás, nunca tinham computador adaptado para mim. [...]

Fico muito orgulhosa por ver toda essa trajetória, de crescimento acadêmico e principalmente pessoal. Gostaria de salientar o quanto o Incluir teve esse papel importante na minha própria aceitação da deficiência.

Apreendi a pensar mais sobre a minha deficiência e, ao mesmo tempo, a pensar menos sobre isso nos momentos em que não importa tanto. Afinal, o ser humano é vai muito além de suas limitações físicas.

(Disponível em: <http://tresgotinhas.com.br/o-programa-incluir-da-ufrgs-na-minha-vida/> acessado em 12/10/2014)

Como é possível verificar nesse e em excertos anteriores, quando a acessibilidade é disponibilizada, o benefício para o sujeito com deficiência visual é muito maior do que o acesso instrumental aos conhecimentos.

³⁰ Para mais informações acesse:

http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=495&id=12257&option=com_content&view=article

Para além dos evidentes ganhos de conhecimentos que os materiais adaptados possam promover, é também uma questão de ver-se como parte do processo educacional não mais em desençaixe, e sim como parte do todo, tendo sua diferença respeitada e proporcionando a sensação de identificação com outros colegas atendidos por esses programas, por exemplo.

As questões referentes aos processos de identidade na escola são um tema tão profícuo quanto emergente nas pesquisas em Educação. Os excertos que apresentei e analisei até aqui trazem consigo o que tenho denominado como marcas de identificação, diante dos critérios já mencionados anteriormente nesse capítulo. Enfocando essas experiências educacionais, a questão da identidade aparece tendo papel importante nos processos de inclusão desses indivíduos.

Além do excerto anterior, no que diz respeito aos processos de identidade e de identificação nessas narrativas de experiências escolares, há sensações de isolamento e desençaixe ao 'sistema', que dificultam os sentimentos de pertença ao ambiente escolar. Nesse sentido, Bavcar (2003, p. 135) relata que:

É refletindo sobre essas questões que retornam a minha memória as palavras de um amigo cego que quando criança me dizia outrora: “sabe minha situação seria insustentável se não fosse você e tantos outros semelhantes a mim”. No gueto em que vivíamos a época, a solidariedade se impunha para cimentar a unidade de um grupo social etiquetado como “privado da visão física”. Quando me vem essa reflexão, me parece ingênua, mas também mais verdadeira do que parecia em sua formulação simples. Meu amigo sabia que não estamos sós; a primeira prova era minha presença como interlocutor, depois a presença dos outros colegas de classe e a existência de muitos outros que se sabiam cegos, de acordo com as estimativas e as classificações das estatísticas; Talvez a frase “não estamos sós” designasse inconscientemente a presença bem maior das pessoas que sofreram nossa sorte.

Não é tão comum assim que alunos cegos que estudaram ou estudam em escolas comuns tenham outros colegas cegos ou com baixa visão. As razões pelas quais isso ocorre podem ser as mais variadas, mas a falta de acesso desses sujeitos à escola de modo mais intenso pode ser um bom caminho, já que poucos ingressavam no sistema escolar, e a maioria dos relatos das narrativas analisadas, bem como de minhas experiências pessoais, dão pistas de que não estar 'com alguém como eu' nos ambientes escolares também ajuda a aumentar as sensações de isolamento.

Atualmente, com os espaços de atendimento educacional especializados, percebo que muitos alunos cegos e com baixa visão frequentam o mesmo ambiente, ainda que sejam de turmas e até de escolas diferentes. Tais relações não se dão em conjunto com outros colegas, mas em um local específico, diria até que quase semelhante às escolas especiais. No entanto, seja como for, existe o contato entre os alunos cegos e com baixa visão, e de um modo ou outro creio que possa existir alguma identificação no contato entre os mesmos. Assim, eis aqui mais um ponto a ser analisado em investigações futuras.

É inegável que pessoas que partilham de uma mesma diferença tenham muitos pontos em comum e que queiram partilhar tais percepções. Por isso, em grande parte das vezes que me reúno com meus amigos cegos e com baixa visão, a maior parte dos assuntos gira em torno de nossas formas de ver o mundo, de reivindicações por autonomia e, principalmente, sobre especificidades da condição de deficiência que somente quem as vivencia é capaz de compreender.

Essa identificação não ocorre em todos os casos e nem da mesma maneira com todos os sujeitos, mas as características que partilham proporciona que aprendam uns com os outros, mesmo em coisas simples. Esse convívio é importante para o desenvolvimento da aprendizagem e das construções de laços entre os membros do grupo de pessoas cegas e com baixa visão. Queiroz (2005, p. 109) relata sobre sua inserção profissional no Instituto Benjamin Constant e a sua primeira convivência com outras pessoas cegas:

Inscrevi-me para o curso [de programação de computadores] e corri para casa a fim de que as pessoas me ditassem textos de jornal ou coisas no gênero, para treinar o Braille. As duas turmas iniciais do curso foram diminuindo com o tempo, [...]
Dessa forma, me adiantei com relação ao andamento do curso. Estava satisfeito, mas não só com isso. O contato diário com pessoas cegas era fantástico. Aprendi muita coisa, troquei muitas experiências e conheci pessoas maravilhosas.

Nas últimas décadas os debates acadêmicos e da sociedade em geral também têm sido no sentido de ver a escola como um espaço não apenas de transmissão ou construção de conhecimento, mas também de socialização dos indivíduos. Um ambiente onde sujeitos que tenham características em comum, e que estejam dispostos a partilhá-las, encontram um cenário ideal para fomentar os processos de identidade dentro de seus grupos, nesse caso, das pessoas com deficiência visual.

São experiências e vivências muito importantes para esses sujeitos, na medida em que encontram no outro o acolhimento que procuram, como no excerto antes citado do colega de escola de Bavcar. As sensações de isolamento afetam muitos dos relacionamentos de pessoas cegas ou com baixa visão com os videntes, pois como no excerto anterior de Baierle, muitos desconhecem que há dificuldade em reconhecer o rosto das pessoas, e situar-se nos espaços, causando problemas de interação.

Entre as pessoas com deficiência visual isso acontece poucas vezes, pois sabem como agir uns com os outros, seja por ouvirem o tilintar das bengalas, por ter o hábito de verbalizar onde estão e o que fazem ou ainda por outras questões como a partilha de materiais usados nas aulas.

A identificação fica ainda mais evidente quando ocorre entre o aluno e o docente. Ainda é relativamente pequeno o número de pessoas cegas ou com baixa visão que atuam como docentes nas diversas licenciaturas – se pensarmos na quantidade de indivíduos com essa condição. Não encontrei estatísticas ou pesquisas sobre o tema – mesmo procurando por dois anos -, mas pelo conhecimento que tenho dentro do grupo de pessoas com deficiência visual, sei que são bem poucos ainda.

Essa identificação entre discente e docente é relativamente comum entre crianças sem deficiência, o que dificilmente ocorre entre as pessoas com deficiência visual, por exemplo. Afinal, certamente que o vidente não usa bengala, não escreve em braile ou se movimenta pelo ambiente como o aluno cego. Logo, por mais desenvoltura que tenha um professor vidente, a identificação com o docente cego ou com baixa visão, na maioria das vezes, acontece com mais intensidade, ao menos pelo que mostram os materiais analisados.

No excerto a seguir, Hingson (2012, p. 47-48) relata sobre sua professora cega, e que por sinal, foi a primeira pessoa cega com quem conviveu mais longamente. Assim, ele afirma que:

Conviver com Sharon [uma de suas professoras no High School] foi uma experiência que mudou a minha vida. Ela era a primeira pessoa cega que eu tive a oportunidade de conhecer bem. Além de interagir com um cão-guia e sua dona pela primeira vez, aprendi três outras coisas importantes. Em primeiro lugar, Sharon estava integrada à comunidade – era professora e não ficava presa em casa tendo pena de si mesma e deixando outras pessoas tomarem conta dela. Ela tinha um emprego e era muito boa no que fazia: *se ela pode, então eu também posso!* Em segundo lugar, percebi que havia vida além das ruas cheias de terra de Palmdale e eu sabia que também queria ser parte daquilo. Por fim, percebi que havia muitas outras pessoas cegas no mundo. É claro que eu já sabia que não era o único cego do mundo, mas às vezes eu me sentia muito sozinho. Na infância, não tive muitos amigos. [...]. Mas, ao mesmo tempo, eu não tive o apoio e a amizade de pessoas como eu, mais sábias e muito mais experientes do que eu era na época.

O narrador vivenciou essa história ao longo dos anos 1960 e 1970 e, se percebermos, ela ainda continua atual, mesmo que estejamos em outro país e sob outras regras e políticas de inclusão. Esse excerto, de certa forma resume a seção destinada às experiências escolares, e eu diria até que resume bastante sobre as sensações provocadas pelos processos de identidades de que tratei até aqui.

Hingson percebeu em Sharon o exemplo que diz nunca ter tido, de alguém 'como ele' com autonomia, com sucesso e assim notou que poderia ir além das expectativas alheias. Percebeu, segundo ele, que partilhar experiências com outros cegos seria ampliar seus horizontes, ver o mundo de outro modo, e ajudar a consolidar o grupo de pessoas cegas e com baixa visão. Por fim, as sensações de isolamento que teve durante algum tempo, começaram a se desfazer quando de sua amizade com Sharon e de sua inserção na 'comunidade cega'.

Nesse capítulo, espero ter cumprido com a árdua tarefa de realizar as análises propostas na tese. Busquei demonstrar de que maneiras as narrativas autobiográficas de pessoas cegas ou com baixa visão representam e/ou promovem marcas de identificação. Há inúmeras marcas circulando atualmente, como a bengala, o cão-guia e a audiodescrição, por exemplo.

Em primeiro lugar, pelas recorrências mostradas pelos materiais, e em segundo, por minhas experiências pessoais e como ativista pelas causas da deficiência, as marcas mais evidentes conforme minhas investigações foram: reivindicação por autonomia, cegueira não como doença, mas como visão diferente do mundo, e as reivindicações e peculiaridades nas narrativas das experiências escolares, geradoras de marcas de identificação.

Sei que ainda há um longo caminho na análise dessas e de outras tantas marcas existentes e que estão por vir. Espero que outras tantas sejam estudadas, ampliando investigações sobre a temática da deficiência visual, sobretudo, aquelas que tenham como enfoque as questões culturais dos grupos de pessoas cegas e com baixa visão, indo para além das questões clínicas.

Como diz um dito popular 'há marcas que nunca saem'. Não sei se isso sempre se aplica, mas o fato é que essas marcas tem larga recorrência temporal e estão dispersas por diferentes lugares, assim como outras tantas. Contrariando o que convencionou os Estudos Culturais sobre evitar afirmações definitivas e categóricas,

ter construído esta investigação e tecido esta tese é para mim uma marca que jamais sairá do meu corpo, dos meus pensamentos e da minha alma, dure quanto tempo a eternidade durar...

CONSIDERAÇÕES (QUASE) FINAIS

Com minha bengala branca vou guiando o leitor pelas veredas da minha tese. Estamos agora chegando ao final dessa jornada e abrindo caminho para outras tantas que virão. Antes disso, é preciso fazer mais algumas considerações sobre o caminho percorrido, refletindo sobre as proposições advindas daquilo que semeamos até aqui. Não creio que sejam considerações finais, pois meu percurso como pesquisador, e do tema aqui investigado não estão terminando, mas sim, apenas tendo novos começos.

Um objetivo ainda anterior à escrita desta tese era a intenção que tive de fazer da mesma, mais do que uma investigação acadêmica. Intencionalmente, busquei uma escrita autoral, com todos os riscos que viriam com essa escolha. Os riscos eram grandes, pois eu estaria na corda-bamba entre um texto autoral ou uma escrita não acadêmica ou até de autoajuda, como afirmei no capítulo um.

Ao mesmo tempo em que sou pesquisador, sou também sujeito de minha pesquisa, o que me permitiu trazer para o texto diversas experiências pessoais entremeadas com as análises teórico-metodológicas. Meu objetivo foi proporcionar não apenas uma pesquisa analítica ou propositiva, mas escrever de modo a que o leitor se sentisse em uma conversa, e mais que isso, um convite à imersão em muitos aspectos culturais das pessoas cegas e com baixa visão.

Há poucos trabalhos escritos por pessoas com deficiência visual na área da Educação, menos ainda, pesquisas apresentadas de tal modo que fomentem os processos de identificação desse público para com o material que têm acesso. Por outro lado, minha investigação tratou sobre narrativas autobiográficas de pessoas cegas e com baixa visão. E, sendo assim, pensei que eu poderia escrever de tal modo que estivesse afinado com meu material analítico.

O fato de ter entremeadado minhas experiências de vida como pessoa com baixa visão foram intencionais desde o princípio, com o objetivo de promover alguma identificação do texto para com o leitor com deficiência visual. Ou seja, por questões políticas, culturais e outras, procurei privilegiar em meu texto a identificação das pessoas cegas e com baixa visão.

Durante o período de escrita da tese, fui repassando partes do texto e depois em sua versão completa para diversos amigos cegos e com baixa visão. O

depoimento destas pessoas foi muito animador, na medida em que todos afirmaram terem se identificado também pelo modo de escrita mais próximo de suas vivências. Logo, creio ter cumprido com esse objetivo da tese.

No primeiro capítulo, apresentei minha trajetória de vida pessoal e acadêmica, já que ambas acabam se misturando em inúmeros momentos. Também fiz questão de apresentar ao leitor um pequeno mapa de minhas escolhas teórico-metodológicas sobre a pesquisa, afinal, para bengalar por terrenos tão pedregosos é preciso ter estratégias para caminhar sem cair em armadilhas. Minhas escolhas talvez não tenham sido as mais fáceis ou as melhores, mas demonstrei como cheguei até elas e de que modo conduziria o leitor pelos rumos da tese.

No segundo capítulo, apresentei as bengalas conceituais com as quais fui guiando minha pesquisa. Primeiramente, tratando das atuais formas de utilização do conceito de cultura, nesse caso, como uma forma de identificar as identidades através do direito à diferença. A questão da cultura como um recurso de reivindicação foi um dos temas em que mais me detive, pois é um dos pilares de minha tese. Demonstrei também, de que modo a luta pelos direitos culturais têm promovido a reivindicação de identidades e de ser diferente, por parte de grupos minoritários.

Através desses debates foi possível perceber que a cultura é muito mais ampla do que fora há algumas décadas. Cada vez mais as culturas estão pulverizadas e diversificadas de tal maneira que grupos minoritários vêm se apropriando dessas novas possibilidades para construir suas comunidades e peculiaridades grupais. Assim, começaram a ser criadas as possibilidades de reivindicação de acesso aos processos de produção, circulação e consumo cultural, inclusive por parte das pessoas com deficiência visual.

Posteriormente, empreendi análises sobre dois conceitos fundamentais para a construção da base teórica da tese, tratando sobre as questões de narrativas e, em seguida, debatendo sobre identidades. As narrativas autobiográficas, cada vez mais em voga em todos os âmbitos sociais, e nesse caso, das produções literárias, proporciona que sujeitos de grupos outrora sem direito a 'voz', passaram a ser objeto dessas narrativas. Assim, muitos indivíduos dos grupos considerados minoritários começaram a ter mais espaços para expor suas experiências e seus pontos de vista.

Nesse sentido, esses narradores acabam estabelecendo com seus leitores relações de identidades, principalmente, com aqueles que vivem situações semelhantes aos narradores. Essas identidades têm se constituído como importante

instrumento para a construção de certas marcas entre os grupos considerados minoritários. Como pudemos perceber, essas marcas também proporcionam condições para a reivindicação de direitos à diferença.

Logo, notei que essas inter-relações entre narrativas autobiográficas e processos de identificação configuram-se como o cenário propício para a emergência da constituição de marcas grupais pelas quais os sujeitos reivindicam o direito de pertencer a um grupo e ao mesmo tempo, de ser diferente dos demais.

No terceiro capítulo, analisei algumas das condições que tornaram possível a emergência dessas marcas de identificação de pessoas com deficiência visual. Para tanto, trouxe algumas questões sobre a teoria de pensamento neoliberal, através das lentes foucaultianas. Nessa perspectiva, valoriza-se o empreendedorismo individual, em que cada sujeito é responsável pelos seus sucessos ou fracassos, pois se propaga que lhes são dadas as condições de participação social.

Dentro desse prisma, as políticas de inclusão e recursos de acessibilidade são exemplos das disponibilizações dessas condições de participação. Para que pessoas com deficiência acessem as diferentes esferas da sociedade, é preciso que sejam fomentados os recursos de acessibilidade para que essa participação seja efetivada. Assim, tornou-se necessário prover esses diferentes modos de inclusão de pessoas com deficiência.

Utilizei como um dos exemplos dessa emergência, o recurso de audiodescrição. Este, além de promover acesso à cultura e à informação como não ocorrera outrora, serve também como parte dos processos de identificação e de constituição de marcas. Assim, entendo que a audiodescrição tem grande potencial de ser uma marca de identificação e, mais do que isso, ser uma tecnologia assistiva que potencialmente pode auxiliar nos processos educacionais. Concluo, pois, que futuramente, outras pesquisas devem ser empreendidas para analisar essas possibilidades da audiodescrição como ferramenta de ensino.

Nesse sentido, verifiquei que essa ampliação de espaços e de recursos da acessibilidade proporcionaram condições para que sujeitos com deficiência visual tivessem a oportunidade de contar suas histórias de vida em materiais editoriais, e que essas narrativas passaram a ter grande ressonância na sociedade, garantindo a circulação e o consumo desses materiais. Creio ter sido essa uma das principais bases para que essas narrativas autobiográficas emerjam.

Com a maior circulação e consumo dessas narrativas acontece também a ampliação do público leitor, e por consequência, atingindo uma quantidade maior de pessoas com deficiência visual. Isso auxilia na consolidação e ampliação dessas marcas de identificação das pessoas com deficiência visual. Logo, esse cenário tornou possível que essas marcas se consolidassem e se espalhassem por diferentes espaços e tempos.

Por fim, no quarto capítulo, efetuei as análises do que denominei como marcas de identificação, que são elas: reivindicação de autonomia, diferentes formas de ver o mundo e experiências educacionais. Essas marcas escolhidas entre as narrativas autobiográficas de pessoas cegas e com baixa visão têm muitas recorrências entre o material investigado.

Conclui com isso, que essas marcas tem grande solidez na medida em que ultrapassam um contexto social específico ou uma temporalidade determinada, e que segue sendo um fator importante de identificação entre as pessoas cegas e com baixa visão. Cada uma dessas marcas também tem relação umas com as outras, pois elas não estão desconectadas de diversas outras formas de pensar desses grupos.

No caso da reivindicação de autonomia, a questão é o que e como esses grupos lutam por essa autonomia. Na maioria das vezes, apresentam suas histórias de como lidaram com a dependência de outrem, e de que modo tem lutado para que cada vez mais se tenha a autonomia necessária através dos recursos de acessibilidade arquitetônica e atitudinal.

Nas diferentes formas de ver o mundo, há a reivindicação pelo direito de ter na cegueira ou baixa visão não uma percepção de algo que seja um defeito ou uma falta, mas uma característica do sujeito. Essa outra forma de ver, é a busca por demonstrar as diferenças e peculiaridades sobre como as pessoas com deficiência visual veem o mundo. Cada sujeito enxerga de um jeito diferente, mas o ato de 'ver' é diferente de apenas ter olhos que funcionalmente podem enxergar. Assim, ver o mundo de outros modos é propor outras maneiras de pensar o mundo, tendo certa autonomia do sentido visual.

Nas experiências educacionais, podemos verificar muitas situações ainda recorrentes no cenário das pessoas com deficiência. De certa forma, essa marca também congrega um pouco das duas categorias analíticas anteriores, na medida em que as histórias contadas trazem consigo as reivindicações por autonomia e as proposições de diferentes formas de ver o mundo.

Narrar experiências escolares não é uma marca específica das pessoas cegas e com baixa visão, a questão é como e o que elas contam. Nesses casos, os narradores contam suas experiências escolares já tendo refletido bastante sobre os fatos e escolhendo deliberadamente sobre o que iriam contar, já que todos eles ao escrever estavam na idade adulta, tendo passado bastante tempo entre o relato e os acontecimentos contados.

Muitas dessas narrativas sobre o período educacional trazem consigo outras tantas temáticas como as relações familiares, com os professores e com a escola. Outra questão latente é a sensação de isolamento e desencaixe a uma escola que não está preparada para receber sujeitos cuja visão física não é como a dos demais. Por fim, aparece bastante também, a relação grupal e de comunidade como algo raro nas escolas, e que esse fator de identificação, ou a falta dela, é muito relatado nessas narrativas como algo importante para esses sujeitos cegos e com baixa visão.

Portanto, o que essas narrativas e suas recorrências apontam, é que existem marcas que fomentam a identificação grupal entre pessoas com deficiência visual. Essas marcas podem proporcionar sensações de aglutinação do grupo e de constituição de uma comunidade sólida que reivindique seus direitos a serem diferentes.

Por mais perigosas que sejam as relações com as identidades, as pessoas cegas e com baixa visão ainda estão em um momento de unificação grupal, e que esse fator da identificação se faz necessário para estabelecerem laços. Certamente que cada sujeito é diferente entre si, e que essa diferença tornar-se-á latente na medida em que as identidades não derem conta dessas peculiaridades individuais.

Contudo, creio que dentro do momento histórico vivenciado por esse grupo, as marcas de identificação tem exercido papel fundamental no estabelecimento de características comuns e de traços culturais específicos pelos quais se tem a oportunidade de partilhar vivências e experiências que outrora não eram possíveis.

Para finalizar, se tivesse que apresentar uma breve e condensada conclusão sobre qual foi minha tese, diria que as narrativas autobiográficas constituem marcas de identificação que possibilitam a reivindicação de identidades através da cultura, utilizada como recurso para a obtenção de direitos.

Depois de ter bengalado com o leitor por tantos caminhos, é chegado o momento de finalizar esta jornada. Busquei guiar o leitor da maneira como pude e com as minhas formas peculiares de ver o mundo. Espero que esse não seja mais um

trabalho de pesquisa a ficar somente nas estantes das bibliotecas, mas sim, que possa tocar as pessoas. Pois, para quem tem deficiência visual como eu, tocar o outro é a forma de sabermos que não estamos sozinhos no mundo e que temos uns aos outros.

BIBLIOGRAFIA

APPADURAI, Urjan. **O medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva**. São Paulo: 2009

ARAUJO, Vera Lúcia santiago; ADERALDO; Marisa Ferreira. **Os novos rumos da pesquisa em audiodescrição no Brasil**. Curitiba: Editora CRV; 2013

ARFUCH, Leonor. **A esfera íntima contemporânea: espaços e narrativas**. In: SOMMER, Luis Henrique; BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Educação e cultura contemporânea: articulações, provocações e transgressões em novas paisagens. Canoas: ULBRA; 2006

_____ **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EDUERJ; 2010

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar; 2003.

_____ **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2005

_____. **La cultura en el mundo de la modernidad líquida**. Madrid: FCE; 2013

_____ **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar; 1998

_____ **Vida para consumo: transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar: 2008

BORGES, Jorge Luis. **Elogio da sombra**. São Paulo: Globo; 2000

BRASIL, Presidência da República. **Decreto lei nº 6.949 de Agosto de 2009**. Brasília: Diário Oficial: 2009

CAMPBELL, Colin. **Eu compro, logo sei que existo: as bases metafísicas do consumo moderno**. In: BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. Cultura, Consumo e identidade. Rio de Janeiro: Editora FGV; 2006

CANCLINI, Néstor Garcia. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; 2007

COSTA, Marisa Vorraber. **Estudos Culturais – para além das fronteiras disciplinares**. In: COSTA, Marisa Vorraber; VEIGA-NETO, Alfredo. Estudos Culturais em Educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema... Porto Alegre: Editora da UFRGS; 2004

COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. **Governamentalidade neoliberal, teoria do Capital Humano e empreendedorismo**. Revista Educação & Realidade. Porto Alegre; v.34, n.2, mai/ago 2009

_____ **Biopolítica, governamentalidade e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica; 2009b

DINIZ, Debora. **Deficiência, direitos humanos e justiça**. In: Revista Internacional de Direitos Humanos: São Paulo; V.6, N.11; 2009

_____ **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense; 2007

FARIAS, Sandra Regina; NEVES, Josélia. **Audiodescrição poética da linguagem cinematográfica: elementos para outras abordagens**. In: CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jeniffer. Acessibilidade em ambientes culturais: relatos de experiências. Porto Alegre: Marca Visual; 2013

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos: Curso no Collège de France (1979-1980): excertos**. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiame; 2011

_____ **O nascimento da biopolítica: Curso do Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes; 2008

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **A paixão de trabalhar com Foucault**. In: COSTA, Marisa Vorraber. Caminhos Investigativos I: Novos olhares na pesquisa em Educação. Rio de Janeiro: Lamparina Editora; 2007

_____ **Escrita acadêmica: a arte de assinar o que se lê**. In: Costa, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (org). Caminhos Investigativos III: Riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: Lamparina Editora; 2007 b

FRANCO, Eliana Paes Cardoso; SILVA, Manoela Cristina Correia Carvalho da. **Audiodescrição: breve passeio histórico**. In: MOTTA, Livia Maria Vilella de Mello; ROMEU FILHO, Paulo (org). Audiodescrição – transformando imagens em Palavras. São Paulo: Secretaria dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Estado de São Paulo; 2010

GALLO, Silvio. **Uma apresentação: diferença e educação; governo e resistência**. In: LOPES, Maura Corcini; HATTGE, Morgana Domênica. Inclusão escolar: conjunto de práticas que governam. Belo Horizonte: Autêntica; 2009

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura**. In: Revista Educação Realidade. Porto Alegre: UFRGS; 1997

- _____ **The work of representation.** In: HALL, Stuart. Representation – cultural representation and signifying practices. Cage/open University: London; Oaks/new Dheli, 1997b
- KEARNEY, Richard. **Narrativa.** Revista Educação & Realidade. Porto Alegre: v37, n.2, Mai/ago 2012
- KENT, Yvonne Stephens. **I Just Absolutely Loved What I Did": The Rhetorical Construction of a Disabled Identity.** Nova York; Disability Studies Quarterly: V.31, N.3, 2011
- LARROSA, Jorge. **Tecnologias do eu e educação.** In: SILVA, Tomaz Tadeu. O sujeito da educação. Petrópolis: Vozes; 1994
- LEÃO, Bruna Alves. **A audiodescrição para o teatro infantil** In: ARAUJO, Vera Lúcia santiago; ADERALDO; Marisa Ferreira. Os novos rumos da pesquisa em audiodescrição no Brasil. Curitiba: Editora CRV; 2013
- LINTON, Simi. **Reassigning Meaning.** In: DAVIS, Lennard J. Disability Studies Reader. New York: Routledge; 2010
- LISPECTOR, Clarice. **Felicidade Clandestina.** In:_____ Felicidade Clandestina. Rio de Janeiro: Francisco Alves; 1991.
- LOPES, Maura Corcini. **Inclusão como prática política de governamentalidade.** In: LOPES, Maura Corcini; HATTGE, Morgana Domênica. Inclusão escolar: conjunto de práticas que governam. Belo Horizonte: Autêntica; 2009
- _____; DAL' IGNA, Maria Cláudia. **In/exclusão: nas tramas da escola;** Canoas: Editora da ULBRA; 2007
- _____; VEIGA-NETO, Alfredo. **Marcadores culturais surdos:** in: LOPES, Maura Corcini; VIEIRA-MACHADO, Lucyenne Mattos da costa. Educação de surdos: Políticas, língua de sinais, comunidade e cultura surda. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; 2010
- MARIN-DIAZ, Dora Lilia. **Autoajuda e educação: uma genealogia das antropotecnicas contemporâneas.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio grande do sul: Porto Alegre: 2012
- MARTINEZ, Thays. **Minha vida com Boris: a comovente história do cão-guia que mudou a vida de sua dona e do Brasil.** São Paulo: Globo; 2011
- MIANES, Felipe Leão. **Produções identitárias das pessoas com deficiência visual no Orkut.** 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MOTTA, Livia Maria Vilella de Mello. **A audiodescrição vai à ópera**. In: MOTTA, Livia Maria Vilella de Mello; ROMEU FILHO, Paulo (org). Audiodescrição – transformando imagens em Palavras. São Paulo: Secretaria dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Estado de São Paulo; 2010

MULLER, Janete Inês. **Marcadores culturais na literatura surda: constituição de significados em produções editoriais surdas**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS – Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre

NELSON, Cary; TREICHLER, Paula. A; GROSSBERG, Lawrence. **Estudos culturais: uma introdução**. In: Silva Tomaz Tadeu. Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos Estudos Culturais em Educação. Petrópolis: Vozes; 1995

NEVES, Josélia. **Cinema inclusivo: soluções diferenciadas para uma comunicação mais abrangente**. In: Revista Diversidades. Ilha da Madeira (Portugal): n.24; 2009

SANT'ANNA, Paulo. **A cega do elevador**. Jornal Zero Hora: 2012 mar 19; Paulo Sant'anna, p. 173

SANTOS, Iolanda Montano dos. **Um corpo mais perfeito**. In: LOPES, Maura Corcini; HATTGE, Morgana Domênica. Inclusão escolar: práticas que governam. Belo Horizonte: Autêntica; 2009

SHAKESPEARE, Tom. **The social model of disability**. In: DAVIS, Lennard J. Disability Studies Reader. New York: Routledge; 2010

SHAREED, Farida. **O novo papel dos direitos culturais**. In: Revista Observatório do Itaú Cultural. São Paulo: Itaú Cultura; n.11 Jan/Abr 2011

SILVA, Tomaz Tadeu. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes; 2000

VEIGA-NETO, Alfredo. **Cultura, culturas e educação**. In: Revista Brasileira de Educação. São Paulo: ANPED; nº 23, Mai/ago 2003.

_____ **Neoliberalismo, Império e Políticas de Inclusão: Problematizações iniciais**. In: RECHICO, Cínara F; FORTES, Vanessa G (org). A educação e a Inclusão na Contemporaneidade. Boa Vista: UFRR; 2008

_____ **Olhares**. In: COSTA, Marisa Vorraber. Caminhos Investigativos I: Novos olhares na pesquisa em Educação. Rio de Janeiro: Lamparina Editora; 2007

VILARONGA, Iracema. **O potencial formador do cinema e a audiodescrição: olhares cegos**. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2010

WIEVIORKA, Michel. **A diferença**. Lisboa: Fenda Edições, 2002

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: UFMG; 2006

_____ **Cultura e educação no novo entorno**. In: SOMMER, Luis Henrique; BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Educação e cultura contemporânea: articulações, provocações e transgressões em novas paisagens. Canoas: ULBRA; 2006

Sites

<http://www.blindtube.com.br> (acessado em 9 de Agosto de 2012)

<http://www.blogdaaudiodescrição.com.br> (acessado em 7 de Agosto de 2012)

<http://dsq-sds.org/index.php/dsq/> (acessada em 04/07/2012)

<http://www.mec.gov.br> (acessado em 18 de Agosto de 2012)

<http://www.leeds.ac.uk/disability-studies/what.htm> (acessado em 04/07/2012)

Obras e Blog analisados

ASSUNÇÃO, Luis Carlos Lamac; SETTE, Terezinha. **Um outro olhar: Uma história real de superação no trabalho e na vida**. São Paulo: Editora Gente; 2010

BAVCAR, Evgen. **Memórias do Brasil**. São Paulo: Cossac & Naify; 2003

BENTES, Sara. **Fotografias poéticas de um olhar viajante**. Rio de Janeiro: Clube de Autores; 2011

BORGES, Jorge Luis. **La ceguera**. In: _____ Siete Noches. Madrid: Alianza Editorial; 2009

_____ **Elogio da Sombra**. São Paulo: Globo; 2000

MARTINEZ, Thays. **Minha vida com Boris: a comovente história do cão-guia que mudou a vida de sua dona e do Brasil**. São Paulo: Globo; 2011

SOARES, Mariana Baierle Soares. www.tresgotinhas.com.br

HINGSOON, Michael. **Adorável Heroína**. São Paulo: Universo dos Livros; 2012

QUEIROZ, Marco Antônio de. **Sopro no corpo: Vive-se de sonhos**. São Carlos: RiMa; 2005